PROTOCOLO GERAL
Nr 64333.001509/2022-12

ASSUNTO
PASTA ÚNICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 12ª RM
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª RM

..... **SEÇÃO** **2022**

INTERESSADO: COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO NA SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – INVESTIMENTO ESPECIAL PARA PARTICIPAÇÃO NO 9º CONTRATOS WEEK – ONLINE 100% AO VIVO, PARA ESTA ORGANIZAÇÃO MILITAR.

ANEXOS: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 1/2022 – CRO/12 – UG 160017.

MOVIMENTO DO PROCESSO

	DESTINO	DATA				DESTINO	DATA		
01					27				
02					28				
03					29				
04					30				
05					31				
06					32				
07					33				
08					34				
09					35				
10					36				
11					37				
12					38				
13					39				
14					40				
15					41				
16					42				
17					43				
18					44				
19					45				
20					46				
21					47				
22					48				
23					49				
24					50				
25					51				
26					52				

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 12ª RM
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª RM

TERMO DE ABERTURA

INEXIGIBILIDADE 1/2022 – CRO/12ª RM

Em conformidade com disposto no Art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, autuo nesta data, o Processo Administrativo referente à Inexigibilidade de licitação acima indicada, cujo objeto e recursos estão definidos no despacho do Ordenador de Despesas no Diex nº 9 – SALC/CRO/12, de 04 de abril de 2022.

Manaus-AM, 04 de abril de 2022.

[redacted]

CRO/12
01

MINISTERIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR
(COMISSÃO DE OBRAS CORONEL PAULO NUNES LEAL)

NOTA N º 48-SALC/CRO/12 de 4 de abril de 2022

Publique-se
Em

ABERTURA DE PROCESSO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2022

Atendendo ao DIEx nº 9 - 3º Adjunto da SALC/CRO/12, de 2 ABR 22, autorizei o início dos procedimentos e determinei a abertura do processo correspondente à Inexigibilidade de Licitação nº 1/2022, cujo objeto é a contratação de curso de aperfeiçoamento, capacitação e treinamento na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Contratos Administrativos - INVESTIMENTO ESPECIAL PARA PARTICIPAÇÃO NO 9º CONTRATOS WEEK - ONLINE 100% AO VIVO, para esta Organização Militar.

Publicado no Boletim nº , de , item

[redacted]
Chefe da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

DIEx nº 9-SALC/CRO/12
EB: 64333.001509/2022-12

Manaus, 04 de abril de 2022.

Do 3º Adjunto da Salc
Ao Sr Chefe da comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar.
Assunto: Investimento Especial para Participação no 9º CONTRATOS WEEK

1. Nos termos do artigo 13 das Instruções Gerais para Realização de Licitações e Contratos no Ministério do Exército (IG12-02) aprovadas pela Portaria 305, de 24 MAIO 1995, do Ministro de Estado do Exército combinado com o Art 26, caput, da Lei 8.666/93, a inviabilidade de competição pelas razões acima apresentadas, enquadrando a futura contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no Art 25, II, da Lei 8.666/93.

2. Solicito-vos providências junto ao Ordenador de Despesas no sentido de aprovar a contratação de curso de aperfeiçoamento, capacitação e treinamento na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Contratos Administrativos - INVESTIMENTO ESPECIAL PARA PARTICIPAÇÃO NO 9º CONTRATOS WEEK - ONLINE 100% AO VIVO, para esta Organização Militar.

3. **Empresa:** Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda, inscrita no **CNPJ** sob o nº **10.498.974/0002-81**.

[redacted]

3º Adjunto da Salc – CRO/12

Nos termos do artigo 25 do Regulamento de Administração do Exército, manifesto que sou favorável a presente solicitação

[redacted]

Fiscal Administrativo da CRO/12ª RM

Despacho do OD
1. Com base no artigo 24 do Regulamento de Administração do Exército, combinado com o parágrafo único do artigo 13 das Instruções Gerais para Realização de Licitações e Contratos no Ministério do Exército (IG12-02), autorizo o início dos procedimentos e determino a abertura do processo correspondente;
2. Nos termos do artigo 14 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sugere-se o emprego do recurso disponibilizado pela nota de crédito .....
.....;

3. O oficial responsável adote as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor;
4. Publique-se.

[redacted]
Ordenador de Despesas da CRO/12ª RM

"1822-2022 - BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL SOBERANIA E LIBERDADE!"

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2022
Processo Administrativo nº 64333.001509-2022-12

1. OBJETO

Contratação de curso de aperfeiçoamento, capacitação e treinamento na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Contratos Administrativos – investimento especial para participação no 9º CONTRATOS WEEK – ONLINE 100% ao vivo, para esta organização militar.

2. FUNDAMENTO LEGAL

Art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação ora vigente:

> " Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
> (...)
> II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; "

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar tem por missão executar obras militares no âmbito da 12ª Região Militar, desempenhando atividades de caráter técnico e administrativo, os quais englobam também a licitação e fiscalização de contratos. Neste ínterim, a contratação deste serviço auxiliará na verificação e análise dos procedimentos adotados/praticados na gestão, dos procedimentos licitatórios e contatos realizados/firmados pela administração. Salienta-se que essa participação serve como alternativa para revisão de rotinas estabelecidas nas gestões, bem como para constituir alicerces sólidos referente o planejamento da atual administração, com base na transparência administrativa a respeito de licitações desta Organização Militar, e a consequente adequação dos processos formulados pela CRO/12 às leis vigentes.

4. RECONHECIMENTO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Declaro que reconheço a Inexigibilidade de Licitação conforme no art. 25, Caput, da Lei nº. 8.666/93, para contratação de curso de aperfeiçoamento, capacitação e treinamento na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Contratos Administrativos – Investimento especial para participação no 9º CONTRATOS WEEK – ONLINE 100% ao vivo, prestado pelo Instituto Ne-

gócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda, atendendo as necessidades desta Comissão Regional de Obras, em Manaus/AM.

Manaus/AM, 25 de abril de 2022.

[redacted]

Ordenador de Despesas da CRO/12ª RM

5. RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DA INEXIGIBILIDADE

Ratifico a decisão do Chefe da CRO/12ª RM que reconheceu a Inexigibilidade de Licitação acima caracterizada, em cumprimento ao prescrito no Art. 26 da Lei 8.666/93.

Manaus/AM, _____ de _____ de 2022.

[redacted]

Cmt do 2º Gpt E

CRO/12
06

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo nº 64333.001509/2022-12.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 1/2022 – CRO/12.

de Estudos Avançados sobre Contratos Administrativos – investimento especial para participação no 9º CONTRATOS WEEK – online 100% ao vivo, para esta organização militar.

Valor para contratação: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Eu, no exercício da função de Ordenador de Despesas, nos termos do §1º do art. 80 do Decreto-Lei 200/67 e dos incisos I e II do art. 167 da CRFB/1998, bem como do inciso III do §2º e do §9º do art. 7º, do art. 14 e do art. 39, todos da Lei 8.666/93, declaro que ***há dotação orçamentária suficiente para a cobertura da despesa que se pretende realizar,*** conforme objeto, valor e rubricas orçamentárias.

Manaus/AM, 25 de abril de 2022.

[redacted]
Ordenador de Despesas da CRO /12 ª RM
Nomeado pela Portaria nº 549, de 05 de Junho de 2020
Publicada no DOU 109 de 09 de Junho de 2020

CRO/12
07

__ SIAFI2022-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)_____
20/04/22 10:31 USUARIO: [redacted]
DATA EMISSAO : 18Abr22 VALORIZACAO : 18Abr22 NUMERO : 2022NC401199
UG EMITENTE : 160502 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUCAO-GESTO
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL
UG/GESTAO FAVORECIDA : 160017 / 00001 - C R O/12
OBSERVACAO
B4PJT22PDR03SP002#APOIO AS ATIV DE FISC. EST E PROJ. NC-1081. EMPH CFM MSG SIA
FI NR 20220110167-DEC, DE 19JAN22. - PRAZO PARA EMPENHO: 29042022

NUM. TRANSFERENCIA :

EV.	ESF	PTRES	FONTE	ND	SB	UGR	PI	V A L O R
300063	1	171454	0100000000	339039		160502	FBC1194OBRA	15.000,00

LANCADO POR : 77468490325 - HIDELFRANCIO UG : 160502 18Abr22 12:38
PF1-AJUDA PF3-SAI PF4-ESPELHO PF12-RETORNA

CRO/12

MINISTERIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR
(COMISSÃO DE OBRAS CORONEL PAULO NUNES LEAL)

NOTA N º 49-SALC/CRO/12 de 5 de abril de 2022

Publique-se
Em

Designo os militares a seguir, para fim de compor a equipe de planejamento de contratação para curso de aperfeiçoamento, capacitação e treinamento na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Contratos Administrativos – investimento especial para participação no 9º CONTRATOS WEEK – ONLINE 100% ao vivo , junto ao Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda:

- [redacted] - Chefe da SALC.
- [redacted] - 3º Adj da SALC.

Em consequência:

- Secretaria, publicar em BI; e

- interessados, tomem conhecimento e providências decorrentes.

Publicado no Boletim nº , de , item

[redacted]
Chefe da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar

CRO/12
09

DIEx Nº 52-SALC/CRO/12
EB: 64333.001790/2022-85

URGENTÍSSIMO

Manaus, AM, 20 de abril de 2022.

Do Chefe da SALC
Ao Sr Fiscal Administrativo
Assunto: formalização da demanda para a contratação de curso de aperfeiçoamento, capacitação e treinamento em proveito da CRO/12ªRM.

1.Em conformidade com o disposto no artigo 21 da IN 05/2017-SEGES, preparou-se o presente documento versando sobre a formalização da demanda para contratação de curso de aperfeiçoamento, capacitação e treinamento na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Contratos Administrativos - investimento especial para participação no 9º CONTRATOS WEEK - ONLINE 100% ao vivo, em proveito desta Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar com as seguintes informações:

2. Justificativa da necessidade de contratação - a Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar tem por missão executar obras militares no âmbito da 12ª Região Militar, desempenhando atividades de caráter técnico e administrativo, os quais englobam também a licitação e fiscalização de contratos.

a) A contratação deste serviço auxiliará na verificação e análise dos procedimentos adotados/praticados na gestão dos procedimentos licitatórios e contratos realizados/firmados pela administração.

b) Há necessidade da capacitação dos militares tendo em vista, a crescente demanda dos processos administrativos envolvendo empresas contratadas que, norteadas pelo direito, utilizam-se da advocacia consultiva e extrajudicial para resguarda jurídica.

c) Salienta-se que essa participação serve como alternativa para capacitação e revisão de rotinas estabelecidas nas gestões, bem como para constituir alicerces sólidos referente ao planejamento e a defesa da atual administração, com base nos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Eficiência, Supremacia do Interesse Público e na transparência administrativa a respeito de licitações desta Organização Militar, e consequentemente a defesa e a adequação dos processos formulados pela CRO/12 às leis vigentes..

3. O quantitativo necessário para o desenvolver das atividades deste órgão, a fim de início das atividades previstas no contrato, está disposto abaixo:

Tipo	Localidade	Inscrições	Valor por Inscrição	Desconto	Total do Investimento
Curso de aperfeiçoamento, capacitação e treinamento na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre	Foz do Iguaçu/PR e ONLINE 100% AO VIVO.	5	R$ 3.395,00	R$ 1.975,00	R$ 15.000,00

CRO/12

Contratos Administrativos - Investimento Especial para participação no 9º CONTRATOS WEEK - ONLINE 100%.					

c) Data prevista para o início do curso: 06 a 10 de junho de 2022.

d) Equipe de elaboração dos estudos técnicos preliminares, gerenciamento de risco e planejamento/fiscalização da contratação:

Mauro Julliano Bittencourt Albuquerque - Cap	Chefe da SALC
Naiani Montenegro Lima - 2º Ten	Adjunto da SALC

[redacted]

"1822-2022 - BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL SOBERANIA E LIBERDADE!"

NEGÓCIOS PÚBLICOS

CRO/12 11

Curitiba, 24 de Março de 2022

Proposta nº 10.968/2022

COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR
A/C [redacted]

Encaminho a proposta acerca do **9. CONTRATOS WEEK - SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**, que será realizado nos dias **06 a 10 de Junho de 2022,** no formato presencial em **Foz do Iguaçu/PR.**

1 **INVESTIMENTO ESPECIAL PARA PARTICIPAÇÃO NO 9º CONTRATOS WEEK - Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos, EM FOZ DO IGUAÇU-PR, NO PERÍODO DE 06 A 10/06 DE 2022, ONLINE 100% AO VIVO:**

Inscrições	Valor por Inscrição	Desconto	Total do Investimento
5	3.395,00	1.975,00	15.000,00

25/03/22

2 **CARGA HORÁRIA:**

30 (Trinta Horas)

3 **INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO:**

Emitir ao Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda. CNPJ: 10.498.974/0002-81. Devendo o respectivo pagamento ser efetuado através da conta:

BANCO DO BRASIL

Banco do Brasil - 001 AG.1622-5 Conta: 20504-4

VALIDADE DA PROPOSTA: 06/06/2022

Atenciosamente,

[redacted]
Consultor Comercial

Instituto Negócios Públicos
Telefone: (41) 3778-1887
WhatsApp: (41) 98877-0234
falecom@institutonp.com.br

R. José Maria de Brito, 1707 - Jd. das Nações, Foz do Iguaçu/PR
CEP: 85.864-320

NEGÓCIOS PÚBLICOS
Instituto

Curitiba, 24 de Março de 2022

CRO/12 12

Proposta nº 10.971/2022

COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR
A/C: [redacted]

Encaminho a proposta acerca do **9. CONTRATOS WEEK - SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**, que será realizado nos dias **06 a 10 de Junho de 2022,** no formato presencial em **Foz do Iguaçu/PR.**

1 **INVESTIMENTO ESPECIAL PARA PARTICIPAÇÃO NO 9º CONTRATOS WEEK - Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos, EM FOZ DO IGUAÇU-PR, NO PERÍODO DE 06 A 10/06 DE 2022, PRESENCIAL:**

Inscrições	Valor por Inscrição	Desconto	Total do Investimento
5	4.985,00	2.425,00	22.500,00

2 **CARGA HORÁRIA:**

30 (Trinta Horas)

3 **INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO:**

Emitir ao Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda. CNPJ: 10.498.974/0002-81. Devendo o respectivo pagamento ser efetuado através da conta:

BANCO DO BRASIL

Banco do Brasil - 001 AG.1622-5 Conta: 20504-4

VALIDADE DA PROPOSTA: 06/06/2022

Atenciosamente,

[redacted]
Consultor Comercial

Instituto Negócios Públicos
Telefone: (41) 3778-1887
WhatsApp: (41) 98877-0234
falecom@institutonp.com.br

R. José Maria de Brito, 1707 - Jd. das Nações, Foz do Iguaçu/PR
CEP: 85.864-320

NEGÓCIOS PÚBLICOS
Institute

CRO/12
13

Curitiba, 23 de Março de 2022

Proposta nº 10.934/2022

COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR
A/C: [redacted]

Encaminho a proposta acerca do **9. CONTRATOS WEEK - SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**, que será realizado nos dias **06 a 10 de Junho de 2022,** no formato presencial em **Foz do Iguaçu/PR.**

1 **INVESTIMENTO ESPECIAL PARA PARTICIPAÇÃO NO 9º CONTRATOS WEEK - Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos, EM FOZ DO IGUAÇU-PR, NO PERÍODO DE 06 A 10/06 DE 2022, ONLINE 100% AO VIVO:**

Inscrições	Valor por Inscrição	Desconto	Total do Investimento
10	3.395,00	4.950,00	29.000,00

2 **CARGA HORÁRIA:**

30 (Trinta Horas)

3 **INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO:**

Emitir ao Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda. CNPJ: 10.498.974/0002-81. Devendo o respectivo pagamento ser efetuado através da conta:

BANCO DO BRASIL

Banco do Brasil - 001 AG.1622-5 Conta: 20504-4

VALIDADE DA PROPOSTA: 06/06/2022

Atenciosamente

[redacted]
Consultor Comercial

Instituto Negócios Públicos
Telefone: (41) 3778-1887
WhatsApp: (41) 98877-0234
falecom@institutonp.com.br

R. José Maria de Brito, 1707 - Jd. das Nações, Foz do Iguaçu/PR
CEP: 85.864-320

NEGÓCIOS PÚBLICOS
Instituto

Curitiba, 24 de Março de 2022

CRO/12 14

Proposta nº 10.972/2022

COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR
A/C: [redacted]

Encaminho a proposta acerca do **9. CONTRATOS WEEK - SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**, que será realizado nos dias **06 a 10 de Junho de 2022,** no formato presencial em **Foz do Iguaçu/PR.**

1 **INVESTIMENTO ESPECIAL PARA PARTICIPAÇÃO NO 9º CONTRATOS WEEK - Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos, EM FOZ DO IGUAÇU-PR, NO PERÍODO DE 06 A 10/06 DE 2022, PRESENCIAL:**

Inscrições	Valor por Inscrição	Desconto	Total do Investimento
10	4.985,00	5.850,00	44.000,00

2 **CARGA HORÁRIA:**

30 (Trinta Horas)

3 **INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO:**

Emitir ao Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda. CNPJ: 10.498.974/0002-81. Devendo o respectivo pagamento ser efetuado através da conta:

BANCO DO BRASIL

Banco do Brasil - 001 AG.1622-5 Conta: 20504-4

VALIDADE DA PROPOSTA: 06/06/2022

Atenciosamente,

[redacted]
Consultor Comercial

Instituto Negócios Públicos
Telefone: (41) 3778-1887
WhatsApp: (41) 98877-0234
falecom@institutonp.com.br

R. José Maria de Brito, 1707 - Jd. das Nações, Foz do Iguaçu/PR
CEP: 85.864-320

NEGÓCIOS PÚBLICOS

EVENTO HÍBRIDO

9º CONTRATOS WEEK

SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

apoio: CONTRATOS GOV contratosgov.com.br

CRCV13 15

06 A 10 DE JUNHO DE 2022

FOZ DO IGUAÇU/PR E ONLINE 100% AO VIVO

O EVENTO

Em sua 9ª edição, esse é o evento com a maior carga horária sobre o tema, voltado especialmente para agentes públicos que atuam na gestão e na fiscalização dos contratos administrativos.

Durante uma semana, especialistas abordam as principais questões da área, sempre considerando atualizações normativas, entendimentos consolidados pelos órgãos de controle e a repercussão prática no dia a dia do agente público.

Formado por palestras com abordagem técnica e por oficinas que adentram em temas mais específicos, com enfoque prático, o evento proporciona a capacitação e o aperfeiçoamento das equipes de gestão e fiscalização de contratos e oferece uma visão sistêmica do contrato em si e de sua relação com as demais etapas do processo de contratação. **Inscreva-se!**

AMBIENTE

Evento híbrido ministrado na modalidade presencial em Foz do Iguaçu/PR, no Hotel Mabu, e Online 100% ao Vivo para todo Brasil!

Serão cinco dias de evento, totalizando 30 horas de capacitação. Realizado no período da manhã das 08h00 às 12h00, e a tarde das 14h às 18h00. Excepcionalmente, segunda-feira das 16h às 18h00 e sexta-feira das 8h00 às 12h00.

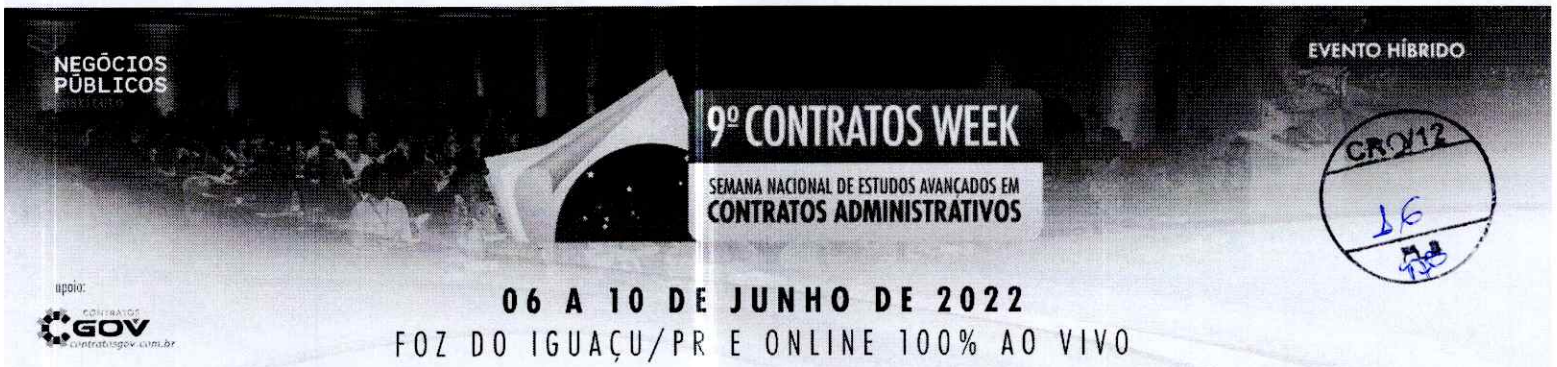
PÚBLICO-ALVO

- Agentes públicos em geral;
- Fiscais e gestores de contratos;
- Membros de comissão de licitação;
- Assessores jurídicos;
- Ordenadores de despesa;
- Autoridades superiores;
- Servidores integrantes do controle interno e de Tribunais de Contas;
- Servidores que atuam direta ou indiretamente na área de Contratos Administrativos.

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS

MATERIAL DE APOIO

- Livro Digital "Legislação: Licitações – Pregão Presencial e Eletrônico – Leis Complementares"
- Apostila digital com conteúdo exclusivo do evento
- Certificado Geral com carga horária de 30 horas ficará disponibilizado através da nossa plataforma **www.npevents.com.br**



CRO/12 16

PROGRAMAÇÃO

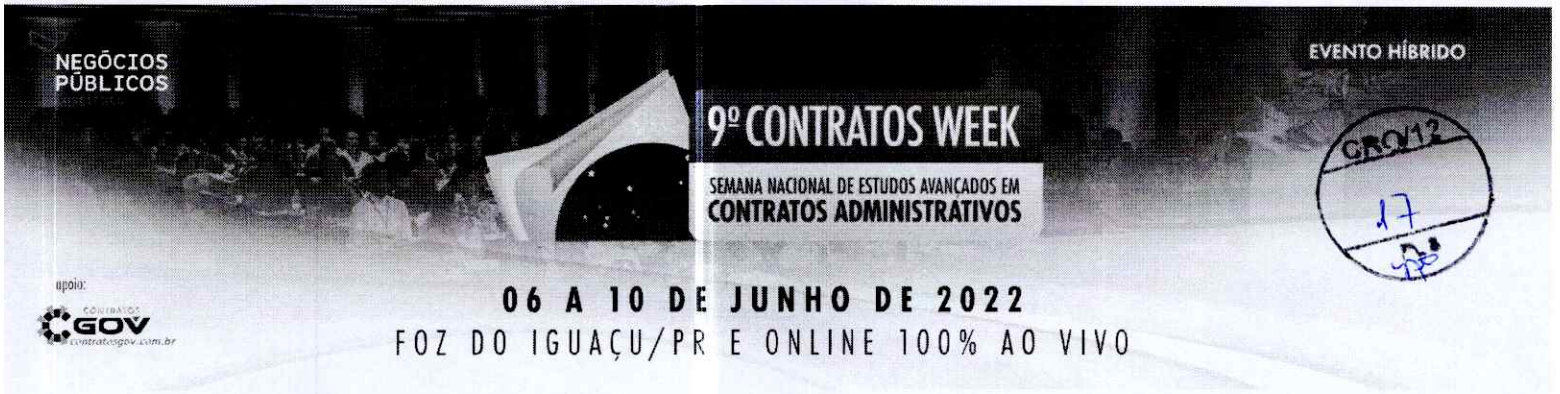
Segunda-Feira - 06/06

16h00 às 18h00	**Abertura - Negócios Públicos**

Terça-Feira - 07/06

08h00 às 08h15	**Start do dia - Negócios Públicos**
08h15 às 10h00	**Palestra: Desistência na formalização do contrato e as alternativas legais** ***Palestrante:*** [redacted] (Professor, Engenheiro Civil e Advogado)
10h00 às 10h30	*Intervalo*
10h30 às 12h30	**Repartição de direitos e deveres entre os contratantes: como se comportam os contratos administrativos** ***Palestrante:*** [redacted] (Advogado e professor de Direito Administrativo)
12h30 às 14h00	*Intervalo - Almoço*
14h00 às 16h00	**Deslizes rotineiros na atuação das equipes de fiscalização**
16h00 às 16h30	*Intervalo*
16h30 às 18h00	**Cláusula de retomada e a parceria das seguradoras na fiscalização da execução contratual** ***Palestrante:*** [redacted] (Mestre em Direito e Doutor em Ciências Jurídico-Políticas)

**A Organização do Evento reserva-se o direito de modificar temas e programação divulgada, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente.*

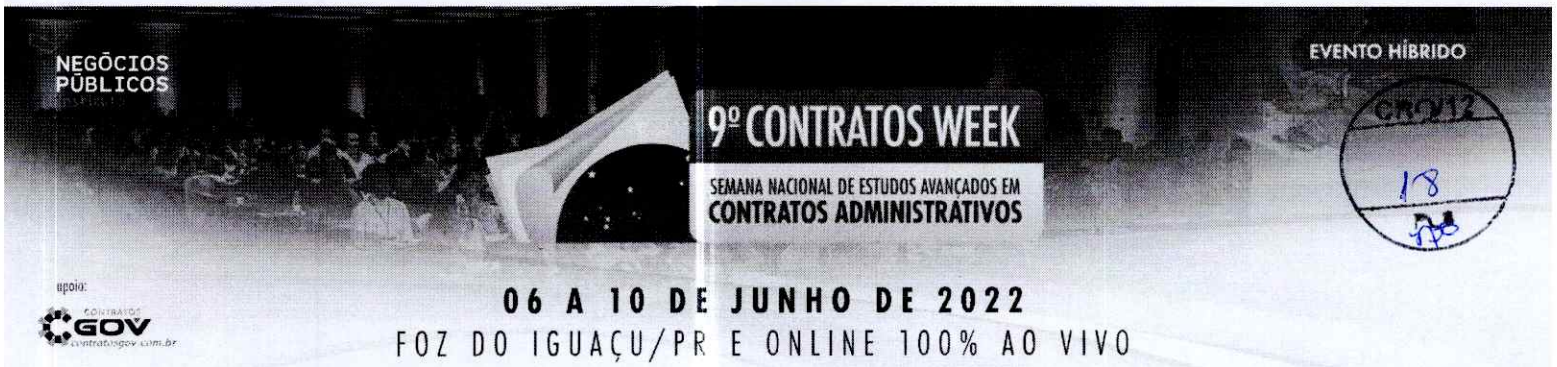


GRCV12
17

Quarta-feira - 08/06

	Oficinas Simultâneas
08h00 às 12h30	**Oficinas Presenciais** • Dualidade na atuação do controle interno: como compatibilizar a prevenção com o auxílio à fiscalização, ou como "servir a dois senhores" ***Palestrante:*** [redacted] (Servidor do Superior Tribunal de Justiça) • Contratos das estatais, contratos de adesão e a conciliação dos interesses público e privado • Os contratos com dedicação exclusiva de mão de obra: condições indispensáveis na gestão e na fiscalização • Formas de resolução de conflitos nos contratos das Leis nº 13.303/2016 e 14.133/2021 ***Palestrante:*** [redacted] (Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco) • Aditivos nos contratos de obras de engenharia: uma visão diferenciada ***Palestrante:*** [redacted] (Professor, Engenheiro Civil e Advogado) **Oficinas Online** • Alterações contratuais: precaução aos erros, limites legais e situações excepcionais ***Palestrante:*** [redacted] (Mestre em Direito e Doutor em Ciências Jurídico-Políticas) • Atas de Registro de Preços: definição de quantitativos, obrigatoriedade das contratações e as "barrigas de aluguel" ***Palestrante:*** [redacted] (Especialista em Direito Processual Civil) • O princípio da segregação de funções e as cautelas na designação dos agentes públicos • Equilíbrio da equação econômico-financeira dos contratos: uma exigência constitucional ***Palestrante*** [redacted] (Advogado e professor de Direito Administrativo) • Os estudos técnicos preliminares e seus impactos nos processos licitatórios e de contratação direta ***Palestrante:*** [redacted] (Advogado da União)

**A Organização do Evento reserva-se o direito de modificar temas e programação divulgada, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente.*

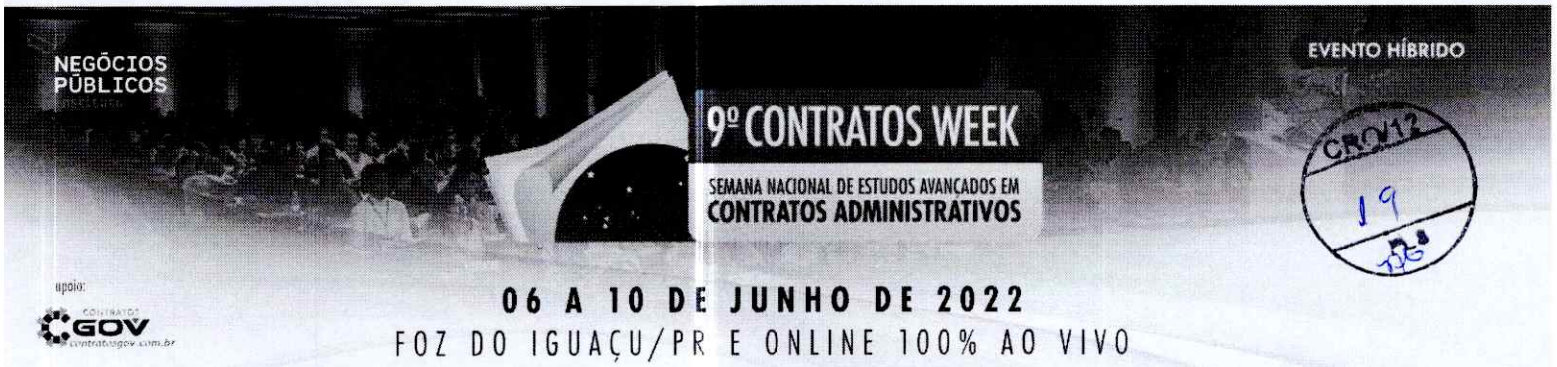


CRCV12
18

Quarta-feira - 08/06

	Oficinas Simultâneas
14h00 às 18h00	**Oficinas Presenciais**
	• Alterações contratuais: precaução aos erros, limites legais e situações excepcionais ***Palestrante:*** [redacted] (Mestre em Direito e Doutor em Ciências Jurídico-Políticas)
	• Atas de Registro de Preços: definição de quantitativos, obrigatoriedade das contratações e as "barrigas de aluguel" ***Palestrante:*** [redacted] (Especialista em Direito Processual Civil)
	• O princípio da segregação de funções e as cautelas na designação dos agentes públicos
	• Equilíbrio da equação econômico-financeira dos contratos: uma exigência constitucional ***Palestrante:*** [redacted] vogado e professor de Direito Administrativo)
	• Os estudos técnicos preliminares e seus impactos nos processos licitatórios e de contratação direta ***Palestrante:*** [redacted] (Advogado da União)
	Oficinas Online
	• Dualidade na atuação do controle interno: como compatibilizar a prevenção com o auxílio à fiscalização, ou como "servir a dois senhores" ***Palestrante:*** [redacted] (Servidor do Superior Tribunal de Justiça)
	• Contratos das estatais, contratos de adesão e a conciliação dos interesses público e privado
	• Os contratos com dedicação exclusiva de mão de obra: condições indispensáveis na gestão e na fiscalização
	• Formas de resolução de conflitos nos contratos das Leis nº 13.303/2016 e 14.133/2021 ***Palestrante:*** [redacted] (Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco)
	• Aditivos nos contratos de obras de engenharia: uma visão diferenciada
12h30 às 14h00	*Intervalo - Almoço*

**A Organização do Evento reserva-se o direito de modificar temas e programação divulgada, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente.*



CROV12 19

Quinta-feira - 09/06

08h00 às 08h15	**Start do dia – Negócios Públicos**
08h15 às 10h00	**Regulamentos municipais: limites e possibilidades na definição das normas gerais e específicas** ***Palestrante:*** [redacted] (Doutora em Direito Administrativo)
10h00 às 10h30	*Intervalo*
10h30 às 12h30	**Contratações inteligentes: da fase preparatória até a fase executória** ***Palestrante:*** [redacted] (Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco)
12h30 às 14h00	*Intervalo - Almoço*
14h00 às 16h00	**Painel** ***Moderador:*** [redacted] (Professor, Engenheiro Civil e Advogado)
16h00 às 16h30	*Intervalo*
16h30 às 18h00	**Características especiais dos contratos emergenciais na nova Lei** ***Palestrante:*** [redacted] (Advogado da União)

Sexta-feira - 10/06

08h00 às 08h30	**Start do dia – Negócios Públicos**
08h30 às 10h00	**Sanções aplicadas pelos órgãos de controle e suas repercussões nos contratos vigentes e futuros**
10h00 às 10h30	*Intervalo*
10h30 às 12h00	**Atuação da assessoria jurídica no auxílio à equipe de fiscalização** ***Palestrante:*** [redacted] (Advogado da União)
12h00	*Encerramento*

**A Organização do Evento reserva-se o direito de modificar temas e programação divulgada, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente.*

NEGÓCIOS PÚBLICOS

EVENTO HÍBRIDO

9º CONTRATOS WEEK

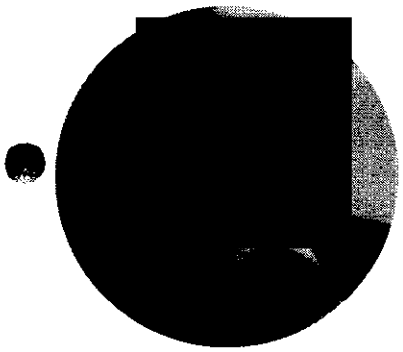
SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

apoio:

06 A 10 DE JUNHO DE 2022

FOZ DO IGUAÇU/PR E ONLINE 100% AO VIVO

COORDENADOR TÉCNICO



[redacted]

Professor, Engenheiro Civil e Advogado

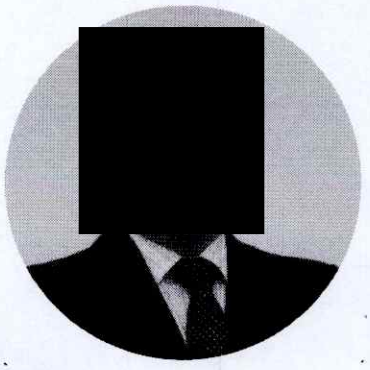
- O Professor Pat.lo Reis é Engenheiro Civil e Advogado, com mais de 40 anos de atividades na administração publica brasileira, especialmente em processos de contratação de obras, bens e serviços.

- Exerceu por 10 anos a função de Presidente do Comitê de Licitações do Banco da Amazônia tendo sido, tambem, Pregoeiro da instituição pelo prazo de 4 anos. Foi Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Assessor Especial da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Para e Coordenador de Controle Interno da SEMEC.

- .É Professor, aposentado, da Universidade Federal do Pará. Doutrinador na área de licitações e contratos da administraçao pública, e autor dos livros: OBRAS PÚBLICAS - MANUAL DE PLANEJAMENTO, LICITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO e SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - UMA FORMA INTELIGENTE DE CONTRATAR. É coautor dos livros LICITAÇÕES PUBLICAS - HOMENAGEM AO JURISTA JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, LEI DAS EMPRESAS ESTATAIS e 101 DICAS SOBRE O PREGÃO.

CRO 12 21

PALESTRANTES

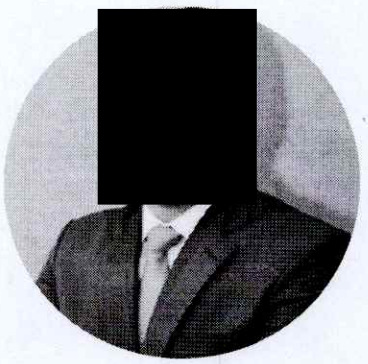


[redacted]

Advogado e professor de Direito Administrativo

• Professor; Advogado e sócio do Reis & Lippmann Advogados; Doutor e Mestre em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutor em Direito Administrativo pela Universitat Rovira i Virgili – Espanha (cum laude); Especialista em Direito Administrativo e Especialista em Processo Civil; Professor de Direito Administrativo do UNICURITIBA e da Universidade Tuiuti do Paraná (licenciado); Coordenador da Pós-Graduação em Licitações e Contratos no Grupo Educacional Polis Civitas; Professor convidado da Pós-Graduação da UNICURITIBA, UNIBRASIL, Faculdade Baiana de Direito, UNIPAR, Instituto Bacellar, dentre outras.

• Professor da Escola Superior de Advocacia; Presidente da Comissão de Gestão Pública, Transparência e Controle da Administração da Ordem dos Advogados do Brasil – Paraná (2013-2018); Diretor-Adjunto Acadêmico do Instituto Paranaense de Direito Administrativo; Ex-Integrante do Conselho Consultivo da Agencia Reguladora do Paraná – AGEPAR.



[redacted]

Mestre em Direito e Doutor em Ciências Jurídico-Políticas

• É fundador do Portal L&C (licitacaoecontrato.com.br). É doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa, Mestre em Direito, Especialista em Direito Público e Pós-Graduado em Direito da Contratação Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Participou do Programa de Intercâmbio Erasmus+, desenvolvendo pesquisa na área de Direito da Contratação Pública na Università degli Studi di Roma – Tor Vergata. É Procurador Federal da Advocacia-Geral da União – AGU, órgão no qual foi Chefe da Divisão de Licitação e Contrato da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e membro da Câmara Permanente de Licitação e Contrato da Procuradoria-Geral Federal (PGF). Atua na consultoria e assessoramento de gestores públicos federais desde 2008. É membro da Red Iberoamericana de Contratación Pública e professor de Direito Administrativo com ênfase em Licitação e Contrato.

CRQV12
22

9º CONTRATOS WEEK

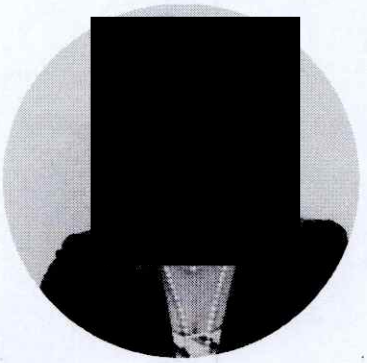
SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

apoio: CONTRATOS GOV contratosgov.com.br

06 A 10 DE JUNHO DE 2022

FOZ DO IGUAÇU/PR E ONLINE 100% AO VIVO

PALESTRANTES

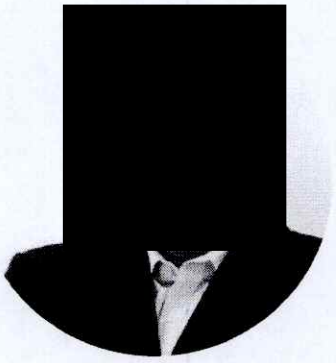


[redacted]

Doutora em Direito Administrativo

• Advogada e consultora jurídica na área de contratações públicas. Doutora em Direito Administrativo pela PUC-SP. Possui Certificação CP³P-F (Certificado Profissional Internacional de Parcerias Público-Privadas). Mestre em Direito da Sociedade da Informação (enfase em politicas públicas com o uso da TI) pela UniFMU-SP. Pós-graduada em Administração Pública e em Direito Administrativo pela PUC-SP, com extensão em Direito Contratual. Gestora de Administração e Gestão de Pessoas na Prefeitura de Jundiaí-SP. Conteudista de Pós-Graduação em Direito Administrativo no grupo Kroton. Professora do Centro Universitário Padre Anchieta – Jundiaí-SP, nas disciplinas de Direito Administrativo e Linguagem Jurídica.

• Autora de obras e artigos nas áreas de Direito Administrativo e Linguagem Jurídica. Ministra cursos nas áreas de licitações, contratos administrativos, convênios, parcerias com o poder público (concessão, permissão, PPP), gestão pública, concursos públicos, linguagem oficial e linguagem jurídica. Formada em Letras, com pós-graduação em Gramática da Língua Portuguesa.



[redacted]

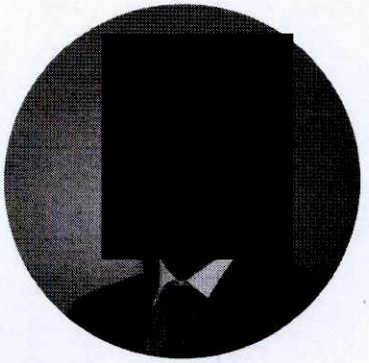
Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

• Pós-Doutor pela Harvard Law School; Harvard Kennedy School of Government – Harvard University; Universidade de Direito de Lisboa; Singapore Management University e pela Massachusetts Institute of Technology. Doutor e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito do Recife – UFPE. Graduado em Direito e Economia pela Universidade Federal de Pernambuco e Administração de Empresas pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

• Professor de Faculdade de Direito do Recife – UFPE. Professor Visitante na Singapore Management University, na Massachussetts Institute of Technology e no LLM de Energia da QueenMary University em Londres. Conferencista Visitante nas Universidades de Nankai e de Jilin, ambas na China.

CNOV 13 23 97

PALESTRANTES



[redacted]

Advogado da União

- Doutorando em Direito pela UFPE e Mestre em Direito Econômico pela UFPB
- Membro da Câmara Nacional de Licitaçõ es e Contratos da Consultoria-Geral da União
- Atuou como Consultor Jurídico Adjunto da Consultoria Jurídica da União perante o Ministério do Trabalho e Emprego
- Autor de diversas obras jurídicas, destacando: Leis de Licitações Públicas comentadas (10ª ed.), Direito Administrativo (coautor. 9ª ed.); Licitaçõ es 10ª Ed.) e Licitações e Contratos nas Empresas Estatais (coautor), Direito Provisório e a emergência do Coronavírus (coautor) e Improbidade Administrativa (coautor. 4ª ed.)



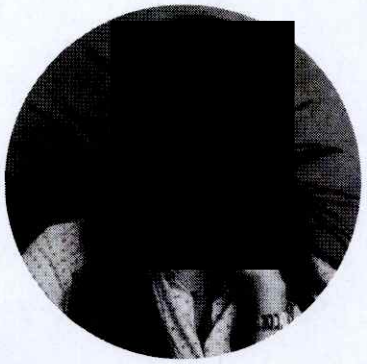
[redacted]

Servidor do Superior Tribunal de Justiça

- Servidor de carreira do Superior Tribunal de Justiça, titular da unidade de Auditoria Operacional e de Governança do Conselho da Justiça Federal. Bacharel em Direito, Pós-Graduado em Direito Administrativo Contemporâneo, Mestrando em Ciências Jurídicas (Master of Legal Science) com concentração em Riscos e Compliance pela Ambra University – Florida/EUA. Certificado em Auditoria Governamental, Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos pelo ISC/ TCU e Tutoria e Docência pelo CEJ/ CJF. Instrutor de capacitações em Gestão Pública em instituições públicas e privadas de ensino. Experiência de uma década realizando auditorias por todo o Brasil. Um dos representantes da área de negócio do CJF junto ao CNJ na implementação do Sistema Auditar – sistema de auditoria baseada em riscos. Ex-assessor do Ministro Herman Benjamin do STJ – 2ª Turma, 1ª Seção, Direito Público. Atualmente, participando do ciclo de auditorias nos órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º graus das 5 regiões para analisar o grau de implementação do Processo de Gestão de Riscos.

CNOV12 24

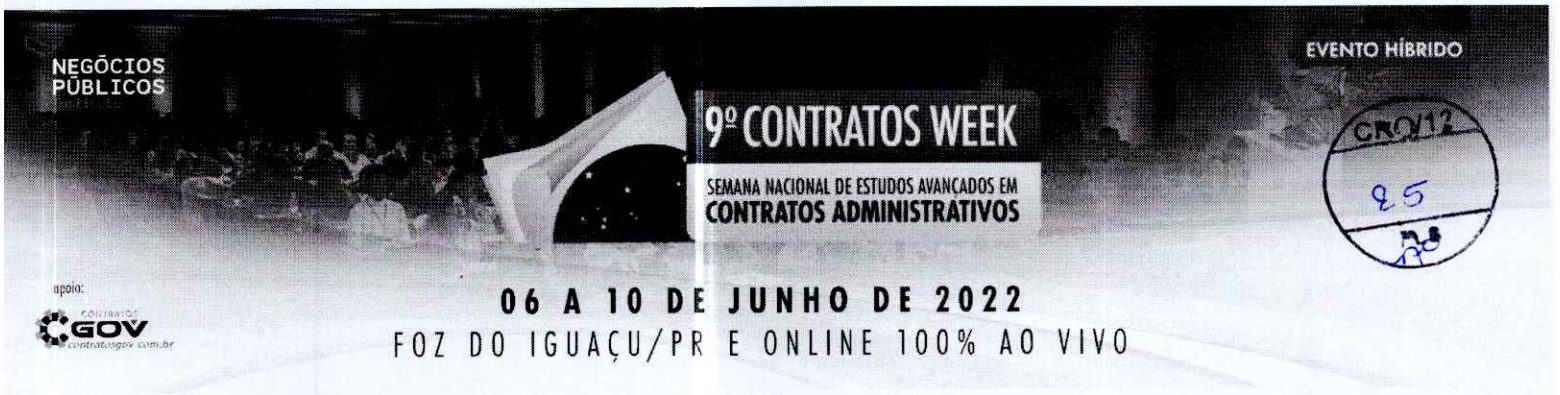
PALESTRANTES



[redacted]

Especialista em Direito Processual Civil

• Advogada, servidora pública há mais de 20 anos. Professora e instrutora em licitações e contratos. Especialista em Licitações e Contratos e em Direito Processual Civil, com habilitação para o Magistério Superior na área do Direito. Ex-empregada pública da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf. Servidora pública de carreira da Justiça Eleitoral. Membro do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas – IDAA/AL. Membro do Comitê de Governança das Contratações da Rede Governança Brasil. Vasta experiência em Direito Administrativo, com ênfase na fase da Execução Contratual e em Gestão e Fiscalização de Contratos. Palestrante, escritora e instrutora. Colunista do portal Sollicita, na coluna Loucas por Licitações. Coordenadora de Equipes de Planejamento de Contratações. Ex-Chefe da Seção de Gestão de Contratos - SEGEC, do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Ministrante de cursos e palestras, virtuais e presenciais, para servidores de Institutos Federais de Educação, Universidades Estaduais e Federais, Prefeituras e Câmaras Municipais, Conselhos Federais, TRF, TRT, autarquias www.negociospublicos.com.br/congresso 16 e empresas públicas federais e estaduais. Criadora do perfil no Instagram @o_xdagestao onde compartilha, com alegria e muito carinho, conhecimento sobre Execução Contratual e Gestão e Fiscalização de Contratos



CRO/12 85

INVESTIMENTO

R$4.985,00 (Modalidade **Presencial**)

R$3.395,00 (Modalidade **Online**)

ESTÁ INCLUSO NO INVESTIMENTO

- Apostila com conteúdo exclusivo;
- Certificado: Terá direito ao certificado SOMENTE o aluno/participante devidamente inscrito no curso.

PAGAMENTO

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado, em parcela única, em nome de: Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda. (CNPJ nº 10.498.974/0002-81). No seguinte banco credenciado:

BANCO DO BRASIL

Agência: 1622-5
Conta Corrente: 20504-4

CONTATO

Instituto Negócios Públicos

Telefone: (41) 3778-1717
Whatsapp: (41) 98877-0234

falecom@institutonp.com.br
negociospublicos.com.br/contratosweek

Avenida José Maria de Brito, 1707
Jardim das Nações - Foz do Iguaçu/PR
CEP: 85864-320

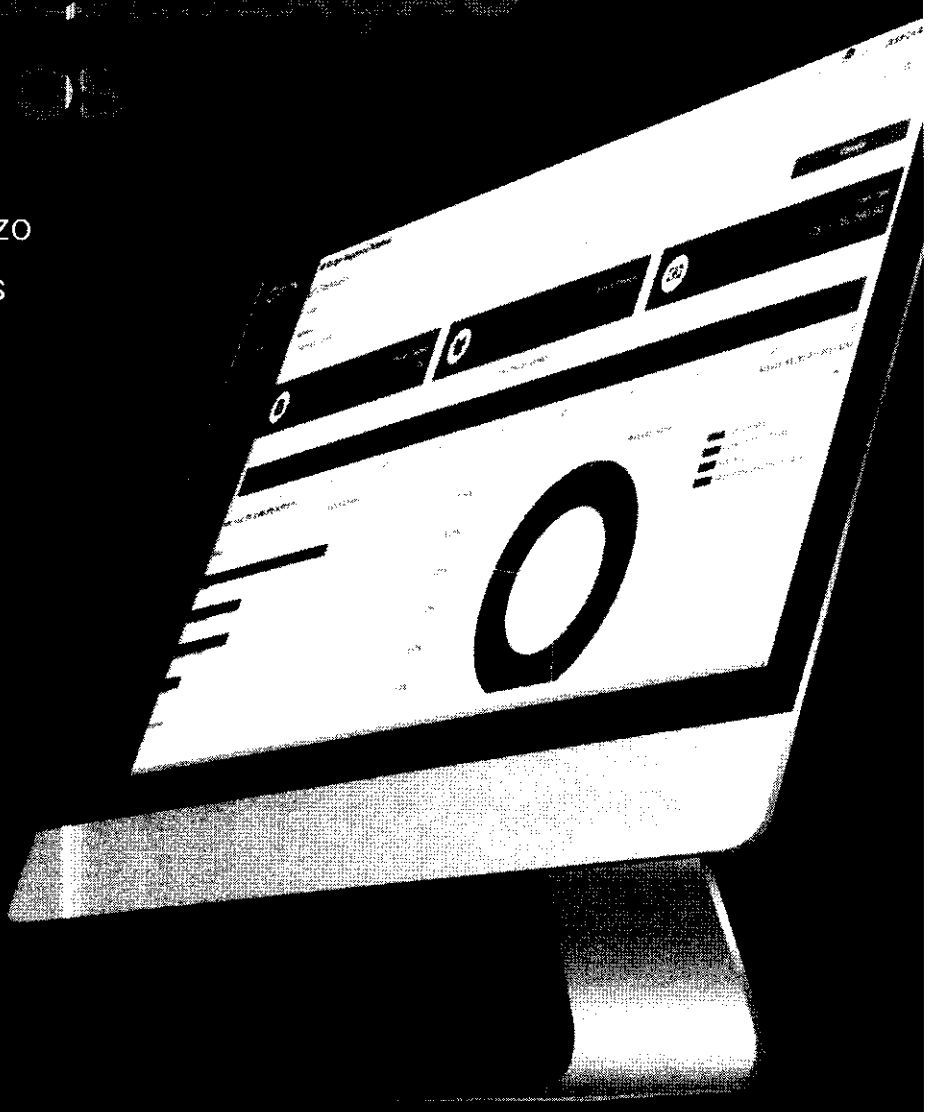
NEGÓCIOS PÚBLICOS
Instituto

GROV12

GOV

SIMPLIFIQUE E DESCOMPLIQUE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Não perca nunca mais o prazo de vigência dos seus contratos



(41) 3778-1761
(41) 9 9845-6618

NEGÓCIOS PÚBLICOS

CRO/12
27

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 12ª RM
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª RM

ESTUDO PRELIMINAR PARA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO EM INVESTIMENTO ESPECIAL - NO 9º CONTRATOS WEEK – ONLINE 100% AO VIVO, NA SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

OBJETO

Processo Administrativo: 64333.001509/2022-12

Área Demandante: Seção de Aquisição, Licitações e Contratos – SALC.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 12ª RM
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª RM

INTRODUÇÃO

Com o advento da Instrução Normativa 05, de 26 de maio de 2017, a Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, definiu regras na instrução processual para contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta por órgãos da Administração Pública, onde a Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar, é parte integrante.

As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultado na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos. (SEGES/MPOG, 2017).

Neste contexto, o presente documento apresenta não apenas os estudos preliminares realizados pela equipe de Planejamento da Contratação que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, com todas as etapas previstas no art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666 de 1993, mas também traz o estudo de gerenciamento de riscos, materializado no mapa de riscos, conforme art. 26 da referida instrução, observados os demais parágrafos.

Por se tratar de **Inexigibilidade de Licitação**, para a **Contratação, para fins de participação na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Contratos Administrativos, de 5 (cinco) militares do 2º Grupamento de Engenharia – Grupamento Rodrigo Octávio e da Comissão Regional de Obras**, onde os itens do Artigo 24 da IN 05/2017, são itens essenciais para a elaboração do Estudo Preliminar e do Gerenciamento de Riscos, onde a Inexigibilidade tem a finalidade de aprimorar as contratações governamentais, tornando-as mais responsáveis e transparentes e capacitar os militares nas atividades de licitações.

CRO/12
29

ESTUDO PRELIMINAR PARA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO NO 9º CONTRATOS WEEK – ONLINE 100% AO VIVO, NA SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Há a necessidade da participação e capacitação dos militares, por Inexigibilidade de Licitação, tendo em vista a atualização dos conhecimentos e oportunidade de experiência com servidores que atuam na área de licitações de diversos órgãos.

O objeto a ser licitado, pelo seu impacto institucional e com base nas justificativas acima mencionadas, não possui natureza continuada, não havendo necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum de doze meses prevista na Lei nº 8.666/93.

A inexigibilidade do processo licitatório aplica-se neste caso em função de que o serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, a ser adquirido por meio de inscrição, possui características singulares, inviabilizando a disputa por meio de processo licitatório; ademais, é organizado, promovido, divulgado e comercializado com exclusividade, em todo o território nacional, pela **INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA. – CNPJ Nº 10.498.974/0002-81**, conforme se comprova no site da Transparência do Governo Federal, onde vários instituições federais fazem seus treinamentos com a empresa, onde se comprova com documentos, anexada ao presente processo administrativo, caracterizando assim a inviabilidade de competição, podendo desta forma, salvo melhor juízo, ser a aquisição enquadrada na hipótese prevista no Art 25, II, da Lei 8.666/93.

II – REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO.

O Planejamento de Capacitação do 2º Grupamento de Engenharia – Grupamento Rodrigo Octávio e da Comissão Regional de Obras, e elaborado de acordo com as sugestões de Instituições de Ensino Civil, que ministram seus Cursos na Área de interesse do Exército Brasileiro onde é uma área sensível e necessita de servidores cada vez mais capacitados na Administração Pública.

CRO/12
30

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para que a presente atividade seja contratada e que os resultados alcançados sejam satisfatórios, ao 2º Gpt E e CRO/12 fez pesquisa no Portal da Transparência do Governo Federal e pode constatar que vários órgãos públicos realizaram capacitação nos seus mais variados cursos oferecidos e que os preços estão compatíveis com os realizados nos demais órgãos.

IV – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE.

Item	Descrição	Und	Qtd	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	**PARTICIPAÇÃO DE MILITARES NO 9º CONTRATOS WEEK.**	Serviço	5	R$ 3.395,00	**R$ 15.000,00**
TOTAL					**R$ 15.000,00**

As estimativas das aquisições, foram de acordo com os pacotes oferecidos pela empresa e que foram de interesses do 2º Gpt E e CRO/12.

V – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Contratação de empresa especializada em Treinamento e Aperfeiçoamento de pessoal, para o 2º Grupamento de Engenharia – Grupamento Rodrigo Octávio e a Comissão Regional de Obras, onde há a disponibilidade de Recursos orçamentários e atendendo a demanda do Setor Requisitante.

VI – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) NA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO.

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O disposto encontra-se aplicável na presente demanda, não sendo vislumbrado, no momento, motivações para a adoção do parcelamento do objeto. A especificação do objeto e de apenas um item, de acordo com a Demanda do Setor Requisitante.

VII – RESULTADOS PRETENDIDOS

A Contratação por meio de Inexigibilidade de Licitação e Nota de empenho, trará para as Organizações Militares em comento, mais Gestão e Fiscalização, aliado a economicidade, gerando benefícios futuros com a capacitação dos militares, onde tais conhecimentos será ampliado aos demais integrantes.

VIII – PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não há a necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o serviço prestado.

IX – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Foi consultado o Portal da Transparência do Governo Federal, e foram verificadas as contratações correlatas e interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

CRO/12
31

X – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação, por meio de Inexigibilidade de Licitação e da solução descrita no item V, ou seja, da contratação de empresa especializada em Treinamento e Capacitação de Pessoal, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida por meio Inexigibilidade de Licitação.

Manaus - AM, 25 de abril de 2022.

[redacted]

Ordenador de Despesas da CRO/12ª RM

Equipe de Planejamento e Fiscalização:

[redacted]

Chefe da SALC na CRO/12 ª RM

[redacted]

Respondendo pela Chefia da SALC na CRO/12 ª RM

[redacted]

Adj. da SALC na CRO/12 ª RM

CRO/12
32

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 12ª RM
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª RM

ESTUDO PRELIMINAR PARA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO NO 9º CONTRATOS WEEK – ONLINE 100% AO VIVO, NA SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

Assim como toda contratação, vislumbram-se alguns riscos em curso. Não se incluem, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangiam o processo que permeia até a formalização da aquisição por meio de Nota de Empenho, Liquidação e o Pagamento.

Risco 01 – NÃO HAVER DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Probabilidade:	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Dano			
Não será possível a contratação. O que impossibilitará a realização da Capacitação dos militares indicados, conforme previsão de envio do empenho até o dia 29 de abril de 2022.			
Ação Preventiva		**Responsável**	
Buscar base no Planejamento Estratégico da Comissão Regional de Obras/12ª RM, conforme item II dos estudos preliminares.		Equipe de Planejamento da Contratação.	
Ação de Contingência		**Responsável**	
Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual, junto a revisão da necessidade imediata dos itens demandados		Equipe de Planejamento da Contratação	

Risco 02 – ESPECIFICAÇÃO INSUFICIENTE PARA OS SERVIÇOS			
Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Dano			
Serviços sendo prestados de forma que não abrange todas as necessidades e/ou capacitações que não atendem as necessidades das Organizações Militares.			
Ação Preventiva		**Responsável**	

Revisão da proposta a presentada pela empresa se é realmente a Capacitação adequada aos servidores da Fiscalização de Contratos.	Equipe de Planejamento da Contratação.

Ação de Contingência	Responsável
Estudar a reputação da empresa antes da montagem da Inexigibilidade de Licitação e emissão da Nota de Empenho.	Equipe de Fiscalização.

Risco 03 – ATRASO NA CONCLUSÃO DA INEXIGIBILIDADE			
Probabilidade:	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Dano			

Não atendimento à demanda no prazo necessário, a possibilidade de aumento da proposta feita pela empresa, tendo como consequência a não realização da Capacitação dos militares e servidores e prejuízo para a CRO/12ª RM.

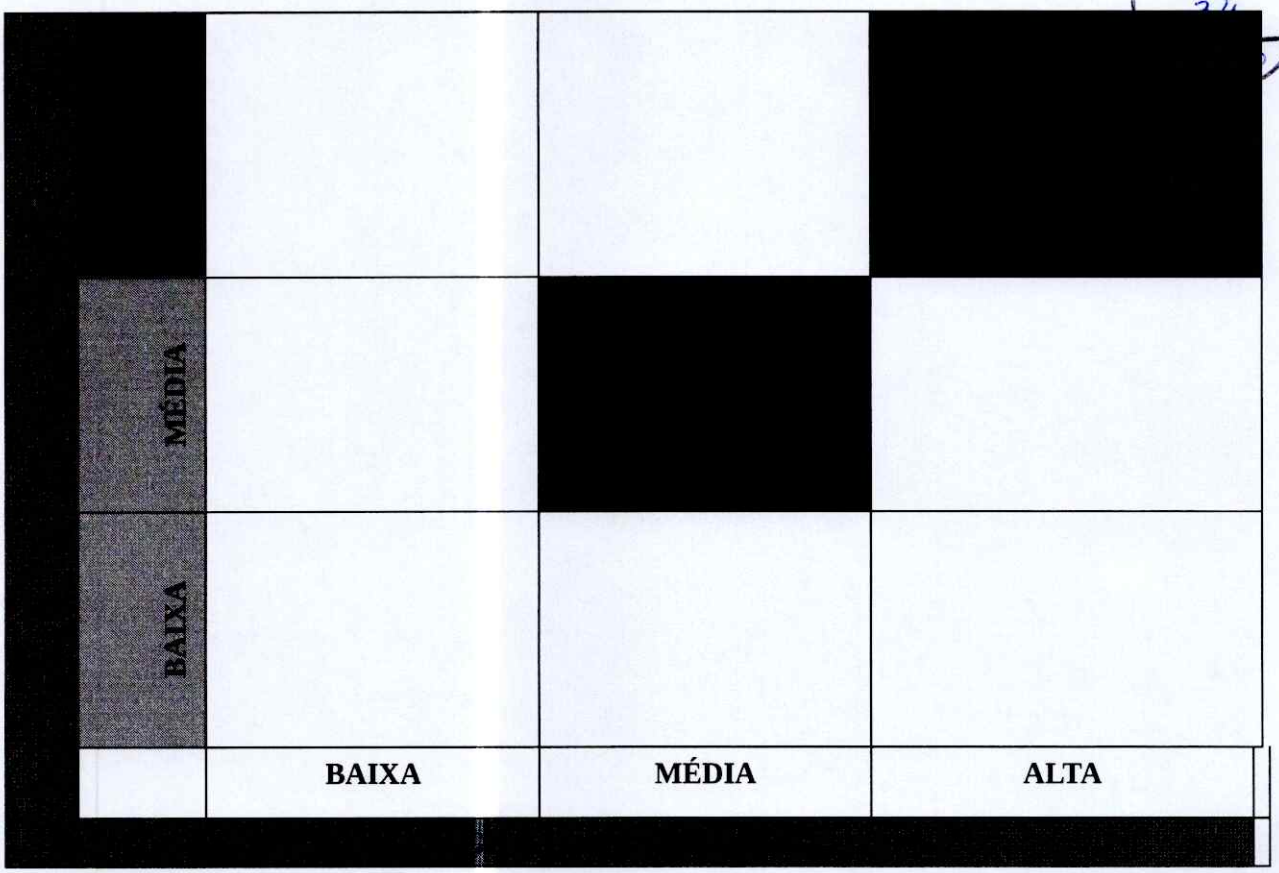
Ação Preventiva	Responsável
Agilizar o Processo de Inexigibilidade de Licitação para que seja feita a emissão da Nota de Empenho até o dia 16 MAR 20.	Chefe da Divisão Administrativa, Chefe da SALC, e Equipe de Planejamento.
Ação de Contingência	**Responsável**
Agilizar o processo de Liquidação e pagamento após a conclusão do Curso pelo Servidor indicado.	Equipe de Planejamento.

Risco 04 – RECURSOS ADMINISTRATIVOS PROCEDENTES			
Probabilidade:	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Dano			

Atraso na licitação e não atendimento à demanda no prazo necessário.

Ação Preventiva	Responsável
Analisar com extensas diligências propostas ofertadas no processo de Inexigibilidade de Licitação, reduzindo os riscos.	Equipe de Planejamento e a Área técnica de análise das propostas.
Ação de Contingência	**Responsável**
Analise quanto aos novos prazos estimados da contratação e verificação de estratégias paralelas.	Equipe de Planejamento.

CRO/12



Manaus - AM, 25 de abril de 2022.

Ordenador de Despesas da CRO/12ª RM

Equipe de Planejamento e Fiscalização:

Chefe da SALC na CRO/12 ª RM

Respondendo pela Chefia da SALC na CRO/12 ª RM

Adj. da SALC na CRO/12 ª RM

CRO/12
35

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 12ª RM
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª RM

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Contratação de curso de aperfeiçoamento, capacitação e treinamento na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Contratos Administrativos – investimento especial para participação no 9º CONTRATOS WEEK – ONLINE 100% ao vivo, para esta organização militar.

2. DA JUSTIFICATIVA

A Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar tem por missão executar obras militares no âmbito da 12ª Região Militar, desempenhando atividades de caráter técnico e administrativo, os quais englobam também a licitação e fiscalização de contratos.

A contratação deste serviço auxiliará na verificação e análise dos procedimentos adotados/praticados na gestão, dos procedimentos licitatórios e contatos realizados/firmados pela administração.

Salienta-se que essa participação serve como alternativa para revisão de rotinas estabelecidas nas gestões, bem como para constituir alicerces sólidos referente ao planejamento da atual administração, com base na transparência administrativa a respeito de licitações desta Organização Militar, e a consequente adequação dos processos formulados pela CRO/12 às leis vigentes.

3. DA QUANTIDADE E VALOR TOTAL

A proposta, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), proporcionará a participação de 5 (cinco) militares no 9º CONTRATOS WEEK – ONLINE 100% ao vivo.

4. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

A Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Contratos Administrativos – investimento especial para participação no 9º CONTRATOS WEEK, agregará diferentes atividades de capacitação com foco nas melhores práticas dos agentes públicos, sendo um dos maiores Eventos existentes sobre Contratação Pública. A sua nona edição consolida a grandeza do evento, que a cada ano apresenta novos especialistas com alta bagagem de conhecimento na área do Setor Público e Equipes de gestão e fiscalização de contratos. O evento acontecerá em 5, de 06/06 até 10/06/2022.

CRO/12
36

5. DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO

A proposta apresentada, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) corresponde a aquisição de 5 (cinco vagas) vagas, proporcionando a participação de 5 (cinco) militares no evento.

O custo por vaga corresponderá a R$ 3.395,00 (três mil, trezentos e noventa e cinco reais), valor praticado pelo Instituto no mercado.

A justificativa do preço se dá à luz da razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação, que poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos.

6. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL – INEXIGIBILIDADE

Licitar é regramento geral, mas conforme o próprio dispositivo das Licitações e Contratos Administrativos, Lei Federal nº.8.666/93, em seus artigos 24 e 25 as situações em que a Administração poderá deixar de promover o certame licitatório para a contratação, admitindo exceções.

Segundo a legislação:

"Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;"

"Art. 13 – Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

I – estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

II – pareceres, perícias e avaliações em geral;

III – assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; IV – fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 12ª RM
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª RM

V – patrocínio de causas judiciais ou administrativas;

VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

VII – restauração de obra de arte ou bem de valor histórico. VIII – (Vetado)

Diante do acima exposto, para o alcance dos resultados pretendidos, apontando a natureza do serviço, a fim de corroborar tal premissa segue anexo os currículos dos professores que ministrarão o referido curso, permitindo inferir que seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Ademais, o curso em questão trata-se de curso aberto a terceiros que se refere àqueles realizados por empresas ao tempo e modo que melhor lhes aprouver, tendo o evento conteúdo genérico, com amplo espectro de possibilidade de participação, abrangendo órgãos de todas as esferas e níveis.

7. DAS OBRIGAÇÕES

7.1 DA CONTRATANTE

a) Promover a inscrição dos servidores no âmbito da CONTRATANTE;

b) Encaminhar à CONTRATADA a relação de nomes dos militares participantes;

c) Comunicar aos militares participantes as orientações de matrícula disponibilizadas pela CONTRATADA;

d) Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos junto a CONTRATADA para esclarecimento de dúvidas, troca de informações e demais providências necessárias à realização do objeto a ser contratado;

e) Acompanhar a prestação de contas referentes à execução decorrentes dos serviços prestados pela CONTRATADA por meio da indicação de militar que atuará como Fiscal do Contrato;

f) Efetuar o pagamento dos serviços executados à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento;

g) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.

7.2 DA CONTRATADA

a) prestar os serviços com qualidade, observando as melhores práticas do setor;

b) realizar, com seus próprios recursos ou, quando necessário, mediante a contratação de terceiros, todos os serviços relacionados com o objeto deste contrato, de acordo com as especificações estipuladas;

c) manter-se, durante o prazo de execução dos serviços, em total compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com todas as condições de regularidade fiscal exigidas para a referida contratação;

d) não poderá: subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência;

e) arcar com todas as obrigações decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao objeto deste Termo de Referência;

f) deverá, durante todo o período de vigência do Contrato, manter representante para atuar como interlocutor a fim de representá-la administrativamente nos assuntos afetos à execução do objeto do contrato;

g) instruir seu representante quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da CONTRATANTE, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações desta observada as obrigações deste instrumento, devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução do serviço contratado.

8. DA ENTREGA / EXECUÇÃO

A entrega será considerada mediante a integral execução do objeto, nos termos do contrato e deste Termo de Referência, respondendo por quaisquer fatores que prejudiquem e/ou impeçam sua efetivação.

Excetuam-se os casos fortuitos devendo haver imediata comunicação à contratante, não isentando, porém, a CONTRATADA da responsabilidade pelos efeitos deles provenientes.

9. DO CANCELAMENTO

Para os casos de cancelamento, que deverá ser feito por escrito, ficam os entes obrigados a cumprir as seguintes disposições, .

CRO/12
39

9.1 PELA CONTRATADA

a) Oferecimento de crédito ao cliente, correspondente às importâncias efetivamente pagas, sob a forma de participação em outro programa educacional.

b) Devolução da importância efetivamente paga antecipadamente.

9.2 PELA CONTRATANTE

a) A CONTRATANTE deverá providenciar, em tempo hábil, a substituição por outro participante, desde que o mesmo atenda às condições e critérios para participar do evento.

b) Poderá ser acordado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA a participação em outro evento de capacitação, mediante entendimento que satisfaça ambas as partes.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993, a Contratada que:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;

10.1.6. Não mantiver a proposta;

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem danos diretos, significativos para a Contratante;

10.2.2. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.4. Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;

10.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

10.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de multa não impede que a Contratante rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções previstas nas Leis 8.666/93.

10.4.1. Inexistindo créditos a descontar, será emitida Guia de Recolhimento tendo como recolher a Contratada, para pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias;

10.4.2. Caso a Contratada não proceda ao recolhimento da multa no prazo determinado, o respectivo valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa.

10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei 9.784/1999.

10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CRO/12
41

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 12ª RM
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª RM

11. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ficará a cargo da Instituição CONTRATADA a confecção e entrega dos certificados aos participantes após o encerramento do evento.

Doravante, a execução dos serviços poderá ser rescindida nos casos de inexecução total ou parcial do objeto contratado, consideradas as hipóteses de rescisão dispostas nos arts. 78 e 79 da Lei n° 8.666/93, bem como as consequências impostas pelo Artigo 80 do mesmo diploma legal.

[redacted]
Chefe da SALC na CRO/12 ª RM

[redacted]
Respondendo pela Chefia da SALC na CRO/12 ª RM

[redacted]
Adj. da SALC na CRO/12 ª RM

DESPACHO:

Aprovo o presente Termo de Referência e determino à adoção de providências necessárias ao prosseguimento da contratação.

[redacted]
Ordenador de Despesas da CRO/12ª RM

CRQ/12
42
FLS
D16

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/02/2014 | Edição: 41 | Seção: 1 | Página: 5

Órgão: Presidência da República/ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 46, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuiçõesque lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII do art. 4º da LeiComplementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o queconsta do Processo nº 00400.010069/2012-81, resolve expedir a presenteorientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãosjurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de1993:

SOMENTE É OBRIGATÓRIA A MANIFESTAÇÃO JURÍDICANAS CONTRATAÇÕES DE PEQUENO VALOR COM FUNDAMENTONOART.24, I OU II, DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHODE 1993, QUANDO HOUVER MINUTA DE CONTRATO NÃOPADRONIZADA OU HAJA, O ADMINISTRADOR, SUSCITADODÚVIDA JURÍDICA SOBRE TAL CONTRATAÇÃO. APLICA-SEO MESMO ENTENDIMENTO ÀS CONTRATAÇÕES FUNDADASNO ART. 25 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, DESDE QUE SEUSVALORES SUBSUMAM-SE AOS LIMITES PREVISTOS NOS INCISOSI E II DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

[redacted]

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

CRO/12
43

Gmail

Licitação CRO/12 <licitacro12@gmail.com>

Solicitação de minuta de contrato.

2 mensagens

Licitação CRO/12 <licitacro12@gmail.com> 20 de abril de 2022 17:32
Para: [redacted]

Prezadas,

Conforme havíamos conversado, solicito a minuta do termo contrato para formalização da demanda, na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Contratos Administrativos - Investimento Especial para Capacitação no 9º Contratos Week - Online 100% Ao Vivo, para esta Organização Militar, informamos que a proposta selecionada é a de nº 10.968 de 2022.

--
Seção de Aquisições, Licitações e Contratos
Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar – CRO/12
Avenida Coronel Teixeira, nº 2.061 - Ponta Negra
Manaus/AM, CEP: 69.037-000
Fone: (92) 3238-7514

camila.castilho@negociospublicos.com.br <[redacted] 22 de abril de 2022 11:02
Para: Licitação CRO/12 <licitacro12@gmail.com>, [redacted]
Cc: [redacted]

Prezados

Bom dia

Ainda não possuímos contrato firmado com outras instituições referente ao 9º Contratos Week. Portanto, envio-lhe em anexo modelo de contrato do 17º Congresso Brasileiro de Pregoeiros.

Permaneço a disposição.

Atenciosamente,

NEGÓCIOS PÚBLICOS
Instituto

[redacted]

Analista Administrativo Comercial

[redacted]

R. Dr. Brasílio Vicente de Castro, 111
Campo Comprido, Curitiba - PR

negociospublicos.com.br





[Texto das mensagens anteriores oculto]

PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUA (Telma) contrato.pdf
368K

CRO/12
45

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

CONTRATO Nº 07/2022

"Contrato de Prestação de serviço visando a capacitação e participação de Militares no 9º CONTRATOS WEEK – ONLINE 100% ao vivo, em Foz do Iguaçu – PR, que entre si celebram a **Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar, e o Instituto de Negócios Públicos do Brasil – Estudos e Pesquisas na Administração Pública – INP – LTDA**".

A COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR, com sede na Avenida Coronel Teixeira, 2061, Bairro Ponta Negra, na cidade de Manaus/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 09.583.415/0001-00, neste ato representada pelo seu Ordenador de Despesas, **Tenente-Coronel** [redacted], nomeado pela Portaria nº 549, de 5 de junho de 2020, publicada no DOU nº 109, de 09 de junho de 2020, inscrito no CPF nº [redacted], portador da Carteira de Identidade Militar nº [redacted] doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa **INSTITUTO DE NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INP LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 10.498.974/0002-81, com sede na Avenida José Maria de Brito, nº 1707, Jardim das Nações, Foz do Iguaçu – PR, CEP nº 85.864-320, representada legalmente por seu sócio administrador, o [redacted], neste ato simplemente denominado CONTRATADA, observada a **Inexigibilidade de Licitação nº 01/2022, Processo Administrativo nº 64333.001509/2022-12**, fundamentada no artigo 25, caput e inciso II, da Lei nº 8.666/93, acordam e ajustam firmar o presente contrato, resolvem celebrar este contrato de prestação de serviços mediante as clásulas a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de Empresa para prestação de serviço de capacitação na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Contratos Administrativos – Investimento Especial para participação no 9º Contratos

WEEK – ONLINE 100% ao Vivo, a ser realizado nos dias 06 a 10 de Junho de 2022, em Foz do Iguaçu – PR.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. A presente avença vigorará por 03 (três) meses, a partir da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogada, por iguais e sucessivos períodos, mediante formalização antes do término da vigência, de acordo com o que prescreve o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

2.2. O presente contrato poderá ser rescindido de comum acordo a qualquer tempo, desde que por instrumento escrito.

2.3. Admitir-se-á a rescisão unilateral mediante comunicação prévia e formal emitida com 60(sessenta) dias de antecedência.

2.4. Permitir-se-á, ainda, a rescisão unilateral do presente contrato em razão do descumprimento das obrigações neste previstas, devendo a parte inadimplente ser notificada previamente e por escrito da rescisão do contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. Fica estabelecido para o presente Contrato o valor global estimado de R$ **15.000,00 (quinze mil reais)**.

3.2. As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão à conta da dotação alocada no elemento de despesa 339039, subordinada ao Programa de Trabalho nº 171454, da Unidade Orçamentária nº 160017 do Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 2022, comprometida na Declaração de Dotação Orçamentária.

3.3. Fica estabelecido que, para o atendimento das despesas referentes aos demais exercícios financeiros, será indicado o crédito pelo qual correrá a despesa, com a especificação da classificação funcional e da categoria econômica, bem como serão emitidas pelo(a) **CONTRATANTE** as pertinentes Notas de Empenho, para o atendimento da Lei.

3.4. A **CONTRATADA** deverá ser cientificada, no mesmo prazo especificado no **item 3.5.** desta Cláusula, da indicação do crédito pelo qual correrá a despesa deste Instrumento nos exercícios subsequentes, efetuando os registros competentes, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993.

3.5.Fica o(a) **CONTRATANTE** obrigada a enviar à **CONTRATADA** cópia da Nota de Empenho, bem como da publicação do extrato deste Instrumento no Diário Oficial da União – D.O.U., no prazo máximo de 48 h (quarenta e oito horas) após a emissão e publicação, respectivamente.

3.6. A Nota Fiscal será emitida pela **CONTRATADA** e encaminhada ao(à) **CONTRATANTE** após o recebimento do faturamento emitido.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

CRO/12
47

4.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 160017
Fonte: **0100000000**
Programa de Trabalho: 171454
Elemento de Despesa: 339039
Plano Interno: FBC1194OBRA

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. O CONTRATANTE se obriga a providenciar todos os documentos solicitados pela CONTRATADA, no interesse dos serviços a serem realizados, ressalvando-se aqueles que estes se comprometerem a providenciar.

6.2. Os documentos necessários ao ajuizamento ou a apresentação de defesa que estiverem a cargo do CONTRATANTE, e cujo atraso ou não entrega cause a prescrição do direito de exigir a prestação ou decadência do direito, ou ainda implique em revelia ou preclusão, isenta a CONTRATADA de qualquer infração ética ou ressarcimento por danos no desempenho profissional.

6.3. O CONTRATANTE deve comunicar imediatamente à CONTRATADA a existência de citações, intimações ou quaisquer requisições ou solicitações que importem em necessidade na atuação deste.

6.4. O CONTRATANTE deve comunicar imediatamente à CONTRATADA, por escrito e de forma justificada, a impossibilidade ou eventual dificuldade na obtenção de documentos, isto para que, caso possível, este possa postular dilação de prazo de entrega dos mesmos a autoridade solicitante, cujo deferimento não pode ser assegurado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente as obrigações assumidas na Cláusula Primeira deste instrumento, zelando pela defesa dos interesses do CONTRATANTE e cumprindo o observando todos os prazos legais para prática dos atos que lhe competir.

7.2. A CONTRATADA se sujeita as cláusulas contratuais e, nos casos omissos, aos ditames da Lei 8.666/93.

7.3. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com o objeto deste contrato e todas as condições exigidas para habilitação e qualificação.

7.4. A CONTRATADA obriga-se a reconhecer os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93.

CRO/12
48

8. CLÁUSULA OITAVA - DA NEGATIVA DA RELAÇÃO DE EMPREGO:

8.1. O presente contrato não tem nem gera quaisquer vínculos empregatícios, significando tão somente prestação de serviços.

9. CLÁUSULA NONA - DA CONTRATAÇÃO DE MEIO:

9.1. A presente contratação é de meio, isto é, assunção por parte da Contratada da obrigação em zelar pelo cumprimento do pactuado, mas não se obrigando a garantir resultados eventualmente esperados pelo Contratante, cuja não obtenção não implicará em qualquer infração ética ou em indenização.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES:

10.1 O descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações ora estabelecidas, desde que por culpa dos contratados, sujeitará estes às sanções previstas na Lei Federal n° 8.666/93, alterada pelas Leis n° 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, nos seus artigos 86, 87 e 88, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

10.2. O valor das multas corresponderá à gravidade da infração, até o máximo de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.

10.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Estado do Amazonas – Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

11.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Manaus/AM,_____ de _____ de 2022.

pela CONTRATANTE

[redacted]

Ordenador de Despesas da CRO/12

pela CONTRATADA

INSTITUTO DE NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INP LTDA

CRO/12
49

ROL DE TESTEMUNHAS:

1ª: _____
[redacted] – **Chefe da SALC**

2ª: _____
[redacted]

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Publicado em: 09/06/2020 | Edição: 109 | Seção: 2 | Página: 11
Órgão: Ministério da Defesa/Comando do Exército/Gabinete do Comandante

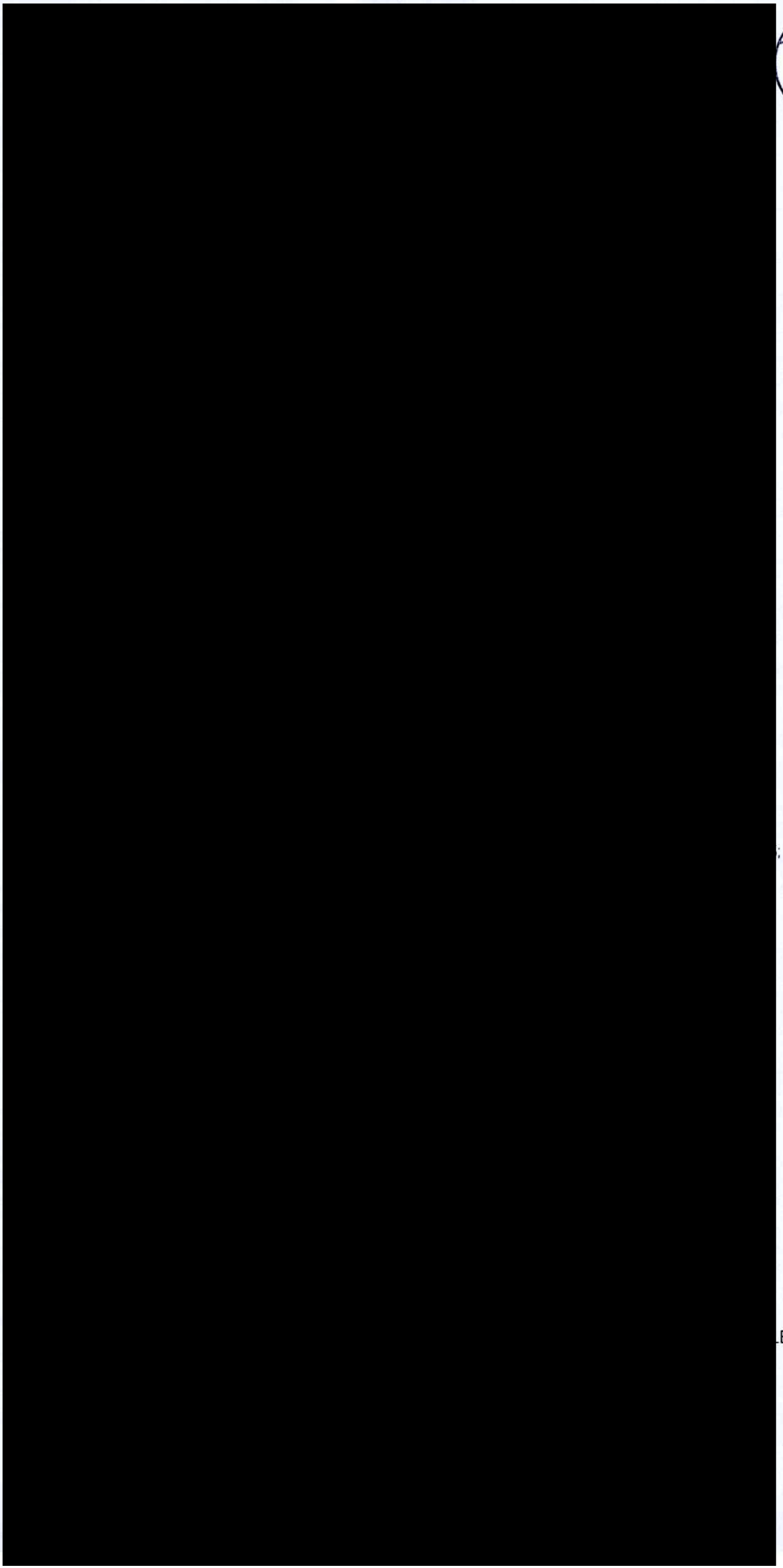
CRO/12
50

PORTARIA Nº 549, DE 5 DE JUNHO DE 2020

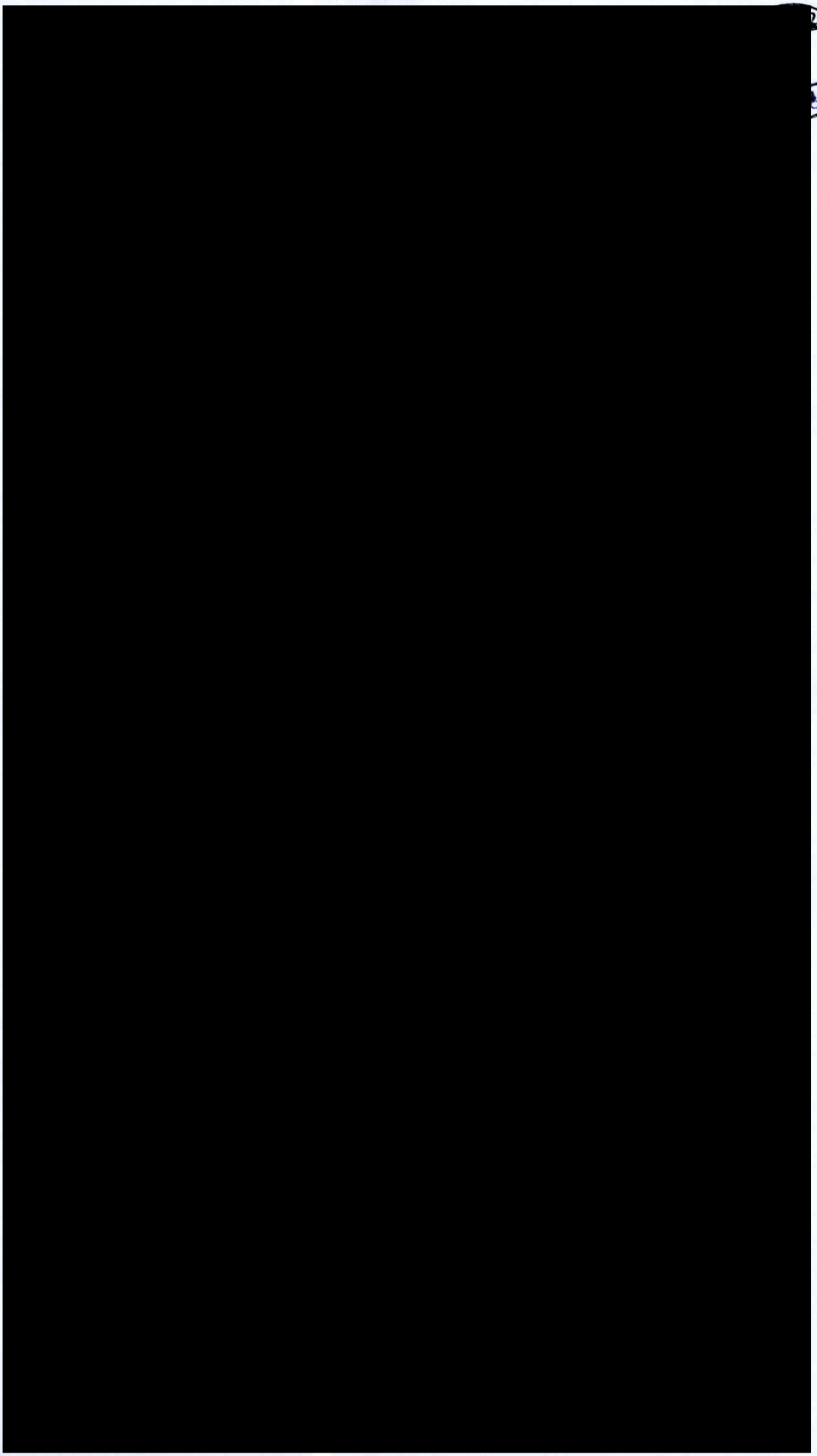
O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o art. 9º, inciso II, alínea "a", do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças do Exército, aprovado pelo Decreto nº 2.040, de 21 de outubro de 1996, alterado pelo Decreto nº 8.514, de 3 de setembro de 2015 e considerando o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, resolve

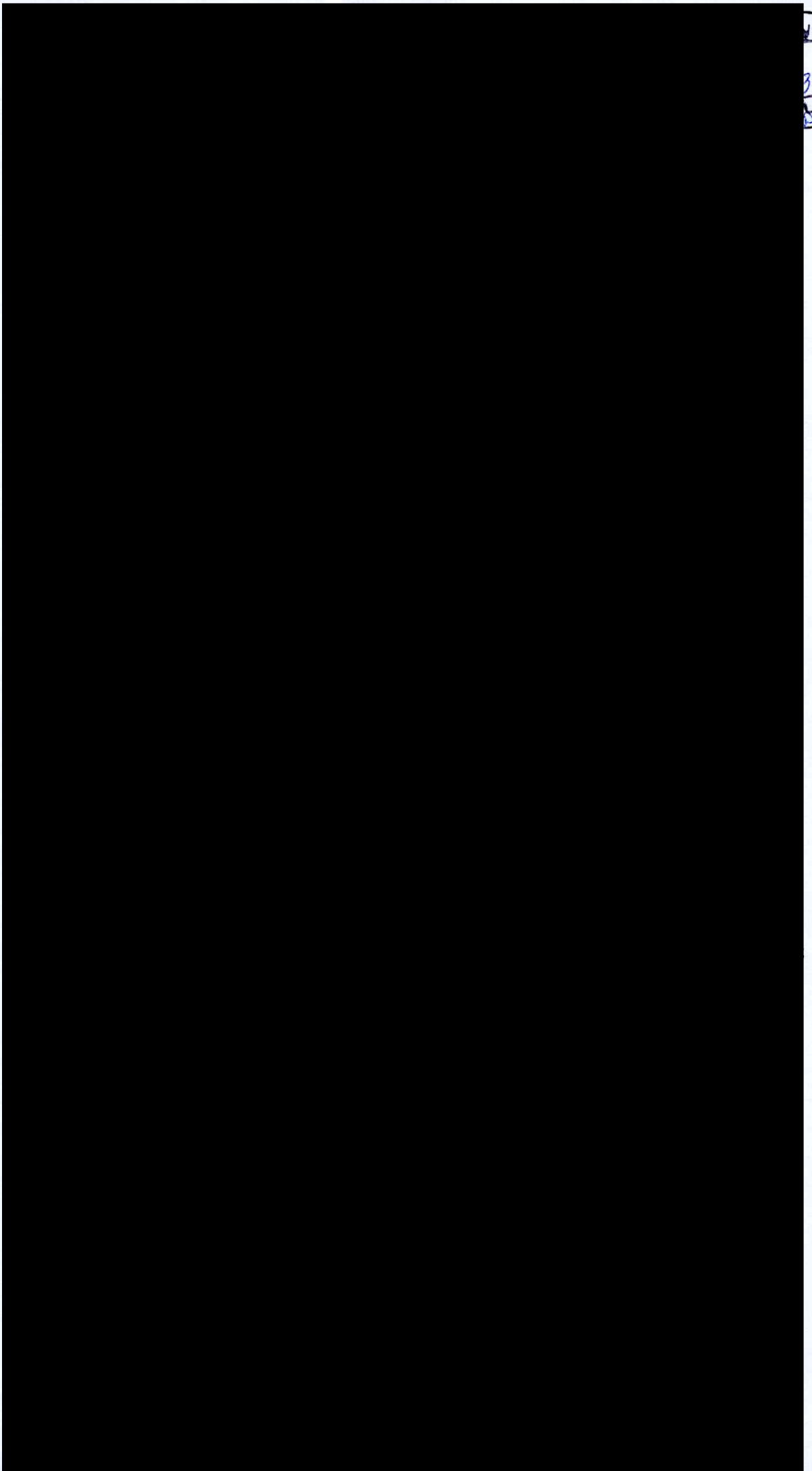
NOMEAR, por necessidade do serviço, ex officio, para o desempenho dos cargos de Comandante, Chefe ou Diretor das organizações militares abaixo relacionadas, os seguintes oficiais:

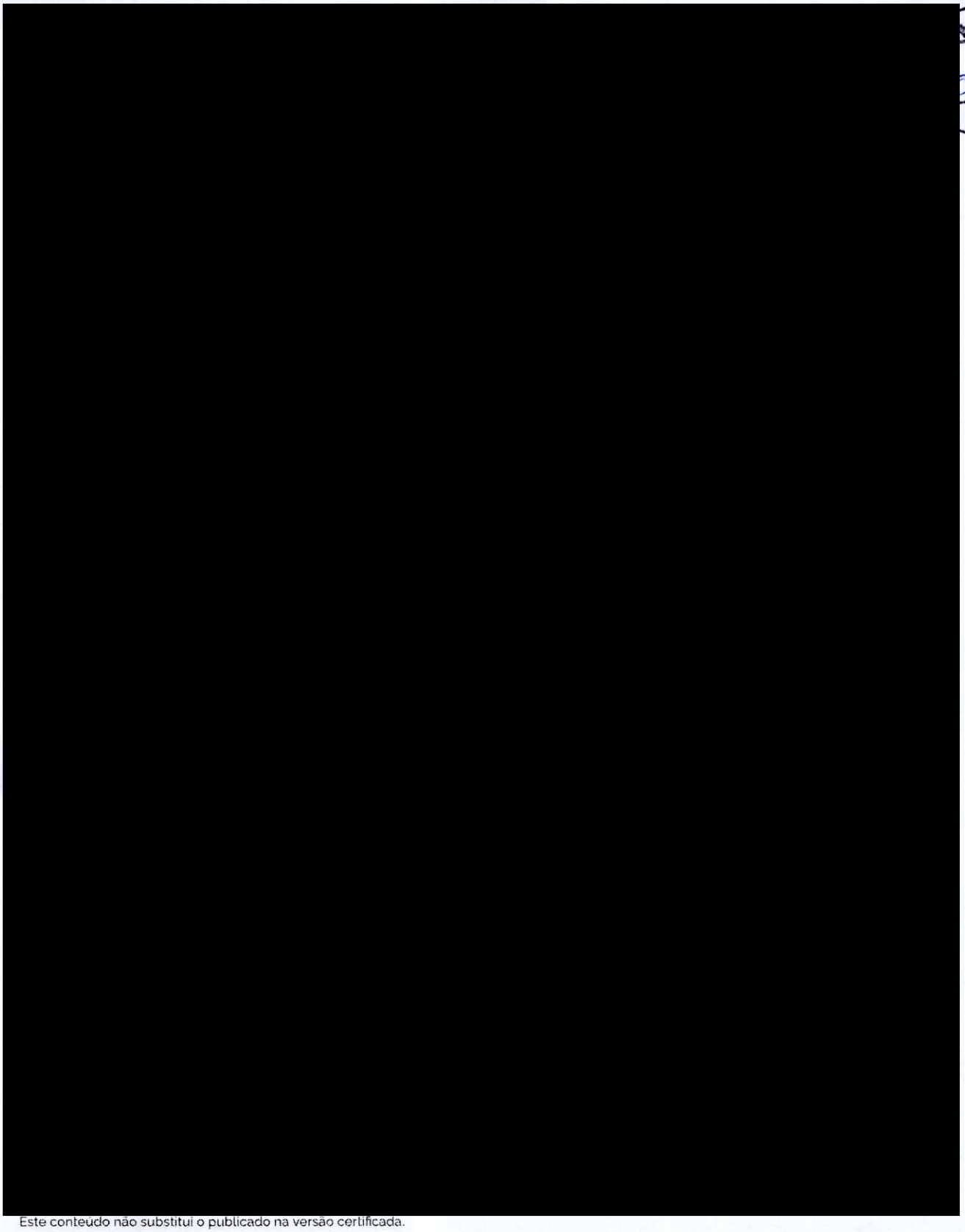
[redacted]




CRO/12
51







Este conteudo não substitui o publicado na versão certificada.

CRC/12
55

CONTRATO SOCIAL
INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇAO PÚBLICA – INP - LTDA

[redacted] brasileiro, casado em comunhão universal de bens, maior, empresário, residente e domiciliado em Curitiba, Pr., à Rua Joaquim Silveira da Motta, 296, Guabirotuba, portador da cédula de identidade RG. Portador do RG sob nº [redacted] e CPF. Sob nº [redacted]

[redacted], brasileiro, casado, em comunhão universal de bens empresário, residente e domiciliado em Curitiba, estado do Paraná, à Rua Senador Salgado Filho,1800-casa 16, portador da cédula de identidade RG. nº [redacted] e CPF (MF) [redacted]

RESOLVEM: Por este instrumento particular de Contrato Social, constituir uma sociedade empresária limitada que e se define como sociedade empresária limitada, regendo-se pelos artigos 1052 a 1087, e demais normas pertinentes da Lei nº 10.406, de 11 de janeiro de 2002, mediante as seguintes cláusulas:

1ª – Denominação

A sociedade girará sob o nome empresarial **INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇAO PÚBLICA** – INP - LTDA.

2ª – Endereço

A sociedade terá sua sede à Rua Lourenço Pinto, 196 – 3º andar, Centro – Curitiba-Pr., CEP. 80.010-160.
Parágrafo Único – A sociedade poderá a qualquer tempo, criar, extinguir ou transferir filiais, agências ou escritórios, em qualquer parte do território nacional.

3ª Objeto Social

A sociedade tem por objetivo social – Pesquisa e Estudos mercadológicos, Edição, Publicação de Livros, Revistas e Boletins, Promoção e Realização de Cursos, Palestras e Seminários e Congressos nas áreas da Administração Pública.

3ª – Capital Social.

O capital social inteiramente subscrito e integralizado pelos sócios na importância de R$ 5.000 (cinco mil reais) dividido em 5.000 cotas no valor de R$ 1,00 (hum real) cada, neste ato em moeda corrente do país, o qual fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	CAPITAL R$	%
[redacted]	3.000,00	60
	2.000,00	40
Total	5.000,00	100

3ª – Duração

A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CRC/12
56

CONTRATO SOCIAL
INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇAO PÚBLICA – INP - LTDA

4ª - Responsabilidade dos sócios

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralidade do Capital Social.

5ª – Cessão ou transferência de quotas

O Sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas, devera notificar por escrito ao(s) sócio(s), discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento para que este(s) exerça(m) ou renuncie(m) ao direito de preferência, o que deverá acontecer dentro de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação ou em maior prazo a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem.
Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

6ª – Administração

A sociedade será administrada por um Administrador, pessoa física, residente no país, quotista ou não, eleito pela Reunião de Quotistas, com mandato indeterminado. A eleição de Diretor não-sócio obedecerá ao disposto no art. 1061 do CC.
Parágrafo Primeiro - Compete ao Administrador representar a sociedade em juízo e fora dele, tendo todos os poderes gerais de administração que a lei lhe outorga para assegurar o funcionamento regular da sociedade, com poderes e atribuições de representar a sociedade ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, movimentar contas correntes bancárias, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, adquirir, vender e onerar bens móveis e imóveis, irrestritivamente, autorizado o uso do nome empresarial, inclusive nomear procuradores em nome da sociedade, quando a prática de qualquer ato assim exigir.
Parágrafo Segundo – É expressamente vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social, sendo também vedado ao administrador a prestação de avais, endossos e fianças ou cauções de favor em nome da sociedade, salvo em operações ou negócios de seu interesse.
Parágrafo Terceiro – Fica eleito para Administrador em mandato indeterminado o sócio Rudimar Barbosa dos Reis, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, analista de sistema, portador da cédula de identidade RG. nº. [redacted] e CPF sob nº.

[redacted] residente e domiciliado em Curitiba, PR, à rua Joaquim Silveira da Motta, 296, Guabirotuba, CEP 81520-280, nesta Capital.

Parágrafo Quarto – O sócio Rudimar Barbosa dos Reis, eleito **Administrador** declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (artigo 1011, parágrafo primeiro da Lei 10.406/2002).

7ª – Retirada de pró-labore

Os sócios poderão em comum acordo, fixar uma retirada mensal a titulo de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

8ª – Dissolução, sucessão e retirada

A Sociedade não se dissolverá em caso de falência, insolvência, incapacidade ou retirada de qualquer sócio quotista, podendo tal dissolução ocorrer somente por deliberação dos sócios ou nos casos previstos em lei.

Parágrafo Primeiro – Ocorrendo a dissolução da sociedade por força de lei ou por deliberação dos sócios proceder-se-á à liquidação de seu ativo e passivo, caso em que o remanescente do patrimônio social será distribuído entre os sócios, na proporção de suas participações no Capital Social.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de morte, falência, insolvência ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesses destes ou do(s) sócio(s) remanescentes(s), as quotas pertencentes a tais sócios serão resgatadas pela Sociedade, pelo seu valor de Patrimônio Líquido a ser apurado de acordo com Balanço Patrimonial a ser especialmente levantado para este fim, dentro de 90 (noventa) dias contados da data do evento. O valor de resgate de tais quotas será pago em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, a partir da data em que for aprovado o referido Balanço Patrimonial Especial.

9ª – Deliberações Sociais

CRQ/12
58

CONTRATO SOCIAL
INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇAO PÚBLICA – INP - LTDA

As deliberações dos quotistas serão tomadas em reunião de sócios, que se regerão pelas normas contidas nos artigos 1071 e 1072, do CC, no que forem aplicáveis. Serão, dispensadas as formalidades de convocação previstas na Lei, quando:

a) todos os sócios comparecerem à reunião ou

b) quando se comprovar que os sócios ausentes, foram convocados por carta entregue até oito dias de antecedência, contra recibo ou AR, contendo o local, a data e hora da reunião, bem como a ordem do dia a ser discutida.

Cada quota corresponderá a 01(um) voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Primeiro - Os sócios reunir-se-ão sempre que for necessário, mediante convocação da Diretoria ou de sócios cujas quotas formem pelo menos um quinto do capital social, e suas resoluções ou decisões constarão do Livro de Atas de Reuniões de Quotistas. Para que as deliberações tenham validade é necessária à presença da maioria societária conforme dispõe o art. 1076 do NCC.

Parágrafo Segundo – As deliberações sociais que resultem na alteração dos termos deste Contrato Social dependem da aprovação unânime dos sócios quotistas, vedada à deliberação majoritária.

10ª – Exercício social, balanço patrimonial e participação dos sócios nos resultados.

O exercício social se encerrará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que será procedido o levantamento do Inventário, Balanço Patrimonial e o Balanço de Resultado Econômico, apurando-se o resultado do exercício, sendo que após as deduções previstas em lei e formação das reservas que forem consideradas necessárias, os lucros ou prejuízos, serão distribuídos ou suportados pelos sócios em proporções que serão estabelecidas pelo voto da maioria simples do capital social.

Parágrafo Único – A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais intermediários em períodos inferiores ha um ano, e os lucros apurados nessas demonstrações, poderão ser distribuídos mensalmente aos sócios quotistas, a título de antecipação de lucros.

11ª – Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba/PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

12ª – Casos omissos

CRO/12
59

CONTRATO SOCIAL
INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INP - LTDA

Os casos omissos deste contrato serão resolvidos pela aplicação dos dispositivos legais que regem este tipo societário e, supletivamente, pelas normas da sociedade anônima, conforme faculta o § único do art. 1.053 da Lei 10.406/02.

E, por assim estarem justos e contratados, datam e assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, que se obrigam por si só e seus herdeiros cumpri-lo fielmente em todos os seus termos.

Curitiba, 15 de maio de 2008.

[redacted]

[redacted]

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 25/06/2008
SOB NÚMERO: 41206229732
Protocolo: 08/234990-8, DE 04/06/2008

INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA - INP - LTDA

MARIA THEREZA LOPES SALOMAO
SECRETARIA GERAL

CRO/12
60

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO

Requerente: **INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNIISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA**

CNPJ: **10.498.974/0001-09**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, até a presente data, **NÃO CONSTA** dos sistemas de informação deste Tribunal nenhum processo no qual INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNIISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA, CNPJ 10.498.974/0001-09, figure como responsável ou interessado.

A presente Certidão não abrange pesquisa na base de dados dos processos administrativos do Tribunal de Contas da União.

Certidão emitida às 18h09min37 do dia 24/04/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/verificaCertidao.faces

Código de controle da certidão: 9PB4.5WX8.X4W5.7EEV

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidara este documento.

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

CRO/12
61

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (24/04/2022 às 18:11) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 10.498.974/0001-09.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6265.BD0B.4889.8699 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

CRO/12
62

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNIISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 10.498.974/0002-81
Certidão nº: 12670758/2022
Expedição: 24/04/2022, às 17:56:28
Validade: 21/10/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNIISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.498.974/0002-81, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CRO/12
63

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
10.498.974/0002-81 **FILIAL**		**19/06/2019**

NOME EMPRESARIAL
INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNIISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
INP	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.61-0-02 - Comércio varejista de jornais e revistas
58.11-5-00 - Edição de livros
58.13-1-00 - Edição de revistas
58.23-9-00 - Edição integrada à impressão de revistas
62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação
73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV JOSE MARIA DE BRITO	**1707**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.864-320	**JARDIM DAS NACOES**	**FOZ DO IGUACU**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FINANCEIRO@NEGOCIOSPUBLICOS.COM.BR	**(41) 3778-1730/ (41) 3778-1731**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**19/06/2019**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **24/04/2022** às **17:57:31** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CRO/12
64

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNIISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA
CNPJ: 10.498.974/0001-09

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:05:53 do dia 03/02/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/08/2022.
Código de controle da certidão: **110B.0974.1E72.35A8**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 20/04/2022 16:57:07

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNIISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA**
CNPJ: **10.498.974/0002-81**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

CRO/12
66

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.





Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**10.498.974/0002-81**	DUNS®:	**893936743**
Razão Social:	**INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNIISTRACAO PUB**		
Nome Fantasia:	**INP**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**03/11/2022**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**21/08/2022**
FGTS	Validade:	**08/05/2022**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**20/09/2022**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**23/04/2022**
Receita Municipal	Validade:	**22/06/2022**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2022**

[redacted]

Ass: _____

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 10498974000109

LIMPAR

Data da consulta: 24/04/2022 21:12:07
Data da última atualização: 22/04/2022 16:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							



CRO/12
69

Gmail

Licitação CRO/12 <licitacro12@gmail.com>

Solicitação de minuta de contrato.

Larissa Batista <[redacted]> 25 de abril de 2022 09:37
Para: licitacro12@gmail.com
[redacted]

Bom dia!

Segue em anexo documentos como solicitados. Qualquer coisa estamos a disposição!

Atenciosamente

NEGÓCIOS PÚBLICOS
Instituto

[redacted]

R. Dr. Brasilio Vicente de Castro, 111
Campo Comprido, Curitiba - PR negociospublicos.com.br



[Texto das mensagens anteriores oculto]

6 anexos

DF - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC.pdf
480K

MT - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO.pdf
398K

DF - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DF.pdf
133K

Carta de Exclusividade 9º Contratos Week - online.pdf
478K

Curriculo palestrantes.pdf
419K

Portfolio Eventos 2019.pdf
3532K

CRQ 13
70
Fls 176

CFC

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
SAUS Quadra 05, Lote 03, Bloco J, Edifício CFC, - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-920
Telefone: +55 61-3314-9600 - E-mail: cfc@cfc.org.br - www.cfc.org.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Processo nº 90796110000019.000003/2021-78

Atestamos, que o INP - Instituto Negócios Públicos do Brasil Ltda, inscrito no CNPJ nº 10.498.974/0001-09, sediada aa Rua Dr. Brasilio Vicente de Castro nº 111, Campo Comprido-Curitiba/PR, realizou a capacitação "8º Contratos Week – Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos", no período de 5 a 9 de julho de 2021, em ambiente online 100% ao vivo, turma aberta a terceiros e com aulas síncronas, com carga horária de 30(tinta) horas, nos termos do contrato simplificado nº 30/2021 - Processo SEI nº 90796110000019.000003/2021-78. O valor total da contratação para 7(sete) inscrições foi de R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).

Na execução do referido evento, o Instituto Negócios Públicos, cumpriu com todas as condições estabelecidas para o serviço, evidenciando sua plena capacidade técnica, realçada pela atuação de professores renomados pelo domínio dos conteúdos apresentados e metodologia de ensino eficaz, que proporcionaram positivos resultados aos participantes do treinamento, cumprindo, desta forma, as obrigações constantes do Contrato .

Brasília/DF, 15 de julho de 2021.

[redacted]

Diretora Executiva em Exercício

Documento assinado eletronicamente por [redacted] **Coordenadora**, em 15/07/2021, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0026893** e o código CRC **05C48D06**.

CRQ 13ª 71 96

LUIZA EMIKO YABE:30 823732

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)
ESCOLA JUDICIAL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, neste ato representada pela Senhor(a) [redacted] Coordenadora da Escola Judicial TRT23, ATESTA para os devidos fins, que a empresa INP – Instituto de Negócios Públicos, CNPJ 10.498.974/0002-81, com sede na Avenida José Maria de Brito, 1707 – Jardim das Nações – Foz do Iguaçu/PR, ministrou o evento ONLINE ao vivo: "8º Contratos Week – Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos" com instrutores diversos, demonstrando capacidade técnica e pontualidade nos compromissos assumidos, dentro dos prazos e condições estabelecidas, não havendo nada, até a presente data, no âmbito desta pasta, que possa desaboná-la.

Cuiabá-MT, 19 de Julho de 2021.

[redacted]

Coordenadora da Escola Judicial -TRT23

CRV12
72

CRO/12
73

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DF
Praça Municipal Qd. 02, Lote 06 - Bairro Plano Piloto - CEP 70094-901 - Brasília - DF

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Conforme informação prestada pela SECAP , no processo SEI nº 0005333-44.2021.6.07.8100, atestamos que a empresa **Instituto de Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública - INP LTDA.,** inscrita sob o nº CNPJ 10.498.974/0002-81**,** localizada na Rua Doutor Basílio Vicente de Castro, Campo Comprido - Curitiba - PR, CEP: 81.200-526, prestou o serviço, visando à participação de 2 servidores no evento *online* "8º Contratos Week - Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos", conforme especificados pelo fiscal do contrato:

Processo Administrativo: 0005333-44.2021.6.07.8100

Objeto: Prestação de serviço não continuado, visando à participação de 2 servidores no evento online **"8º Contratos Week - Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos"**, realizado nos dias 05 a 09 de julho de 2021.

Nota de Empenho nº 137/2021 TRE/DF

Valor do Contrato: R$ 5.933,40 (cinco mil novecentos e trinta e três reais e quarenta centavos).

Prazo de Vigência: 05/07/2021 a 09/07/2021

Fiscal do Contrato: [redacted]

Atribuições da Contratada:

A Contratada realizou sua 8ª edição, com carga horária de 30 horas, voltado especialmente para agentes públicos que atuam na gestão e na fiscalização dos contratos administrativos. Durante uma semana, especialistas abordaram as principais questões da área, sempre considerando atualizações normativas, entendimentos consolidados pelos órgãos de controle e a repercussão prática no dia a dia do agente público. Formado por palestras com abordagem técnica e por oficinas que adentram em temas mais específicos, com enfoque prático, o evento proporciona a capacitação e o aperfeiçoamento das equipes de gestão e fiscalização de contratos e oferece uma visão sistêmica do contrato em si e de sua relação com as demais etapas do processo de contratação

Atestamos que a empresa **Instituto de Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública - INP LTDA.,** inscrita sob o nº CNPJ 10.498.974/0002-81, cumpriu de forma satisfatória, nos termos em que fora contratada, o objeto da contratação constante da Nota de Empenho nº 0137/2021, nada havendo, em relação a este ajuste, nada que desabone a conduta da Pessoa Jurídica.

[redacted]
Secretária de Administração, Orçamento e Finanças - Substituta

[redacted]
Fiscal do Contrato

sei! Documento assinado eletronicamente por [redacted], **Assistente**, em

Documento assinado eletronicamente por [redacted] **Secretária Substituta**, em 03/08/2021, às 12:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

CRO/12 74

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-df.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0949193** e o código CRC **19E0CABC**.

CRO/12 75

Tabelião Hamilton Barros — 4º TABELIONATO DE NOTAS — 089227AE469539
Av. das Américas 16401 - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro - CEP: 22790-703 - Tel.: (21) 3434-9400
Reconheço por semelhança a firma de [redacted]
Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2022 Em test da verdade
Conf. Por [redacted] Escrevente
Emolumentos: R$ 6,69 TJ+Fundos: R$ 2,38 Total: R$ 9,07
Selo: EEBJ62785-RFY
consulte em https://www3.tjrj.jus.br/Selos/
CARTÓRIO DE NOTAS Cesar Silva da Costa Escrevente Mat. 94100

ABEOC BRASIL
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE EVENTOS

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins, os dados e informações a seguir:

1) EMPRESA: **Instituto Negócios Públicos do Brasil – Estudos e Pesquisas na Administração Pública – INP – Ltda**, situada na Avenida José Maria de Brito, 1707, Jardim das Nações – Foz do Iguaçu/PR, CEP: 85.864-320, inscrita no CNPJ nº 10.498.974/0002-81, associada da ABEOC BRASIL - Associação Brasileira de Empresas de Eventos.

2) REPRESENTANTE LEGAL: Sr. [redacted], Sócio Administrador, portador do RG nº [redacted] PR e CPF nº [redacted].

3) PRODUTO/SERVIÇO: A empresa acima detém, com total exclusividade, conforme previsto no art. 25 da Lei nº 8.666/93 e pressupõe inviabilidade de competição sendo assim todos os direitos de promoção, divulgação, comercialização e realização do evento denominado **"9º CONTRATOS WEEK – SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINSTRATIVOS"**, que será realizado de 06 a 10 de junho de 2022, **ONLINE 100% AO VIVO.**

- 30 horas de capacitação de qualidade
- Networking com servidores públicos de todo o Brasil
- Atualização e consolidação das novas normas legais
- Material didático elaborado exclusivamente para o evento
- Presença dos mais renomados palestrantes e professores
- Excelência de capacitação do Grupo Negócios Públicos

4) VALIDADE: Este atestado é válido por 180 (cento e oitenta) dias e é fornecida exclusivamente com base nas informações, dados e documentos apresentados pela empresa Instituto Negócios Públicos do Brasil – Estudos e Pesquisas na Administração Pública – INP – Ltda, estando arquivados na Associação ABEOC BRASIL:

I. Atos Constitutivos da empresa;
II. Declaração firmada pela empresa que informa os dados acima, sobre os quais assume toda e qualquer responsabilidade bem como sobre a utilização do presente.

4º OFÍCIO DE NOTAS

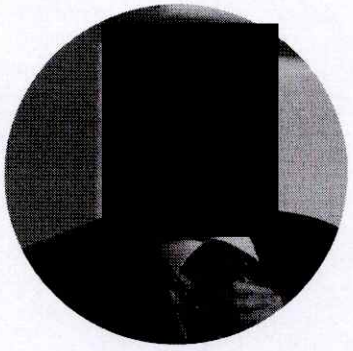
Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2022.

[redacted]

Presidente – ABEOC BRASIL

CRO/12 76 PR

COORDENADOR TÉCNICO



[redacted]

Professor, Engenheiro Civil e Advogado

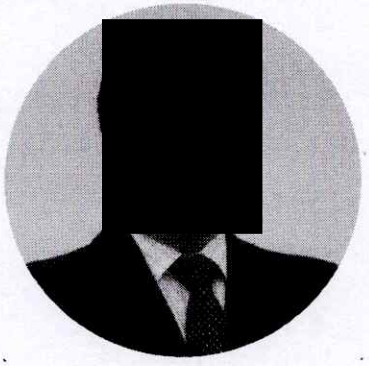
- O Professor Paulo Reis é Engenheiro Civil e Advogado, com mais de 40 anos de atividades na administração pública brasileira, especialmente em processos de contratação de obras, bens e serviços.

- Exerceu por 10 anos a função de Presidente do Comitê de Licitações do Banco da Amazônia tendo sido, também, Pregoeiro da instituição pelo prazo de 4 anos. Foi Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Assessor Especial da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e Coordenador de Controle Interno da SEMEC

- É Professor aposentado, da Universidade Federal do Pará. Doutrinador na área de licitações e contratos da administração pública, é autor dos livros: OBRAS PÚBLICAS - MANUAL DE PLANEJAMENTO, LICITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO e SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - UMA FORMA INTELIGENTE DE CONTRATAR. É coautor dos livros LICITAÇÕES PUBLICAS - HOMENAGEM AO JURISTA JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, LEI DAS EMPRESAS ESTATAIS e 101 DICAS SOBRE O PREGÃO.

CRQV 12 77

PALESTRANTES

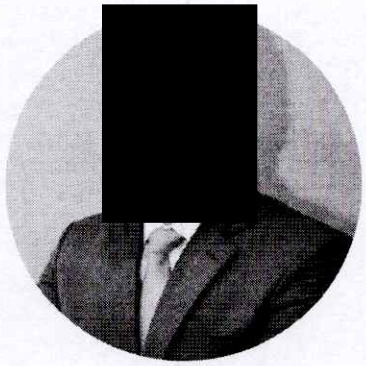


[redacted]

Advogado e professor de Direito Administrativo

• Professor; Advogado e sócio do Reis & Lippmann Advogados; Doutor e Mestre em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Doutor em Direito Administrativo pela Universitat Rovira i Virgili – Espanha (cum laude); Especialista em Direito Administrativo e Especialista em Processo Civil; Professor de Direito Administrativo do UNICURITIBA e da Universidade Tuiuti do Paraná (licenciado); Coordenador da Pós-Graduação em Licitações e Contratos no Grupo Educacional Polis Civitas; Professor convidado da Pós-Graduação da UNICURITIBA, UNIBRASIL, Faculdade Baiana de Direito, UNIPAR, Instituto Bacellar, dentre outras.

• Professor da Escola Superior de Advocacia; Presidente da Comissão de Gestão Pública, Transparência e Controle da Administração da Ordem dos Advogados do Brasil – Paraná (2013-2018); Diretor-Adjunto Acadêmico do Instituto Paranaense de Direito Administrativo; Ex-Integrante do Conselho Consultivo da Agencia Reguladora do Paraná – AGEPAR.



[redacted]

Mestre em Direito e Doutor em Ciências Jurídico-Políticas

• É fundador do Portal L&C (licitacaoecontrato.com.br). É doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa, Mestre em Direito, Especialista em Direito Público e Pós-Graduado em Direito da Contratação Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Participou do Programa de Intercâmbio Erasmus+, desenvolvendo pesquisa na área de Direito da Contratação Pública na Università degli Studi di Roma – Tor Vergata. É Procurador Federal da Advocacia-Geral da União – AGU, órgão no qual foi Chefe da Divisão de Licitação e Contrato da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e membro da Câmara Permanente de Licitação e Contrato da Procuradoria-Geral Federal (PGF). Atua na consultoria e assessoramento de gestores públicos federais desde 2008. É membro da Red Iberoamericana de Contratación Pública e professor de Direito Administrativo com ênfase em Licitação e Contrato.

CRDJ 78

PALESTRANTES

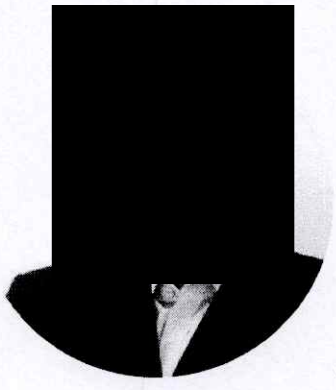


[redacted]

Doutora em Direito Administrativo

• Advogada e consultora jurídica na área de contratações públicas. Doutora em Direito Administrativo pela PUC-SP. Possui Certificação CP³P-F (Certificado Profissional Internacional de Parcerias Público-Privadas). Mestre em Direito da Sociedade da Informação (ênfase em políticas públicas com o uso da TI) pela UniFMU-SP. Pós-graduada em Administração Pública e em Direito Administrativo pela PUC-SP, com extensão em Direito Contratual. Gestora de Administração e Gestão de Pessoas na Prefeitura de Jundiaí-SP. Conteudista de Pós-Graduação em Direito Administrativo no grupo Kroton. Professora do Centro Universitário Padre Anchieta – Jundiaí-SP, nas disciplinas de Direito Administrativo e Linguagem Jurídica.

• Autora de obras e artigos nas áreas de Direito Administrativo e Linguagem Jurídica. Ministra cursos nas áreas de licitações, contratos administrativos, convênios, parcerias com o poder público (concessão, permissão, PPP), gestão pública, concursos públicos, linguagem oficial e linguagem jurídica. Formada em Letras, com pós-graduação em Gramática da Língua Portuguesa.



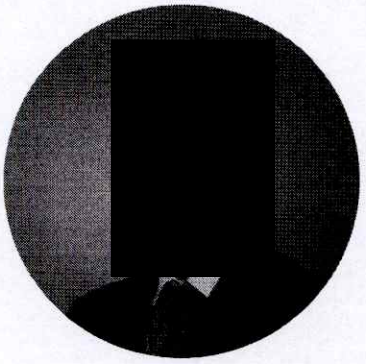
[redacted]

Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

• Pós-Doutor pela Harvard Law School; Harvard Kennedy School of Government – Harvard University; Universidade de Direito de Lisboa; Singapore Management University e pela Massachusetts Institute of Technology. Doutor e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito do Recife – UFPE. Graduado em Direito e Economia pela Universidade Federal de Pernambuco e Administração de Empresas pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

• Professor da Faculdade de Direito do Recife – UFPE. Professor Visitante na Singapore Management University, na Massachussetts Institute of Technology e no LLM de Energia da QueenMary University em Londres. Conferencista Visitante nas Universidades de Nankai e de Jilin, ambas na China.

PALESTRANTES



[redacted]

Advogado da União

- Doutorando em Direito pela UFPE e Mestre em Direito Econômico pela UFPB
- Membro da Câmara Nacional de Licitaçõ es e Contratos da Consultoria-Geral da União
- Atuou como Consultor Jurídico Adjunto da Consultoria Jurídica da União perante o Ministério do Trabalho e Emprego
- Autor de diversas obras jurídicas, destacando: Leis de Licitações Públicas comentadas (10ª ed.), Direito Administrativo (coautor. 9ª ed.); Licitaçõ es 10ª Ed.) e Licitações e Contratos nas Empresas Estatais (coautor), Direito Provisório e a emergência do Coronavírus (coautor) e Improbidade Administrativa (coautor. 4ª ed.)



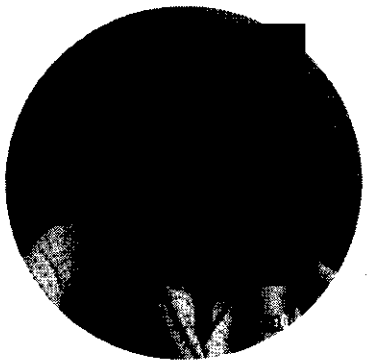
[redacted]

Servidor do Superior Tribunal de Justiça

- Servidor de carreira do Superior Tribunal de Justiça, titular da unidade de Auditoria Operacional e de Governança do Conselho da Justiça Federal. Bacharel em Direito, Pós-Graduado em Direito Administrativo Contemporâneo, Mestrando em Ciências Jurídicas (Master of Legal Science) com concentração em Riscos e Compliance pela Ambra University – Florida/EUA. Certificado em Auditoria Governamental, Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos pelo ISC/ TCU e Tutoria e Docência pelo CEJ/ CJF. Instrutor de capacitações em Gestão Pública em instituições públicas e privadas de ensino. Experiência de uma década realizando auditorias por todo o Brasil. Um dos representantes da área de negócio do CJF junto ao CNJ na implementação do Sistema Auditar – sistema de auditoria baseada em riscos. Ex-assessor do Ministro Herman Benjamin do STJ – 2ª Turma, 1ª Seção, Direito Público. Atualmente, participando do ciclo de auditorias nos órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º graus das 5 regiões para analisar o grau de implementação do Processo de Gestão de Riscos.

80

PALESTRANTES



[redacted]

Especialista em Direito Processual Civil

• Advogada, servidora pública há mais de 20 anos. Professora e instrutora em licitações e contratos. Especialista em Licitações e Contratos e em Direito Processual Civil, com habilitação para o Magistério Superior na área do Direito. Ex-empregada pública da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf. Servidora pública de carreira da Justiça Eleitoral. Membro do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas – IDAA/AL. Membro do Comitê de Governança das Contratações da Rede Governança Brasil. Vasta experiência em Direito Administrativo, com ênfase na fase da Execução Contratual e em Gestão e Fiscalização de Contratos. Palestrante, escritora e instrutora. Colunista do portal Sollicita, na coluna Loucas por Licitações. Coordenadora de Equipes de Planejamento de Contratações. Ex-Chefe da Seção de Gestão de Contratos - SEGEC, do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Ministrante de cursos e palestras, virtuais e presenciais, para servidores de Institutos Federais de Educação, Universidades Estaduais e Federais, Prefeituras e Câmaras Municipais, Conselhos Federais, TRF, TRT, autarquias www.negociospublicos.com.br/congresso 16 e empresas públicas federais e estaduais. Criadora do perfil no Instagram @jo_xdagestao onde compartilha, com alegria e muito carinho, conhecimento sobre Execução Contratual e Gestão e Fiscalização de Contratos



[redacted]

Mestre em Gestão de Políticas Públicas

• Advogada e consultora em Licitações e Contratos, Especialista em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito de Curitiba. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Professora no Curso de Especialização em Licitações e Contratos Administrativos do UNIBRASIL; Autora da obra "Contratos Administrativos – Manual para Gestores e Fiscais", Editora Juruá.

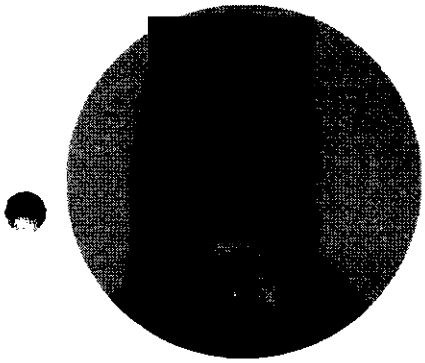
PALESTRANTES



[redacted]

Doutora e Mestra em Direito Administrativo

• Doutora e Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Ex-Assessora Jurídica na Secretaria da Saúde do Município de São Paulo. Ex- Procuradora da Universidade de São Paulo. Atualmente é Professora de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA, do Instituto de Direito Administrativo Paulista – IDAP, do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP e do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). É sócia do escritório Carvalho Stroppa Sociedade de Advogados.



[redacted]

Analista de controle externo do TCU

• Analista de controle externo do Tribunal de Contas da União, onde exerce a função de assessora do Ministro Benjamin Zymler. É co-autora do livro Licitações & Contratos: Orientações Básicas, editado pelo Tribunal de Contas da União.

CRO/12

NEGÓCIOS PÚBLICOS®
GRUPO



O QUE VOCÊ PRECISA PARA

TRANSFORMAR SUA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?

NEGOCIOSPUBLICOS.COM.BR

NEGÓCIOS PÚBLICOS®
GRUPO

O **Grupo Negócios Públicos** está há mais de **20 anos atuando na realização de eventos, treinamentos e na prestação de suporte técnico e jurídico na área de Licitações e Contratos**. É reconhecido no mercado como um dos principais parceiros da Administração Pública, pois produz conhecimento de alta qualidade e entrega soluções concretas e eficientes para o dia a dia dos agentes.

Realiza há **13 anos o maior encontro nacional de compras públicas**, o Congresso Brasileiro de Pregoeiros, que já capacitou mais de 18 mil servidores públicos.

Todos os eventos prezam pela inovação e proporcionam um ciclo de capacitação contínua aos agentes públicos, com uma metodologia própria que possibilita um maior aproveitamento.

O Grupo Negócios Públicos oferece, ainda, suporte para todas as fases relacionadas à contratação pública, incluindo soluções em tecnologia que facilitam a atuação diária dos profissionais envolvidos.

EVENTOS

Os eventos realizados pelo **Instituto Negócios Públicos** são a forma mais eficaz para capacitar e motivar Servidores Públicos que atuam com Licitações e Contratos.

NEGÓCIOS PUBLICOS®
INSTITUTO



Nosso orgulho de realizar os 3 maiores eventos do Brasil!

- Congresso Brasileiro de Pregoeiros
- Pregão Week
- Contratos Week

CRO/12 85 PR JRO

CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS

O MAIOR ENCONTRO NACIONAL NA ÁREA DE COMPRAS PÚBLICAS

13 EDIÇÕES CONSECUTIVAS COM RECORDE DE PÚBLICO

Mais do que realizar suas atividades, o Pregoeiro precisa satisfazer os anseios da sociedade.

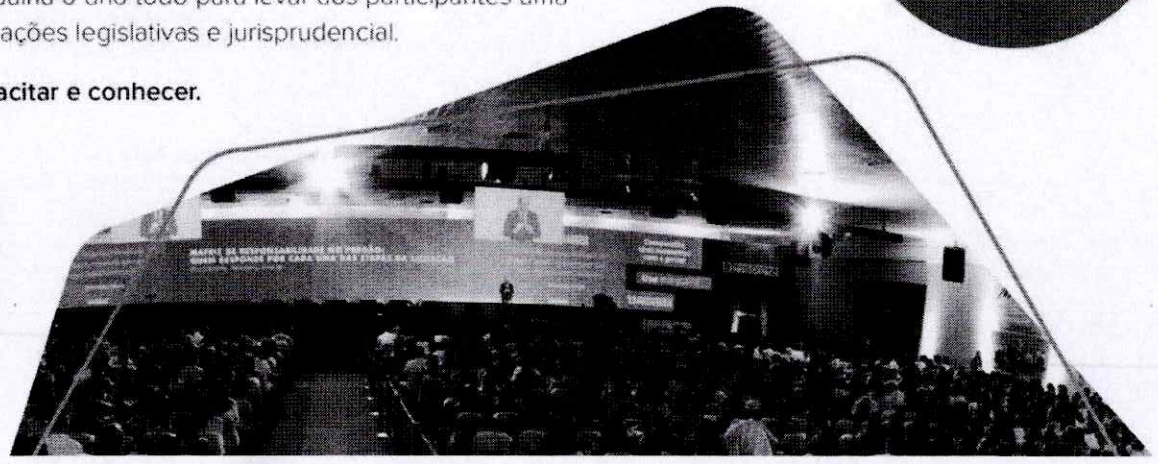
A responsabilidade dos atos diários refletem diretamente no dia a dia do cidadão brasileiro. Por este motivo, desde a primeira edição, o Congresso Brasileiro de Pregoeiros é preparado para contribuir com a evolução das competências dos agentes públicos.

Participar do maior encontro nacional de compras públicas não é apenas se capacitar, mas sim se preparar com o mais alto padrão de qualidade, aproveitar a presença dos maiores doutrinadores do país e trocar experiências com colegas de profissão. Afinal, mais de 18 mil Pregoeiros já passaram por aqui.

Já são 13 anos de sucesso, mas para fazer do Congresso de Pregoeiros um evento único dentro da Administração Pública, a equipe Negócios Públicos trabalha o ano todo para levar aos participantes uma programação diferenciada e as mais recentes atualizações legislativas e jurisprudencial.

Estar neste Congresso é muito mais do que se capacitar e conhecer.
É fazer acontecer.

www.congressodepregoeiros.com.br



CRO/12 86 FLS

CONTRATOS WEEK

SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



O Contratos Week é um evento registrado no calendário de capacitações brasileiro.

Em sua 6ª edição, este é o evento com a maior carga horária sobre o tema, voltado especialmente para agentes públicos que atuam na gestão e na fiscalização dos contratos administrativos.

Durante uma semana, especialistas abordam as principais questões da área, sempre considerando atualizações normativas, entendimentos consolidados pelos órgãos de controle e a repercussão prática no dia a dia do agente público.

Formado por palestras com abordagem técnica e por oficinas que adentram em temas mais específicos, com enfoque prático, o evento proporciona a capacitação e o aperfeiçoamento das equipes de gestão e fiscalização de contratos e oferece uma visão sistêmica do contrato em si e de sua relação com as demais etapas do processo de contratação.

www.contratosweek.com.br

CRO 12 87 PR

CONGRESSO BRASILEIRO DE

GOVERNANÇA, CONTROLE PÚBLICO E GESTÃO DE RISCOS NAS AQUISIÇÕES



Governança, controle e gestão de riscos são temas correlatos e de fundamental importância para a Administração Pública e entidades que, de um modo geral, operem recursos considerados públicos.

Entretanto, para a grande maioria dos agentes envolvidos, há dúvidas sobre seu conteúdo e sobre como, de fato, o estudo desses temas poderá contribuir para o seu dia-a-dia e das suas organizações.

Nesse contexto, o objetivo do evento é trazer aos agentes que se encontram nas camadas diretivas e nas diferentes linhas de defesa das organizações, incluindo os controles internos de gestão, uma abordagem direta e prática de aspectos relevantes à sua atuação, enfocando, ainda, o controle da economicidade e da legalidade das compras públicas.

Portanto, mais do que os aspectos teóricos necessários ao entendimento do assunto, o evento proporciona uma compreensão prática sobre os temas e sua aplicabilidade na realidade das organizações públicas brasileiras, com especial atenção à seara das compras públicas e às diferentes etapas do processo de aquisição.

www.negociospublicos.com.br/governanca

CRO/12

PREGÃO
WEEK
SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE PREGÃO



A busca por conhecimento e capacitação na Administração Pública tem sido constante, principalmente por agentes que atuam na área de Licitações, como os pregoeiros.

Com o reconhecimento e a satisfação de realizar o maior evento de capacitação em Pregão do país, o Congresso Brasileiro de Pregoeiros, o Instituto Negócios Públicos preparou uma semana de estudos avançados sobre o tema.

Com profissionais renomados e preparados, esta semana trará de forma dinâmica e aprofundada, a informação, o conhecimento, a ciência doutrinária e jurisprudencial mais diligente e atual sobre o Pregão e seus principais entendimentos.

www.pregaoweek.com.br

Participe do Pregão Week e tenha a melhor capacitação em prol do melhoramento das atividades públicas para tomar as decisões mais importantes com clareza, responsabilidade e transparência.

CONGRESSO BRASILEIRO DE

COMPRAS PÚBLICAS

Evento com maior amplitude temática, tem como foco o processo de contratação pública e temas que lhes são correlatos, trazendo uma abordagem integrada e sistêmica em relação às demais áreas e aos resultados finalísticos da organização.

Compõe-se de palestras técnicas e oficinas específicas, com atuação de professores notoriamente especializados, mantendo, assim, a sistemática que já é tradicional nos eventos do Grupo.

Diferencia-se, especialmente, pelo compartilhamento de práticas de sucesso, contribuindo para o benchmarking da organização e entregando aos participantes um networking qualificado, formado por profissionais com experiências concretas.

www.negociospublicos.com.br/compras

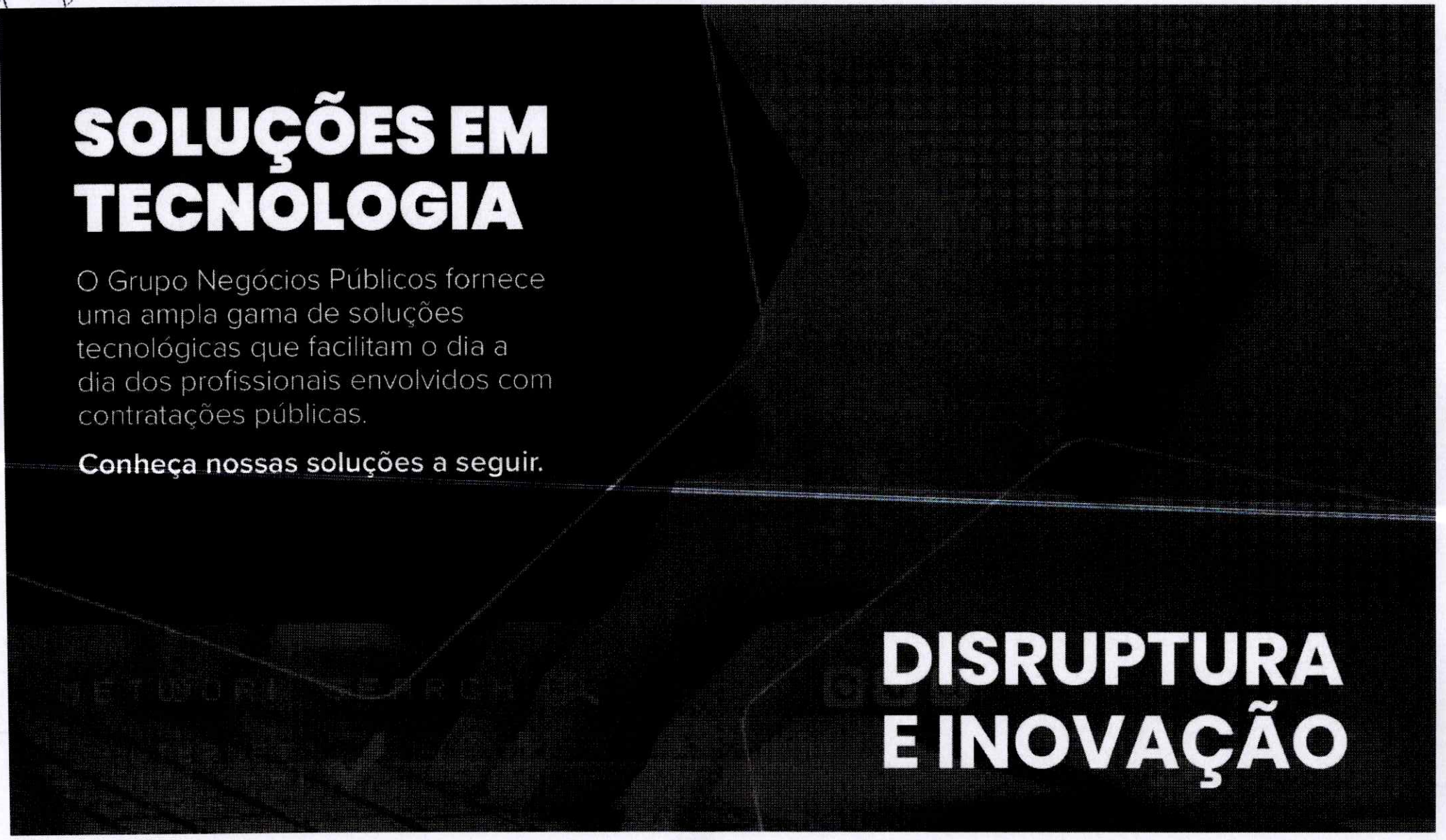


CRO/12

SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA

O Grupo Negócios Públicos fornece uma ampla gama de soluções tecnológicas que facilitam o dia a dia dos profissionais envolvidos com contratações públicas.

Conheça nossas soluções a seguir.



DISRUPTURA E INOVAÇÃO

CRQ 12 91 530

BANCO DE PREÇOS®

www.bancodeprecos.com.br

Todos os dias, milhares de servidores economizam tempo utilizando a ferramenta mais eficiente para pesquisa de preços.

O **Banco de Preços** é um avançado banco de dados desenvolvido para auxiliar em todas as fases da contratação pública: preparação, licitação e execução do contrato.

Possui a maior base de consulta disponível no mercado, **com mais de 18 milhões de preços**, o que amplia o resultado da pesquisa, afere a realidade dos preços e atende aos princípios constitucionais da economicidade e da moralidade.

Fácil e intuitivo, o Banco de Preços foi desenvolvido para garantir segurança, agilidade e economia aos processos de compras públicas.

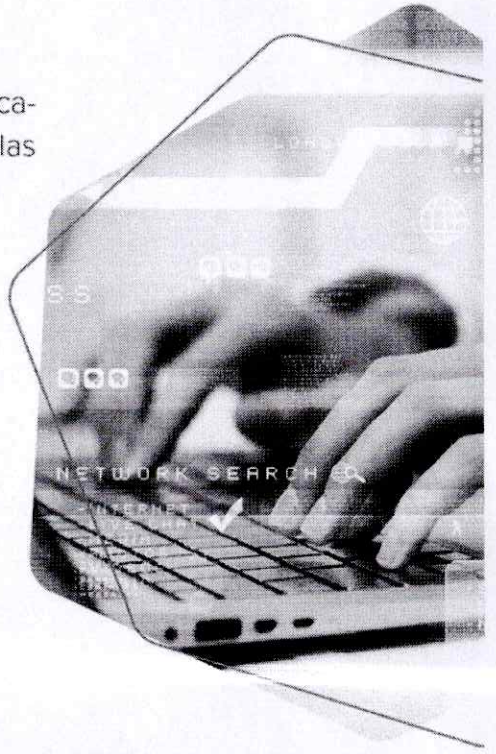




CRC/12

O que torna o Banco de Preços único no mercado?

O Banco de Preços foi criado há seis anos. Desde então cresceu e deixou de ser uma ferramenta voltada unicamente para pesquisa de preços, tornando-se um sistema multifuncional, que permite sua utilização para múltiplas finalidades, de forma descomplicada e inteligente. Possui funcionalidades únicas, como:



- Mais de 18 milhões de preços
- Atualização diária
- Preços de diversas fontes
- Diversos Filtros para pesquisa
- Preços da Tabela Sinapi
- Pesquisas de sites de domínio amplo
- Perfil completo de fornecedores, incluindo dados de contato
- Cotação direta com fornecedores
- Opções de visualização por participantes, vencedores e micro empresas
- Sistema de elaboração do Termo de Referência
- Recurso para especificação de objetos
- Relatórios completos e personalizados
- Todos os preços válidos da licitação
- Visualização do gerenciamento da ata de SRP
- Milhares de propostas assinadas por fornecedores
- Histórico de preços dos últimos cinco anos
- Mais de 20 opções de fórmulas de cálculo, para estimativa do preços

BANCO DE PREÇOS®

ATUALIZAÇÃO DIÁRIA

Caso a atualização acontecesse quinzenalmente, aproximadamente

6.683 LICITAÇÕES E 74.635 ITENS

não estariam disponíveis para a sua consulta.

CRQ 12 93 FLS 336

CONTRATOS GOV

Disponível em aplicativo
iOS e Android



www.contratosgov.com.br

Reduza custos e riscos na gestão e fiscalização de contratos

O **ContratosGov** é uma ferramenta gerencial que conecta de forma inteligente a atuação dos setores e agentes envolvidos na execução contratual, disponibilizando informações fundamentais e melhorando as condições operacionais da gestão e da fiscalização.

Sua utilização torna mais **fácil, seguro e transparente** o trabalho de gestores e fiscais e oferece a gestores públicos as informações necessárias ao gerenciamento dos contratos sob sua responsabilidade, contribuindo para o aumento da eficiência e da economicidade e para o alcance dos resultados e objetivos da instituição.

O que torna o ContratosGOV único no mercado?

O ContratosGov foi formatado para ser aplicado aos contratos públicos, com atenção à legislação e à jurisprudência pacificada, adequando-se imediatamente às necessidades gerais de qualquer órgão ou entidade relativas à área. Todos os setores envolvidos, incluindo autoridades, poderão atuar e interagir por meio da ferramenta, inclusive emitindo os mais diversos relatórios, o que possibilita um controle integral e integrado das contratações celebradas.



Por que a Administração Pública precisa do ContratosGOV?

O Contratos Gov reduz, podendo eliminar os problemas relacionados às rotinas de trabalho dos agentes envolvidos e permite o controle de tudo o que acontece no âmbito dos diversos contratos de uma instituição. O uso da ferramenta permite gerir e fiscalizar diversos contratos, das mais diferentes complexidades, na periodicidade pretendida, mediante a organização das atribuições de todos os envolvidos no processo e o registro de todos os atos praticados. Com isso, há melhora na racionalidade das rotinas, otimização do exercício das funções e segurança quanto à legalidade e aos resultados esperados.

CONTRATOS GOV

CRO/13 95 542

sollicita

Disponível em aplicativo
iOS e Android

Uma plataforma completa para Licitações e Contratos

O **Sollicita** é um portal de informação, pesquisa e capacitação, voltado às pessoas envolvidas no mundo de licitações e contratos. Além da disponibilização de vídeos, matérias e notícias, o Sollicita contém um vasto banco de dados com legislação, produção jurídica e materiais voltados ao assunto.



www.sollicita.com.br

- Conteúdo exclusivo em Licitações e Contratos
- Mais de **300h** de conteúdo em vídeo
- Mais de **40Gb** de material com foco em Compras Governamentais
- Ferramentas de busca avançada
- Ferramentas de produtividade
- Revistas digitais especializadas



Por que escolher o Sollicita?

O Sollicita alcança todas as etapas e todos os agentes envolvidos no processo Licitatório, contribuindo para melhorar o exercício de suas funções.

O Portal é integrado por **diversas ferramentas**, que tem o objetivo de facilitar as atividades diárias, possibilitar rápida busca de informações e respostas, e ainda conferindo maior segurança à tomada de decisões.

sollicita

Ferramentas

Sollicita Pesquisa
Pesquise por Jurisprudência, Legislação, manuais, documentos, informações técnicas e legais.

Sollicita Capacitação
Palestras dos eventos do Grupo Negócios Públicos na íntegra, para assistir onde e o quanto quiser.

Sollicita Editais
Pesquise, encontre, acesse e salve os editais dos últimos 12 meses, incluindo os de SRP.

Sollicita Periódicos
Publicações periódicas para você se aprofundar nos temas de Licitações, Contratos e Governança.

Analisador de Balanços
Insira os dados e nós calculamos o índice contábil quanto a performance financeira do fornecedor.

Sollicita Fornecedores
Encontre os fornecedores ideais para objetos específicos, por região e órgãos contratantes.

Contador de Prazos
Registre os dados do processo e receba uma sequencia de prazos e datas, conforme legislação.

Banco de Penalidades
Fique sabendo rapidamente se o fornecedor já foi penalizado.

Sollicita Agenda
Gerenciamento dos processos licitatórios e compromissos diários.

Sollicita Compass
Visualize de maneira objetiva e fácil o processo de contratação pública, com todas as suas fases e variações, través de mapas mentais.

reap®

O mais completo software para gerenciamento do Pregão Presencial

Desenvolvido pelo Grupo Negócios Públicos para trazer mais interatividade, rapidez e segurança na hora do certame licitatório, o software REAP entrega ao usuário uma experiência única devido ao seu design inovador e manuseio altamente intuitivo.



www.pregaopresencial.com.br

Por que escolher o REAP?

O REAP agiliza o processo, simplifica e realiza de forma automatizada o registro e o acompanhamento de todas as etapas, desde o simples cadastro até a geração da ata. Possui interface prática e intuitiva, facilitando a navegação.

- **Site seguro**
- **Sistema de backups**
- **Dados confiáveis**
- **Suporte especializado**



CRQ/13 93 Fls 236

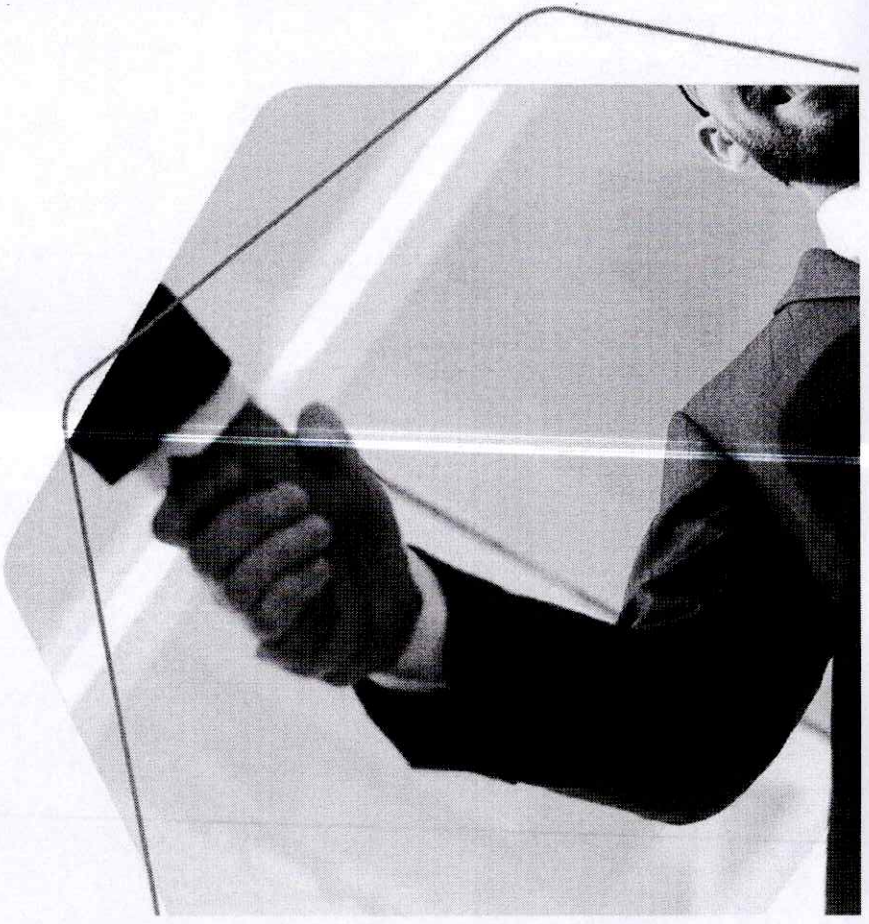
PN PAINEL DE NEGOCIAÇÕES

www.paineldenegociacoes.com.br

Reduza preços negociando

Em tempo de maior discussão sobre a gestão dos recursos públicos, a negociação durante o certame do Pregão, seja ele presencial ou eletrônico, se tornou ainda mais relevante na obtenção da melhor proposta, **com destaque para as boas práticas que objetivam a economicidade**.

O Painel de Negociações propõe ao Pregoeiro uma consulta rápida e precisa dos valores praticados e apresentados pelos fornecedores em outros processos licitatórios, possibilitando argumentos e justificativas para a negociação de melhores preços



CRQ 12 99

MAESTRIA

GRUPO DE LÍDERES PÚBLICOS

www.negociospublicos.com.br/maestria



Um programa inédito no Brasil que vai colocar os agentes públicos em contato com as **autoridades e profissionais mais conceituados e respeitados da área de Licitações e Contratos Administrativos.**

Faça parte de um grupo seleto e multidisciplinar de estudos com o propósito de atingir a evolução constante por meio do conhecimento, capacitação, treinamento e muita performance.

Conquiste reconhecimento e seja perito no assunto! Participe do programa!

Faça a diferença e seja uma referência na administração pública nacional.

CRO/12

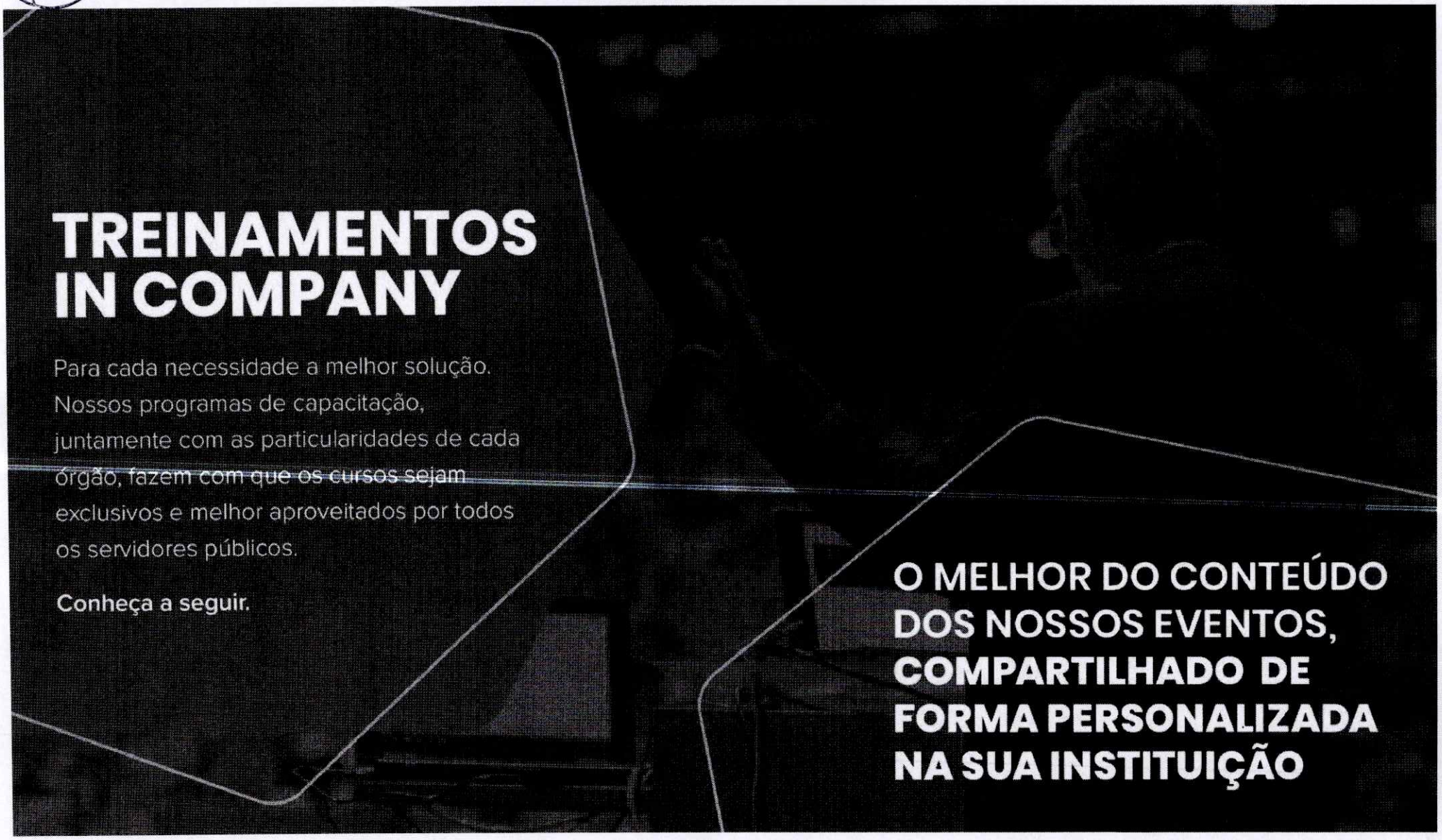
Só no Maestria você encontra:

- Encontros anuais para reflexão e aprendizado.
- Série de Webinars ao vivo.
- Momentos exclusivos e especiais nos eventos do Grupo.
- Acesso as diversas soluções e plataformas do Negócios Públicos.
- Orientação Jurídica exclusiva para consultas em Licitações e Contratos
- Auto-Conselho
- Grupos de estudos e muito mais!

MAESTRIA
GRUPO DE LÍDERES PÚBLICOS

Você é o nosso convidado
para imergir em um novo cenário...
um universo de capacitação e transformação.

CRO/12
FLS



TREINAMENTOS IN COMPANY

Para cada necessidade a melhor solução. Nossos programas de capacitação, juntamente com as particularidades de cada órgão, fazem com que os cursos sejam exclusivos e melhor aproveitados por todos os servidores públicos.

Conheça a seguir.

O MELHOR DO CONTEÚDO DOS NOSSOS EVENTOS, COMPARTILHADO DE FORMA PERSONALIZADA NA SUA INSTITUIÇÃO

IN COMPANY NP

TREINAMENTOS DIRECIONADOS

www.negociospublicos.com.br/incompany

O Grupo Negócios Públicos utiliza processo diferenciado para a execução dos treinamentos in company, composto por três etapas:

Diagnóstico

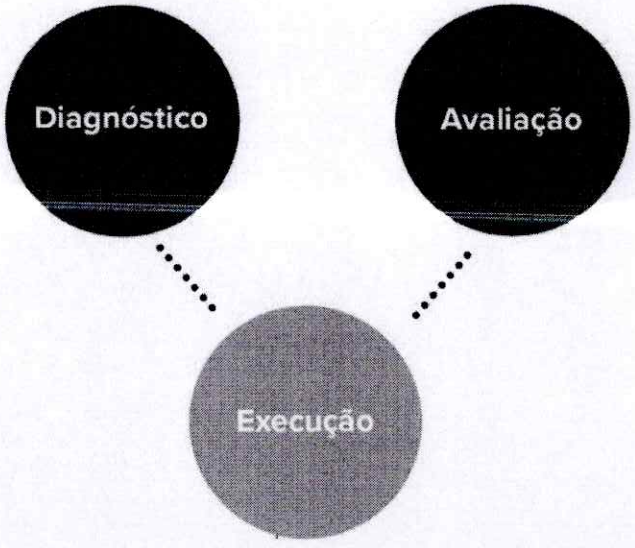
O primeiro passo para o êxito de um treinamento é mapear deficiências, necessidades e objetivos. A fase inicial, chamada Diagnóstico, destina-se a captar as necessidades específicas e as prioridades do contratante por meio de ações anteriores, coordenadas para a exata definição do objeto da contratação, dos resultados a serem alcançados e da forma de execução mais eficiente e eficaz.

Execução

O segundo passo é a utilização de metodologia de execução compatível com as necessidades do órgão ou entidade contratante, com o nível de experiência dos participantes e considerando diferentes formas de apreensão do conhecimento. Para tanto, a fase de Execução desprende-se de metodologias pré-concebidas e concentra-se na solução das deficiências identificadas, por meio de abordagens práticas, estudo de casos e atendimento personalizado.

Avaliação

O terceiro passo, denominado Avaliação, dará legitimidade ao gasto público e possibilitará à Administração a constatação da eficácia e da efetividade de sua ação, mediante análise concreta acerca do real alcance dos objetivos estabelecidos na fase inicial, de Diagnóstico.



CRQ 11ª 3ª Reg



ÁREAS DE ATUAÇÃO

- CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE AGENTES
- SERVIÇOS CONTINUADOS
- TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
- COMPRAS E SERVIÇOS
- ENGENHARIA
- CONTRATOS
- TEMAS ESPECÍFICOS
- TREINAMENTOS INTEGRADOS

O conjunto de áreas de atuação proporciona a capacitação e o aperfeiçoamento integrado, ou seja, de todos os setores envolvidos com as compras. A experiência de 15 anos no suporte à Administração Pública trouxe a certeza de que a eficácia de um treinamento depende de alguns fatores primordiais, quais sejam:

Metodologia Apropriada

Instrutores Qualificados

Material de Apoio de Qualidade

IN COMPANY NP
TREINAMENTOS DIRECIONADOS

NEGÓCIOS PÚBLICOS®

GRUPO

(41) 3778-1700

falecom@negociospublicos.com.br

www.negociospublicos.com.br

NE L

Nº do documento	Última atualização	Descrição
2022NE000477	15/03/2022	NOTA DE EMPENHO (NE)

Fase	Espécie/tipo de documento	Valor atual do documento
EMPENHO	NÃO SE APLICA	R$ 368.900,00

Observação do documento

ATENDER CAPACITACAO DE SERVIDORES DA POLICIA FEDERAL NO 17º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS, A SER REALIZADO NA CIDADE DE FOZ DO IGUACU/PR, NO PERIODO DE 29 DE MARCO A 1º DE ABRIL DE 2022. PROCESSO 08200.002646/2022-09.

DADOS DO FAVORECIDO

CPF/CNPJ/Outros	Nome
10.498.974/0002-81	INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQ

DADOS DO ÓRGÃO EMITENTE

Órgão Superior	Órgão / Entidade Vinculada	Unidade Gestora	Gestão
30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	**30108** DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	**200334** COORDENACAO GERAL DE ADMINISTRACAO CGAD/DLOG/	**00001** TESOURO NACIONAL

DADOS DETALHADOS DO EMPENHO

Processo
08200.002646/2022-09

DETALHES ORÇAMENTÁRIOS

Esfera
1 - ORÇAMENTO FISCAL

Tipo de crédito
A - INICIAL (LOA)

Fonte de recursos
00 - RECURSOS ORDINARIOS

Grupo da fonte de recursos
-3 - INVÁLIDO

Unidade orçamentária
30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

Área de Atuação (Função)
06 - SEGURANÇA PÚBLICA

Subfunção
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa
0032 - PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO

Ação
2000 - ADMINISTRACAO DA UNIDADE

Linguagem Cidadã
ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADE

Subtítulo (localizador)
20000001 - ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL

Plano orçamentário - PO
0003 - CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO

Regionalização do Gasto
NACIONAL

Emenda Parlamentar
000000000000

Autor
SEM EMENDA



DETALHES LICITAÇÃO/CONTRATO

Modalidade da Licitação
INEXIGÍVEL

Inciso
II

Amparo
LEI 8.666 / 1993

Artigo
25

Parágrafo
SI

Nº convênio/ outro acordo

BAIXAR

NÚMERO DA LICITAÇÃO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	ÓRGÃO SUPERIOR	ÓRGÃO / ENTIDADE VINCULADA	UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL
Nenhum registro encontrado				

ANTERIOR | PRÓXIMA | Exibir 15 resultados

DETALHE DA DESPESA

Categoria da Despesa
3 - DESPESAS CORRENTES

Grupo de Despesa
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação
90 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Elemento de Despesa
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Detalhamento do Gasto

BAIXAR

ITEM	SUBELEMENTO	VALOR ATUAL ITEM	HISTÓRICO

GRQ/12

ITEM	SUBELEMENTO	VALOR ATUAL ITEM	HISTÓRICO
1 - ITEM COMPRA: 00001 - CONTRATAÇÃO DE AÇÃO DE CAPACITAÇÃO EXTERNA DENOMINADA 17º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS , A SER REALIZADO NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU/PR, NOS DIAS 29 DE MARÇO A 1º DE ABRIL DE 2022, SOB RESPONSABILIDADE DA EMPRESA INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 10.498.974/0002-81, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO PROJETO BÁSICO E ANEXOS.	48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	368.900,00	⊕

PÁGINA 1 DE 1

< ANTERIOR | 1 | PRÓXIMA > | Exibir 15 resultados

DOCUMENTOS RELACIONADOS

GRQ/12

NE 2

Nº do documento	Última atualização	Descrição
2020NE800374	13/03/2020	NOTA DE EMPENHO (NE)

Fase	Espécie/tipo de documento	Valor atual do documento
EMPENHO	ORIGINAL	R$ 276.000,00

Observação do documento

CONTRATACAO DE OITENTA VAGAS PARA ACAO DE CAPACITACAO NO 15º CONGRESSO BRASI-LEIRO DE PREGOEIROS EM FOZ DO IGUACU/PR, NO PERIODO DE 16 A 19/03/2020, CONF.PROJETO BASICO SEI 14132134 E AUTORIZACAO ORDENADOR DE DESPESAS SEI 14132712.

DADOS DO FAVORECIDO

CPF/CNPJ/Outros	Nome
10.498.974/0002-81	INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQ

DADOS DO ÓRGÃO EMITENTE

Órgão Superior	Órgão / Entidade Vinculada	Unidade Gestora	Gestão
30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	**30108** DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	**200334** COORDENACAO GERAL DE ADMINISTRACAO CGAD/DLOG/	**00001** TESOURO NACIONAL

DADOS DETALHADOS DO EMPENHO

CRO/12

Processo
08200000431202083

DETALHES ORÇAMENTÁRIOS

Esfera
1 - ORÇAMENTO FISCAL

Tipo de crédito
A - INICIAL (LOA)

Fonte de recursos
74 - TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD

Grupo da fonte de recursos
-3 - INVÁLIDO

Unidade orçamentária
30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

Área de Atuação (Função)
06 - SEGURANÇA PÚBLICA

Subfunção
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa
0032 - PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO

Ação
2000 - ADMINISTRACAO DA UNIDADE

Linguagem Cidadã
ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADE

Subtítulo (localizador)
20000001 - ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL

Plano orçamentário - PO
0003 - CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO

Regionalização do Gasto
NACIONAL

Emenda Parlamentar
000000000000

Autor
SEM EMENDA



DETALHES LICITAÇÃO/CONTRATO

Modalidade da Licitação
INEXIGÍVEL

Inciso
02

Amparo
LEI8666

Referência da Dispensa ou Inexigibilidade
ART25/02 LEI8666/93

Nº convênio/ outro acordo

BAIXAR

NÚMERO DA LICITAÇÃO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	ÓRGÃO SUPERIOR	ÓRGÃO / ENTIDADE VINCULADA	UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL
000012020	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	COORDENACAO GERAL DE ADMINISTRACAO CGAD/DLOG/

ANTERIOR | PRÓXIMA | Exibir 15 resultados

DETALHE DA DESPESA

Categoria da Despesa
3 - DESPESAS CORRENTES

Grupo de Despesa
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação
90 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Elemento de Despesa
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Detalhamento do Gasto

BAIXAR

CRQ/1ª

ITEM	SUBELEMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TREINAMENTO QUALIFICACAO PROFISSIONAL 000021172 CONTRATAÇÃO DE AÇÃO DE CAPACITAÇÃO EXTERNA DENOMINADA "15º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS", A SER REALIZADA PELA EMPRESA INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 10.498.974/0002-81, NO PERÍODO DE 16 A 19 DE MARÇO DE 2020, NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU/PR, NO QUAL SERÃO ABORDADOS TEMAS DE GRANDE RELEVÂNCIA PARA CAPACITAÇÃO E APRIMORAMENTO DOS SERVIDORES ENVOLVIDOS DIRETAMENTE NA ÁREA DE COMPRAS PÚ	48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	1	276.000,00	276.000,00

ANTERIOR PRÓXIMA Exibir 15 resultados

DOCUMENTOS RELACIONADOS

CRQ 12 112 FLS

NE3

Nº do documento	Última atualização	Descrição
2020NE801514	15/10/2020	NOTA DE EMPENHO (NE)

Fase	Espécie/tipo de documento	Valor atual do documento
EMPENHO	ORIGINAL	R$ 178.000,00

Observação do documento

ATENDER DESPESAS COM ACAO DE CAPACITACAO "7 CONTRATOS WEEK", A SER MINISTRADO EM AMBIENTE VIRTUAL E TOTALMENTE AO VIVO, NO PERIODO DE 26 A 30 DE OUTUBRO, CONFORME DESPACHO SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF (16391920). 08200.014869/2020-49 P

DADOS DO FAVORECIDO

CPF/CNPJ/Outros	Nome
10.498.974/0002-81	INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQ

DADOS DO ÓRGÃO EMITENTE

Órgão Superior	Órgão / Entidade Vinculada	Unidade Gestora	Gestão
30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	**30108** DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	**200334** COORDENACAO GERAL DE ADMINISTRACAO CGAD/DLOG/	**00001** TESOURO NACIONAL

DADOS DETALHADOS DO EMPENHO

CRQV/12ª 113 FLS

Processo
08200014869202049

DETALHES ORÇAMENTÁRIOS

Esfera
1 - ORÇAMENTO FISCAL

Tipo de crédito
A - INICIAL (LOA)

Fonte de recursos
74 - TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD

Grupo da fonte de recursos
-3 - INVÁLIDO

Unidade orçamentária
30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

Área de Atuação (Função)
06 - SEGURANÇA PÚBLICA

Subfunção
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa
0032 - PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO

Ação
2000 - ADMINISTRACAO DA UNIDADE

Linguagem Cidadã
ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADE

Subtítulo (localizador)
20000001 - ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL

Plano orçamentário - PO
0003 - CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO

Regionalização do Gasto
NACIONAL

Emenda Parlamentar
000000000000

Autor
SEM EMENDA



DETALHES LICITAÇÃO/CONTRATO

Modalidade da Licitação
INEXIGÍVEL

Inciso
02

Amparo
LEI8666

Referência da Dispensa ou Inexigibilidade
ART25/02 LEI8666/93

Nº convênio/ outro acordo

BAIXAR

NÚMERO DA LICITAÇÃO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	ÓRGÃO SUPERIOR	ÓRGÃO / ENTIDADE VINCULADA	UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL
000112020	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	COORDENACAO GERAL DE ADMINISTRACAO CGAD/DLOG/

ANTERIOR | PRÓXIMA | Exibir 15 resultados

DETALHE DA DESPESA

Categoria da Despesa
3 - DESPESAS CORRENTES

Grupo de Despesa
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação
90 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Elemento de Despesa
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Detalhamento do Gasto

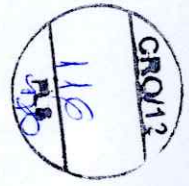
BAIXAR

CRQ/12 115 PLS

ITEM	SUBELEMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TREINAMENTO QUALIFICACAO PROFISSIONAL 000021172 TREINAMENTO QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	1	178.000,00	178.000,00

< ANTERIOR | PRÓXIMA > | Exibir 15 resultados

DOCUMENTOS RELACIONADOS



CRO/12
117

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

AUTORIZAÇÃO/APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA
INEXIGIBILIDADE 01/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64333.001509/2022-12

O Ordenador de Despesas da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar no uso da competência que lhe é conferida pelo §2º, do art. 10, da Portaria nº 1.169, do Comandante do Exército, de 26 de setembro de 2014, § 2º do art. 6º, da Portaria nº 545, do Ministro da Defesa, de 07 de março de 2014 combinado com o Decreto nº 7.689, da Presidência da República, de 2 de março de 2012, que normatiza os limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Executivo; e

CONSIDERANDO que a inexigibilidade de licitação nº 01/2022 será no valor de R$15.000,00 natureza de despesa 339039 e subitem 05 e encontra respaldo no Art. 13, VI c/c Art. 25, II, da lei 8.666/93;

CONSIDERANDO que a presente contratação é imprescindível e deverá ser realizada com tempestividade, uma vez que os estudos sobre aperfeiçoamento, capacitação e treinamento na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Contratos Administrativos - INVESTIMENTO ESPECIAL PARA PARTICIPAÇÃO NO 9º CONTRATOS WEEK - ONLINE 100% AO VIVO será realizado no período de 06 a 10 de junho de 2022;

CONSIDERANDO que é de suma importância que militares desta Organização Militar que exercem funções na área de licitações participem de cursos e treinamentos para se atualizarem e aperfeiçoarem para melhor e qualificar as atividades licitatórias e de gestão de contratos, desenvolvidas por esta Administração Pública;

CONSIDERANDO que foi consultada a regularidade fiscal-trabalhista da empresa fornecedora da proposta de menor valor, tendo sido verificada que as certidões estão negativas quanto aos débitos junto aos órgãos competentes; e

CONSIDERANDO que há previsão orçamentária, conforme o Despacho e Justificativa do Ordenador de Despesas.

RESOLVE:

Autorizar a contratação da empresa INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINTRAÇÃO PÚBLICA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.498.971/0001-81, por intermédio de inexigibilidade de licitação nº 01/2022 sem a ne-

CRO/12
118
FLS

cessidade de realizar a cotação eletrônica, por causa da necessidade urgente para a prestação dos serviços uma vez que deverão ser realizados com tempestividade, a fim de que os militares envolvidos possam se planejar e comparecerem ao evento conforme planejamento da empresa.

Manaus/AM, 25 de abril de 2022.

[redacted]

Ordenador de Despesas da CRO/12ª RM

CRO/12
119
FLS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

APROVO o presente Termo de Referência que trata da contratação direta, no qual restou comprovado a inviabilidade de utilizar-se de outra modalidade de licitação que não seja a inexigibilidade porque os serviços são comercializados com exclusividade, não havendo, portanto, meio de se estabelecer disputa entre interessados, porquanto apenas um possível contratante estará disponível para esse fim.

Em que pese não se tratar de procedimento de licitação, tal situação não exclui a necessidade do cumprimento de requisitos legais precedentes à contratação, os quais foram demonstrados no presente documento, tais como: requisitos formais, recomendações, etapas, forma de execução, regime de execução, estimativa de custos bem como a situação da empresa no que tange à regularidade fiscal-trabalhista.

Manaus/AM, 25 de abril de 2022.

[redacted]
Ordenador de Despesas da CRO/12ª RM

CRO/12
120
FLS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação acima caracterizada, referente à contratação de serviços para EMPRESA INSTITUTO DE NEGÓCIOS PÚBLIOCS DO BRASIL, CNPJ: 10.498.974/0002-81, conforme NUP nº 64333.001509/2022-12, processo de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2022, acima caracterizada, nos termos do Caput do Art.25 da Lei nº 8.666/93.

Manaus/AM, 25 de abril de 2022.

[redacted]
Ordenador de Despesas da CRO/12ª RM

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/02/2014 | Edição: 41 | Seção: 1 | Página: 5

Órgão: Presidência da República/ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CRO/12
194

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 46, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuiçõesque lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII do art. 4º da LeiComplementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o queconsta do Processo nº 00400.010069/2012-81, resolve expedir a presenteorientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãosjurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de1993:

SOMENTE É OBRIGATÓRIA A MANIFESTAÇÃO JURÍDICANAS CONTRATAÇÕES DE PEQUENO VALOR COM FUNDAMENTONOART.24, I OU II, DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHODE 1993, QUANDO HOUVER MINUTA DE CONTRATO NÃOPADRONIZADA OU HAJA, O ADMINISTRADOR, SUSCITADODÚVIDA JURÍDICA SOBRE TAL CONTRATAÇÃO. APLICA-SEO MESMO ENTENDIMENTO ÀS CONTRATAÇÕES FUNDADASNO ART. 25 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, DESDE QUE SEUSVALORES SUBSUMAM-SE AOS LIMITES PREVISTOS NOS INCISOSI E II DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

[redacted]

[redacted]

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Alterar/Excluir Inexigibilidade

27/04/2022 16:04:20

A Inexigibilidade de Licitação foi alterada.

Órgão: 52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável: 160017 - COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12

* Modalidade de Compra: Inexigibilidade de Licitação
* Nº da Compra: 00001
* Ano da Compra: 2022
* Lei: Lei nº 8.666 (Licitações e Contratos)
* Artigo: Art. 25º
* Inciso: II

Percentual de enquadramento da instituição: 10 %

Nº do Processo: 64333001702202245

* Valor Total da Compra (R$): 15.000,00
* Quantidade de Itens: 1
Total de Itens Incluídos: 1

* Objeto

Contratação de curso de aperfeiçoamento, capacitação e treinamento na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Contratos Administrativos - investimento especial para participação no 9º CONTRATOS WEEK - ONLINE 100% ao vivo, para esta organização militar.

500 Caracteres Disponíveis

* Fundamento Legal

Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.

141 Caracteres Disponíveis

* Justificativa da Compra sem Licitação

A contratação deste serviço auxiliará na verificação e análise dos procedimentos adotados/praticados na administração

0 Caracteres Disponíveis

Reconhecimento da Compra

* Data do Reconhecimento: 26/04/2022

* CPF do Responsável: [redacted]
* Nome: [redacted]
* Função: Ordenador de Despesas

Ratificação da Compra

Data da Ratificação: 26/04/2022

CPF do Responsável: [redacted]
Nome: [redacted]
Função: Comandante do 2º Gpt e

Publicação da Compra

Solução SERPRO

CRO/12
123

DECRETO Nº 98.820, DE 12 DE JANEIRO DE 1990

Aprova o Regulamento de Administração do Exército (RAE)-(R-3).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 84, itens IV e VI, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento de Administração do Exército (ARE) (R-3), que com este baixa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 3.251, de 9 de novembro de 1938 e demais disposições em contrário.

(...)

CAPÍTULO III
DOS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO E SEUS AUXILIARES
Seção I
Dos Agentes da Administração

Art. 21. Para fins deste Regulamento, são agentes da administração:
I - dirigente máximo;
II - gestor de ação orçamentária;
III - ordenador de despesas;
Parágrafo único. As atribuições dos agentes da administração e a capacitação exigida para o exercício dessas funções serão reguladas pela Secretaria de Economia e Finanças (SEF).
Art. 22. O dirigente máximo, ainda que delegue competências a terceiros, é o principal responsável:
I - pela gestão da OM, tomando todas as providências de caráter administrativo necessárias ao desempenho das atividades fim e meio da OM;
II - pelos atos e fatos administrativos praticados na sua OM; e
III - pelo atingimento de metas estabelecidas.
§ 1º Para fins deste Regulamento, o dirigente máximo é o Comandante, Chefe ou Diretor da OM.
§ 2º Nas OM com autonomia administrativa, o comandante poderá exercer ou delegar a função de OD, conforme legislação específica.
Art. 23. O gestor de ação orçamentária é o responsável por um conjunto de operações, do qual resulta produto ou serviço necessário à manutenção da ação do Exército ou concorre para sua expansão ou aperfeiçoamento.
Art. 24. O OD realiza atos que resultam em alterações do patrimônio, emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento de fundos ou dispêndio de recursos da União ou pelos quais responda.

CRO/12
124

DECRETO Nº 98.820, DE 12 DE JANEIRO DE 1990

Aprova o Regulamento de Administração do Exército (RAE)-(R-3).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 84, itens IV e VI, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento de Administração do Exército (ARE) (R-3), que com este baixa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 3.251, de 9 de novembro de 1938 e demais disposições em contrário.

(...)

Capítulo III Atribuições

I Do Agente Diretor

Art. 23. Ao comandante compete a condução de todas as atividades desenvolvidas pela Organização Militar.

§ 1º No exercício da direção integral das atividades administrativas da Unidade Administrativa, a autoridade referida neste artigo denomina-se Agente Diretor (AD).

§ 2º Esta autoridade se intitulará Ordenador de Despesas (OD), quando na função específica da direção exclusiva das atividades de administração orçamentária e financeira, e, no que estiver fixado em legislação específica, na direção das atividades de administração patrimonial.

§ 3º A delegação de competência da função de Ordenador de Despesas será regulada por legislação específica.

Art. 24. O Agente Diretor tem nos agentes executores diretos e indiretos os elementos de execução de suas atribuições.

Art. 25. O Agente Diretor, como principal responsável pela administração da unidade, deve tomar todas as providências de caráter administrativo necessárias ao desempenho das atividades-fim e meio da unidade, de acordo com a legislação em vigor, sendo responsável, portanto, pelos atos e fatos administrativos praticados na sua UA.

Art. 26. Na Unidade Administrativa comandada, dirigida ou chefiada por Oficial-General, a função de Agente Diretor, quando aquela autoridade julgar conveniente, poderá ser delegada, total ou parcialmente, a qualquer oficial superior mais antigo que os demais agentes da administração.

CRO/12
125
Rubro

- da 3ª Cia F Esp (Manaus - AM), o Ten Cel Inf ARGE MIRO LUCIANO SOUZA COSTA;
- da B Adm Gu SM (Santa Maria - RS), o Cel Art IURY NICHOLAU TSCHUDAR;
- da B Adm Ap/3ª RM (Porto Alegre - RS), o Cel Cav ANDR GUSTAVO CAMILO LEAL FARIAS;
- da B Adm Ap/5ª DE (Curitiba - PR), o Ten Cel Inf C CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA;
- do Pq R Mnt / 5ª RM (Curitiba - PR), o Ten Ce QMB JASON FERRARI RISSO;
- do Pq R Mnt / 6ª RM (Salvador - BA), o Ten Cel QMB A ANDRE LUIS COSTA PITANGUEIRA;
- do Pq R Mnt / 7ª RM (Recife - PE), o Cel QMB VINICIUS GONÇALVES SOUZA;
- do Pq R Mnt / 8ª RM (Belem - PA), o Cel QMB CARLOS EDUARDO BRUGIOLO;
- do Pq R Mnt / 12ª RM (Manaus - AM), o Cel QMB LUCIANO FARIAS DOS SANTOS,
- do 1º B Sup (Rio de Janeiro - RJ), o Cel Sv Int ORLANDO ANDRÉ JUNIOR,
- do 4º B Sup (Juiz de Fora - MG), o Cel Sv Int ADRIANO ALEX ANDRADE,
- do 5º B Sup (Curitiba - PR), o Cel Sv Int MAUR CIO DA SILVA RANGEL;
- do 12º B Sup (Manaus - AM), o Cel Sv Int YUR PALAGAN TRIGO;
- do 22º D Sup (Barueri - SP), o Ten Cel QMB E ELMO CEZAR CORREA;
- do 2º B Log Sl (São Gabriel da Cachoeira - AM), o Maj Sv Int FABIO ANTONIO SILVA BARROZO;
- do 4º B Log (Santa Maria - RS), o Cel Cav JETSON TL JOQUELLO MACHADO DA SILVA;
- do 8º B Log (Porto Alegre - RS), o Cel Cav FABIO ALEX NDRO DOCKHORN DE OLIVEIRA;
- do 10º B Log (Alegrete - RS), o Ten Cel Eng LE ONARDO MARIATH MORAES;
- do 14º B Log (Recife - PE), o Ten Cel Inf ADRI NO RISSO OCANHA;
- do 20º B Log Pqdt (Rio de Janeiro - RJ), o Cel Cav ALBERTO ONO HORITA,
- do 22º B Log L (Barueri - SP), o Cel Eng EDEL O FERNANDES DE OLIVEIRA,
- do 28º B Log (Dourados - MS), o Cel Cav EME SON SOARES PEREIRA;
- do C Log Msl Fgt (Formosa - GO), o Ten Cel C MB GIOVANI SILVEIRA;
- do 18º B Trnp (Campo Grande - MS), o Cel Sv I ALESSANDRO MARCELLO DE ALMEIDA CORTES;
- do DSSM (Santa Maria - RS), o Ten Ce Sv Int DÃO LUIS ALVES,
- do DSSA (Santo Ângelo - RS), o Ten Cel Sv Int JA O TIMOTEO DO NASCIMENTO,
- da 2ª ICFEx (São Paulo - SP), o Cel Sv Int GUAR CI ARARUNA DE MENDONÇA;
- da 4ª ICFEx (Juiz de Fora - MG), o Cel Sv Int NEWTO I NEDILANDE RODRIGUES LIMA;
- da 6ª ICFEx (Salvador - BA), o Cel Sv Int KLEBE R DO AMARAL FERREIRA,
- da 9ª ICFEx (Campo Grande - MS), o Ten Cel Sv In LUIZ CLAUDIO ALVES DA SILVA,
- da 10ª ICFEx (Fortaleza - CE), o Cel Sv Int MA CELO JOSÉ DA SILVA;
- do CIB (Butiá - RS), o Cel Inf ALVARO SIQUEIR VASCO JUNIOR,
- do CIG (Rio de Janeiro - RJ), o Cel Cav LUIZ CAR OS BARROSO RAMOS JUNIOR;
- do CIMNC (Recife - PE), o Cel Inf CESAR DO A MARAL SALES;
- do CISM (Santa Maria - RS), o Cel Cav RODOL O AUGUSTO CRASS,
- do AMEx (Rio de Janeiro - RJ), o Cel Cav ITAIR ALVES DE ANDRADE E SILVA,
- do CA-Leste (Rio de Janeiro - RJ), o Ten el Cav ANDRE RICARDO DA CONCEIÇÃO BARRETO;
- do CGEA (Petropolis - RJ), o Cel Cav WENDELI DA SILVA RODRIGUES;
- do C Id Ex (Rio de Janeiro - RJ), o Cel Cav SEI RIO AVELAR TINOCO,
- do EGGCF (Brasília - DF), o Ten Cel Inf VICTOF HUGO DE BASTOS SILVA;
- do CEADEx (Rio de Janeiro - RJ), o Cel Com Ne VIMAR DE OLIVEIRA VENTURA,
- do 4º CSM (São Paulo - SP), o Tem Cel Inf GI LEU COLLE GONDIM;
- da 5ª CSM (Ribeirao Preto - SP), o Cel Inf LUI CARLOS DUQUE DA SILVA,
- da 6ª CSM (Bauru - SP), o Cel Cav MARCELO AVA DE CAMARGO,
- da 31ª CSM (Porto Velho - RO), o Ten Cel En FERNANI HUMBERTO TEIXEIRA DE PAULA FILHO;
- do H Mil A BRASILIA (Brasília - DF), o Cel MED ROC EVELT LOUBACK DE CARVALHO;
- do H Gu FLORIANOPOLIS (Florianopolis - SC), o Cel MED SÉRGIO LUIS HAMMES,
- do H Ge FORTALEZA (Fortaleza - CE), o Cel MED JOÃO LUIZ DA SILVA JUNIOR,
- do H Gu JOÃO PESSOA (João Pessoa - PB), a Ten Cel I ED ROSEMARY TOSTA MIRANDA,
- do H Ge CURITIBA (Curitiba - PR), o Cel MED ALI NO JOSÉ DA CRUZ RENDEIRO;
- da ESSEx (Rio de Janeiro - RJ), o Cel MED RO RIGO BRUM TOLEDO,
- do H Mil A PORTO ALEGRE (Porto Alegre - RS o Cel MED CARLOS ALBERTO GOULART MENNA BARRETO,
- da Polin MPV (Rio de Janeiro - RJ), a Ten Cel MED E GINA LUCIA MOURA SCHENDEL;
- do H Gu TABATINGA (Tabatinga - AM), o Cel Med ART JOSE EUCLIDES LEMOS PIÑEIRO,
- do H Ge RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro - RJ), Cel MED ALEXANDRE ARTHUR DE SOUZA COSTA;
- da OCEx (Rio de Janeiro - RJ), a Ce DENT SEBASTIÃO HELBERTO FERREIRA ESPINDOLA;
- do H Mil A RECIFE (Recife - PE), o Cel MED MA RICO AURELIO NUNES PEREIRA,
- do H Gu S G CACHOEIRA (São Gabriel da Cachoeira - AM), o Cel MED AMANTINO CAMILO MACHADO FILHO;
- do 1º CGEO (Porto Alegre - RS), o Cel QEM Car ANTONIO HENRIQUE CORREIA;
- do 2º CGEO (Brasília - DF), o Ten Cel Art LEONA IO CELSO DE ALMEIDA ALVES,
- do 4º CTA (Manaus - AM), o Cel Com LUIO ESAR BRASIL;
- do 6º CTA (Campo Grande - MS), o Cel Com FANDRO DE VARGAS SERPA,
- do 11º CT (Curitiba - PR), o Ten Cel QEM Coma DANIEL MAIER DE CARVALHO,
- do 21º CT (Belo Horizonte - MG), o Ten Cel QEM Et M SON JOSE MENDES DE ALMEIDA,
- do 41º CT (Belém - PA), o Ten Cel QEM Com RAIDE BARRETO SALES,
- do 51º CT (Salvador - BA), o Cel Com PAULO CESAR PASINI;
- da CRO / 2ª RM (São Paulo - SP), o Cel QEM EL BRUNO MORATO ARNAUT,
- da CRO / 3ª RM (Porto Alegre - RS), o Ten C QEM FC CARLOS ALEXANDRE BASTOS DE VASCONCELLOS;
- da CRO / 7ª RM (Recife - PE), o Cel QEM FC MARCOS LUÍS ALVES DA SILVA;
- da CRO / 8ª RM (Belem - PA), o Ten Cel QEM FC JOSE EUDES MARINHO DA SILVA,
- da CRO / 11ª RM (Brasília - DF), o Ten Cel QEM FC NILBER TEIXEIRA DA CRUZ

Gen Ex EDS IN LEAL PUJOL

PORTARIA Nº 858, DE 12 DE JUNHO DE 2019

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o art. 99, inciso II, alínea "a" do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças do Exército, aprovado pelo Decreto nº 2.040, de 21 de outubro de 1996, alterado pelo Decreto nº 8.514 de 3 de setembro de 2015 e considerando o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, resolve

NOMEAR,

por necessidade do serviço, ex officio, para o desempenho dos cargos de Comandante, Chefe ou Diretor das organizações militares abaixo relacionadas, os seguintes oficiais:

-do 19º BC (Salvador - BA), o Ten Cel Inf ALE ANDER FERREIRA DA SILVA;

-do 23º BC (Fortaleza - CE), o Ten Cel Inf ANSELMO TORRES FERNANDES NETO;

-do 28º BC (Aracaju - SE), o Ten Cel Inf MARCO AURELIO MAGALHÃES CAVALCANTI;

-do 2º B Fron (Cáceres - MT), o Ten Cel Inf RICARDO VIEIRA COELHO JÚNIOR;

-do 17º B Fron (Corumbá - MS), o Ten Cel Inf RODRIGO COZENDEY PIRES,

-do 10º BIL (Juiz de Fora - MG), o Ten Cel Inf LUIS FELIPE MORAES DALTRO CAMPOS,

-do 12º BI (Belo Horizonte - MG), o Ten Cel Inf ALEXANDRE AMORIM DE ANDRADE,

-do 23º BI (Blumenau - SC), o Ten Cel Inf ARMANDO LACERDA DOS

-do 13º BIB (Ponta Grossa - PR), o Ten Cel Inf LAURO FRANCISCO [illegible] FILHO;

-do 11º BI Mth (São João Del Rei - MG), o Ten Cel Inf SERGIO [illegible] MATOS;

-do 4º BIL (Osasco - SP), o Ten Cel Inf LEANDRO ATAIDE [illegible]

-do 5º BIL (Lorena - SP), o Ten Cel Inf MAURICIO APARECIDO [illegible]

-do 6º BIL (Caçapava - SP), o Ten Cel Inf ELELISON MARCOS [illegible]

-do 2º BIL (São Vicente - SP), o Ten Cel Inf JOSÉ ROBERTO [illegible] CRUZ,

-do 15º BI Mtz (João Pessoa - PB), o Ten Cel Inf JORGE LUIS [illegible]

-do 16º BI Mtz (Natal - RN), o Ten Cel Inf MARCOS AURELIO [illegible] OLIVEIRA,

-do 13º BI Mtz (Sapucaia do Sul - RS), o Ten Cel Inf GLAUCO [illegible] PEREIRA COSTA;

-do 71º BI Mtz (Garanhuns - PE), o Ten Cel Inf RICARDO [illegible] ZIMMERMANN;

-do 72º BI Mtz (Petrolina - PE), o Ten Cel Inf GUSTAVO [illegible] CORREIA;

-do 26º BI Pqdt (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Inf PAULO [illegible] SILVA JUNIOR;

-do 27º BI Pqdt (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Inf ANDERSON [illegible] MARQUES;

-do 17º BIS (Tefe - AM), o Ten Cel Inf ALEXANDRE GONZALEZ [illegible] PEREIRA;

-do 50º BIS (Imperatriz - MA), o Ten Cel Inf RODRIGO OLIVEIRA [illegible]

-do 51º BIS (Altamira - PA), o Ten Cel Inf ALEXANDRE BARETTA [illegible]

-do 52º BIS (Marabá - PA), o Ten Cel Inf FABRICIO MOREIRA [illegible]

-do 53º BIS (Itaituba - PA), o Ten Cel Inf TIBERIO SERGIO [illegible]

-do 54º BIS (Humaitá - AM), o Ten Cel Inf MARLON CALDINO [illegible]

-do BPEB (Brasília - DF), o Ten Cel Inf RAFAEL NOVAES DA [illegible]

-do 2º BPE (Osasco - SP), o Ten Cel Inf JULIO CEZAR HIDALGO [illegible]

-do 5º BPE (Salvador - BA), o Ten Cel Inf ALEXANDRE CASTILHO [illegible] SILVA;

-do 7º BPE (Manaus - AM), o Ten Cel Inf RODRIGO SANTOS [illegible]

-do 8º BPE (São Paulo - SP), o Ten Cel Inf ANDERSON [illegible]

-do 11º BPE (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Inf ANDERSON [illegible]

-do Cmdo Fron SOLIMÕES / 8º BIS (Tabatinga - AM), o Ten [illegible] CALDEIRA DE MORAES;

-do Cmdo Fron AMAPÁ / 34º BIS (Macapa - AP), o Ten Cel Inf [illegible] MARQUES DA CRUZ;

-do Cmdo Fron Juruá/61º BIS (Cruzeiro do Sul - AC), o Ten [illegible] EDUARDO DEMETRIO DOS SANTOS,

-do 2º Cia Inf (Campos dos Goytacazes - RJ), o Ten Cel Inf RENATO [illegible] DE LYRA,

-do 10º RC Mec (Bela Vista - MS), o Ten Cel Cav BERNARDO [illegible] NETTO;

-do 11º RC Mec (Ponta Pora - MS), o Ten Cel Cav SERGIO [illegible] JÚNIOR;

-do 12º RC Mec (Jaguarão - RS), o Ten Cel Cav RODRIGO DE [illegible] GONÇALVES,

-do 13º RC Mec (Pirassununga - SP), o Ten Cel Cav DANIEL [illegible] SOUZA,

-do 15º RC Mec (Es) (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Cav LEANDRO [illegible] COSTA,

-do 16º Esqd C Mec (Francisco Beltrão - PR), o Ten Cel Cav [illegible] FERREIRA DE ARAUJO;

-do 16º RC Mec (Baveux - PB), o Ten Cel Cav HILDEBRANDO [illegible] ANDRADE;

-do 1º RCG (Brasília - DF), o Ten Cel Cav SANDRO SILVA [illegible]

-do 2º RC Mec (Bage - RS), o Ten Cel Cav GIOVANI DALANORA [illegible]

-do 3º RCG (Porto Alegre - RS), o Ten Cel Cav GUSTAVO [illegible]

-do 6º RCB (Alegrete - RS), o Ten Cel Cav RENATO [illegible] MENEZES DOS SANTOS;

-do 7º RC Mec (Santana do Livramento - RS), o Ten Cel [illegible]

-do CIBld (Santa Maria - RS), o Ten Cel Cav CAMILO PEREIRA [illegible]

-do 2º Esqd C Mec (Brasília - DF), o Ten Cel Cav FELIPE [illegible]

-do 1º GAAAe (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Art ANDERSON [illegible] PEDRO;

-do 3º GAAAe (Caxias do Sul - RS), o Ten Cel Art [illegible] CARVALHO

-do 6º GAC (Rio Grande - RS), o Ten Cel Art PEDRO [illegible]

-do 7º GAC (Olinda - PE), o Ten Cel Art HENRIQUE [illegible] DE OLIVEIRA;

-do 9º GAC (Miracema - MS), o Ten Cel Art PETER MELO [illegible]

-do 10º GAC (Pouso Alegre - MG), o Ten Cel Art MARCO [illegible] ESSER

-do 18º GAC (Rondonopolis - MT), o Ten Cel Art LUCIANO [illegible] ARRE

-do 19º GAC (Santiago - RS), o Ten Cel Art EURIPEDES [illegible] RODRIGUES;

-do 21º GAC (Niterói - RJ), o Ten Cel Art ALEXANDRE [illegible]

-do 25º GAC (Bage - RS), o Ten Cel Art DOUGLAS WAGNER [illegible]

-do 27º GAC (Rio - RS), o Ten Cel Art MARCIO GREGORIO [illegible]

-do 28º GAC (Criciúma - SC), o Ten Cel Art JOSE SILVIO [illegible] JUNIOR;

-do 3º GAC AP (Santa Maria - RS), o Ten Cel Art ALAN MARTINS [illegible]

-do 5º GAC AP (Curitiba - PR), o Ten Cel Art IVAN [illegible]

-do 15º GAC AP (Lapa - PR), o Ten Cel Art PAULO HENRIQUE [illegible] CUNHA;

-do 16º GAC AP (São Leopoldo - RS), o Ten Cel Art CARLOS [illegible] CASTILHO;

-do 1º GAC / 8 (Marabá - PA), o Ten Cel Art DANIEL [illegible] FERNANDES,

-do 10º GAC / 8 (Boa Vista - RR), o Ten Cel Art WELTON MARTINEZ [illegible] LEITE;

-do 12º GAAAe Sl (Manaus - AM), o Ten Cel Art LEONARDO [illegible] TORRES;

-do 1º GAC L (Itu - SP), o Ten Cel Art CLAYTON RICARDO [illegible]

-do 6º Art Msl Fgt (Formosa - GO), o Ten Cel Art RENATO [illegible] GABRIEL;

-do 1º Bia AAAe (Três Lagoas - MS), o Ten Cel Art ALEXANDRE [illegible] PAIVA;

-do 3º BE Cmb (Cachoeira do Sul - RS), o Ten Cel Eng [illegible] LORENZONI;

-do 5º BE Cmb Bld (Porto União - SC), o Ten Cel Eng [illegible] PERDIGÃO MOURA

-do 2º BCC (Teresina - PI), o Ten Cel Eng MARCELO [illegible]

-do 5º BEC (Porto Velho - RO), o Ten Cel Eng [illegible] CASCONCELOS

-do 8º BEC (Boa Vista - RR), o Ten Cel Eng CARLOS [illegible]

CRO/12
12 Cr
FLS

-da 10ª Cia E Cmb (São Bento do Una - PE), a Ten Cel Eng JOÃO SOUZA DE SA FILHO;
-da 21ª Cia E Cnst (São Gabriel da Cachoeira - AM), o Ten Cel Eng ADAILTON CALDERARO BORTOLUCCI;
-da EsCom (Brasília - DF), o Ten Cel Com SANEIRO SILVA CORDEIRO;
-do 1º BGE (Brasília - DF), o Ten Cel Com MARCOS LEHMKUHL DE SOUZA;
-do 1º B Com (Santo Ângelo - RS), o Ten Cel Com EUGENIO CORRÊA DE SOUZA JÚNIOR;
-do 6º B Com (Bento Gonçalves - RS), o Ten Cel Com ALEXANDRE SALES DE SOUZA;
-do CPOR / PA (Porto Alegre - RS), o Ten Cel Cav JORGE WILSON DA SILVA BOABAID;
-do CPOR / RJ (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Art DOMINGOS JORGE GRAÇA DO SACRAMENTO;
-do CPAEx (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Eng RODRIGO LOPES RODRIGUES,
-do BCSv/AMAN (Resende - RJ), o Cel Inf ARTHUR LUIZ PALMEIRA LEITE,
-do BCSv/ESA (Três Corações - MG), o Ten Cel Inf MAYKON DUTRA BARBOSA,
-do 1º BF Esp (Goiânia - GO), o Ten Cel Inf FLAVIO EDUARDO BRANDALISE;
-do 1º B Op Psc (Goiânia - GO), o Ten Cel Inf GUSTAVO ASSAD DE PRAGA RODRIGUES;
-do 1º Btl DQBRN (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Inf JORGE OTAVIO DOMINGUES COSTA;
-do 6º B Intlg Mil (Campo Grande - MS), o Ten Cel Cav RODRIGO BARBOSA BASTOS COSTA;
-da 3ª Cia E Esp (Manaus - AM), o Ten Cel Inf CELSO ROGÉRIO VIANNA DA CONCEIÇÃO;
-da B Adm Gu SM (Santa Maria - RS), o Cel Cav HAROLDO PATRICIO RIBEIRO FILHO;
-da B Adm Ap/3ª RM (Porto Alegre - RS), o Ten Cel Inf GERSON DA SILVA VELASQUES;
-da B Adm Ap/5ª DE (Curitiba - PR), o Cel Inf CLAUDIO SAMPAIO PEREIRA DE LIMA,
-do Pq R Mnt / 5ª RM (Curitiba - PR), o Cel QMB MARCELO SERGIO CABRAL;
-do Pq R Mnt / 6ª RM (Salvador - BA), o Ten Cel QMB LUIS GUSTAVO STUMPF,
-do Pq R Mnt / 7ª RM (Recife - PE), o Ten Cel QMB ANTONIO DOUGLAS NEVES SANTOS;
-do Pq R Mnt / 8ª RM (Belém - PA), o Ten Cel QMB FABIO DOS SANTOS MORENO;
-do Pq R Mnt / 12ª RM (Manaus - AM), o Ten Cel QMB RODRIGO BORDEAUX MATTOS,
-do B Mnt Sup AAAe (Osasco - SP), Maj QMB CRISTIANO CORRÊA DA SILVA,
-do 1º D Sup (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Sv Int BENEDITO GLAUCO BATISTA DA SILVA,
-do 4º D Sup (Juiz de Fora - MG), o Ten Cel Sv Int LUIZ EDUARDO SOARES THIAGO;
-do 5º B Sup (Curitiba - PR), o Ten Cel QMB MAXWELL NORBIM CALVI;
-do 12º B Sup (Manaus - AM), o Ten Cel Sv Int ERICK COZZO BETAT DE SOUZA;
-do 22º D Sup (Barueri - SP), o Ten Cel QMB ANDRÉ ROLIM MACHADO;
-do 8º B Log (Porto Alegre - RS), o Ten Cel Eng HERMES LEONEO MENNA BARRETO LARANJA GONÇALVES;
-do 14º B Log (Recife - PE), o Ten Cel Cav WILSON DA ROSA CAMPOS;
-do 22º B Log L (Barueri - SP), o Ten Cel Cav DANILO VILLELA SILVA DERRE TORRES,
-do 20º B Log Pqdt (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Com JOÃO MARCOS DRUMOND MOUTINHO;
-do 28º B Log (Dourados - MS), o Ten Cel QMB MÁRIO VICTOR VARGAS JUNIOR,
-do 4º B Log (Santa Maria - RS), o Ten Cel QMB SIDNEY MARINHO LIMA,
-do 10º B Log (Alegrete - RS), o Ten Cel QMB WILSON ANDRE BARREIROS RIBEIRO,
-do 2º B Log Sl (São Gabriel da Cachoeira - AM), o Ten Cel QMB ALEXANDRE SOUZA RIBEIRO;
-do C Log Msl Fgt (Formosa - GO), o Ten Cel QMB IDUNALVO MARIANO DE ALMEIDA JÚNIOR;
-do 18º B Trnp (Campo Grande - MS), o Ten Cel Sv Int MARCELO PEÇANHA DA GRAÇA;
-do DSSM (Santa Maria - RS), o Ten Cel Sv Int ALESSANDRO MELLO DOS SANTOS;
-do DSSA (Santo Ângelo - RS), o Ten Cel Sv Int ALESSANDRO GIORDANI HERMES,
-da 2ª ICFEx (São Paulo - SP), o Ten Cel Sv Int TICIANO DE OLIVEIRA DOS SANTOS MELO;
-da 4ª ICFEx (Juiz de Fora - MG), o Ten Cel Sv Int ANDRÉ LUIS ROZAS PARREIRA;
-da 6ª ICFEx (Salvador - BA), o Ten Cel Sv Int OLIVIO LUCHI;
-da 9ª ICFEx (Campo Grande - MS), o Ten Cel Sv Int CHRISTIE NASCIMENTO LOBATO,
-da 10ª ICFEx (Fortaleza - CE), o Ten Cel Sv Int CELSO RODRIGO LIMA DOS SANTOS;
-do CIB (Butiá - RS), o Ten Cel Cav TIAGO KANIMATA DE MESQUITA,
-do CIG (Rio de Janeiro - RJ), o Cel Cav ADRIANO BOCHI,
-do CIMNC (Recife - PE), o Ten Cel Cav ANDRÉ AUGUSTO DE MENEZES FERREIRA;
-do CISM (Santa Maria - RS), o Ten Cel Cav JEFERSON MENEZES DA SILVA;
-do AHEx (Rio de Janeiro - RJ), o Cel Eng EUDE CARVALHO FILHO;
-do CA-Leste (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Inf PAULO CESAR NERI DOS SANTOS,
-do CGEA (Petrópolis - RJ), o Ten Cel Inf TOKIO NAKASHIMA FILHO;
-do C Id Ex (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Cav MAURICIO AVELAR TINOCO;
-do EGGCF (Brasília - DF), o Cel Eng RAFAEL ACIJNO DOS SANTOS;
-do CEADEx (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel QMB DEIVIS NILSON CARNEIRO DA SILVA;
-do 5º CSM (Ribeirão Preto - SP), o Ten Cel Eng MARCELO PRODANOV;
-da 6ª CSM (Bauru - SP), o Ten Cel Art RENATO PINTO DOS SANTOS;
-do H Mil A BRASÍLIA (Brasília - DF), o Cel Med SERGIO GOYA;
-do H Gu FLORIANÓPOLIS (Florianópolis - SC), a Cel Med CARLA LOBO LOUREIRO;
-do H Ge FORTALEZA (Fortaleza - CE), o Cel Med SÉRGIO LUIS HAMMES,
-do H Gu JOÃO PESSOA (João Pessoa - PB), a Ten Cel Med RENATA CRISTINA DE ALMEIDA MARTINS SCHMIDT;
-do H Ge CURITIBA (Curitiba - PR), a Ten Cel Med REGINA LUCIA MOURA SCHENDEL,
-do EsSEx (Rio de Janeiro - RJ), o Cel Med CESAR UILSON GOETTEMS,
-do H Mil A PORTO ALEGRE (Porto Alegre - RS), o Cel Med RODRIGO BRUM TOLEDO,
-do Pelm MPV (Rio de Janeiro - RJ), o Cel Med KLEBER CARNEIRO CASTELO BRANCO;
-do H Gu TABATINGA (Tabatinga - AM), o Ten Cel Med PEDRO LEOPOLDO

-do H Gu S G CACHOEIRA (São Gabriel da Cachoeira - AM), a Ten Cel Med ANADITÁLIA PINHEIRO VIANA ARAUJO;
-do 1º CGEO (Porto Alegre - RS), o Ten Cel QEM Cart MARCIO [illegible];
-do 2º CGEO (Brasília - DF), o Ten Cel Com VICTOR JOSE [illegible];
-do 4º CTA (Manaus - AM), o Ten Cel QEM Cartgf MARCOS [illegible] BARBOSA CARVALHO;
-do 6º CTA (Campo Grande - MS), o Ten Cel QEM Com CLAUDIO [illegible] DUARTE SEGUNDO;
-do 11º CT (Curitiba - PR), o Cel Com ROVANE DE LIMA MAIA;
-do 21º CT (Belo Horizonte - MG), o Maj QEM Comb ANDERSON [illegible] BARRETTO;
-do 41º CT (Belém - PA), o Ten Cel QEM Eft ANTONIO [illegible];
-do 51º CT (Salvador - BA), o Ten Cel COM CESAR DE SOUZA;
-da CRO / 2ª RM (São Paulo - SP), o Maj QEM FC CLOVIS [illegible];
-da CRO / 3ª RM (Porto Alegre - RS), o Ten Cel QEM FC [illegible] LOPES,
-da CRO / 7ª RM (Recife - PE), o Ten Cel QEM FC [illegible] MELO;
-da CRO / 8ª RM (Belém - PA), o Maj QEM FC FRANCISCO [illegible] COSTA;
-da CRO / 11ª RM (Brasília - DF), o Ten Cel QEM FC FRANCISCO [illegible] OLIVEIRA.

Gen Ex EDSON LEAL PUJOL

PORTARIA Nº 867, DE 13 DE JUNHO DE 2019

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso da delegação de competência [illegible] pelo Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, combinado com [illegible] Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar 25 de agosto de 2010, e de acordo com o art. 83, inciso IX, da Lei [illegible] dezembro de 1980, resolve

AGREGAR ao respectivo Quadro, a contar de 5 de junho de 2019, [illegible] Exército MAURO CESAR LOURENA CID

Gen Ex EDSON LEAL PUJOL

PORTARIA Nº 870, DE 14 DE JUNHO DE 2019

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o art. 9º, inciso II, alínea "c", da Instrução de Movimentação de Oficiais e Praças do Exército, aprovado pela Portaria nº 3.000, de 21 de outubro de 1996, e considerando o disposto nos art. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, resolve

DESIGNAR por necessidade do serviço, ex officio, para o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (Brasília-DF), o Cel Art (0288162748) MARCELO DO NASCIMENTO ABREU PEREIRA, do Cmdo CMSE (São Paulo - SP).

Gen Ex EDSON LEAL PUJOL

PORTARIA Nº 871, DE 14 DE JUNHO DE 2019

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o art. 9º, inciso II, alínea "c", da Instrução de Movimentação de Oficiais e Praças do Exército, aprovado pela Portaria nº 3.000, de 21 de outubro de 1996, e considerando o disposto nos art. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, resolve

DESIGNAR por necessidade do serviço, ex officio, para o Ministério da Defesa (Brasília-DF), o 2º Ten QAO (0823311347) PAULO CESAR SALGADO DA SILVA na SPE Rio.

Gen Ex EDSON LEAL PUJOL

PORTARIA Nº 872, DE 14 DE JUNHO DE 2019

O COMANDANTE DO EXERCITO, no uso das competências [illegible] 1º, do Art. 8º, da Portaria do Comandante do Exercito nº 215, de 20 de [illegible] considerando o disposto no inciso III, alínea b), § 1º do Art. 3º, da Lei nº 11.526, de 4 de dezembro de 1986, com a redação dada pelo Art. 5º da Lei nº 9.442, de 14 de março de 1997, resolve:

NOMEAR, em caráter excepcional, o Cel Refm (Id 0206438011) [illegible] RAMOS, no Estado-Maior do Exército (EME), em Brasília-DF, para Prestação de Tempo Certo, para exercer a tarefa de Assessor de Governança do Portfólio [illegible] Exército Brasileiro, no Escritório de Projeto do Exército, pelo prazo de 24 [illegible] a contar de 1º de junho de 2019, em vaga da cota do Estado-Maior do Exército.

Gen Ex EDSON LEAL PUJOL

COMANDO MILITAR DO LESTE
1ª REGIÃO MILITAR

PORTARIA Nº 30 - SSIP/1-RIO-SSAPC, DE 3 DE JUNHO DE 2019

O COMANDANTE DA 1ª REGIÃO MILITAR, no uso das competências [illegible] subdelegada pela Portaria nº 1700 - Cmt Ex, de 08 de dezembro de 2017, [illegible] Boletim do Exército nº 50/2017 de 15 de dezembro de 2017, resolve

CONCEDER PENSÃO vitalícia a JANIR PIRES DOS SANTOS, CPF nº 357 [illegible] 49, viúva do ex-servidor DIRSON COELHO DOS SANTOS, enquadrado no Cargo do Plano Geral dos Cargos do Poder Executivo, matrícula nº 62007, falecido em 05 de maio de 2019, tendo como referência atual o cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, [illegible] percentual de 100% (cem por cento), de acordo com o inciso I, do artigo 217, [illegible] com o item 6, alínea "b", inciso VII, do artigo 222, ambos da Lei 8112/1990 de 11 de dezembro de 1990, em conformidade com a nova redação dada pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com vigência da pensão a contar da data do óbito de ex-servidor. RM - SAPC(1-Rio)

Gen Div FERNANDO JOSÉ SANT'ANA SOARES E SILVA

PORTARIA Nº 32 - SSIP/1-RIO-SSAPC, DE 4 DE JUNHO DE 2019

O COMANDANTE DA 1ª REGIÃO MILITAR, no uso de [illegible] subdelegada pela Portaria nº 1700 - Cmt Ex, de 08 de dezembro de 2017, [illegible] no Boletim do Exército nº 50/2017, de 15 de dezembro de 2017, resolve

CONCEDER PENSÃO vitalícia à ROSIMERI ROCHA [illegible] 461.455.467-72, viúva do ex-servidor NILTON MENEZES, [illegible] Ciências e Tecnologia, matrícula nº 57138, falecido em 29 de [illegible] como referência atual o cargo de Técnico em Ciência e Tecnologia [illegible] do [illegible] tem por cento), de acordo com o inciso I do artigo 217 [illegible]

Anexo.
- Publicar Contrato
- Enviar empenho p/ empresa
- Solicitar nota fiscal.

CRO12 127

MINISTERIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR
(COMISSÃO DE OBRAS CORONEL PAULO NUNES LEAL)

OFÍCIO Nº43-SALC/CRO/12
EB: 64333.001836/2022-66

URGENTÍSSIMO

Manaus, AM, 26 de abril de 2022.

À Senhora
[redacted]
Consultora Jurídica da União no Estado do Amazonas
Av. Tefé, nº 611, Edifício Luis Higino de Souza Neto, Bairro Praça 14 de janeiro
69.020-090 Manaus-AM

Assunto: solicitação de parecer jurídico para Inexigibilidade de Licitação nº 1 de 2022.

Senhora Consultora Jurídica, Consultora Jurídica da União no Estado do Amazonas,

Encaminho o Processo Administrativo abaixo descrito para análise jurídica, de acordo com o art. 38 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, conforme o seguinte formulário para tramitação:

Data Limite: **solicitamos urgência na apreciação.**	**Solicitação de parecer jurídico**: para Inexigibilidade de Licitação nº 6 de 2022, cujo objeto é a contratação de curso de aperfeiçoamento e treinamento na semana nacional de estudos avançados sobre contratos administrativos - investimento especial para capacitação no 9º Contratos Week - Oline 100%, para esta Organização Militar.
E-mail: licitacro12@gmail.com	**Telefone:** (92) 3238-7514/6853

Avenida Coronel Teixeira, Nr 2061, Bairro Ponta Negra - Manaus/AM - CEP: 69037-000 FONE: (92) 3238-7514
cro12rm@gmail.com

CRO/12
128
FLS

NUP: 64333.001509/2022-12	**Nº de volumes:** Pasta única, com 119 páginas.
Prazo: 15 dias.	Sigla do Órgão: CRO/12.
Valor: R$ 15.000,00	Modalidade: Inexigibilidade de Licitação 1/2022.

Data de abertura do processo: 04 de abril de 2022.

MODELOS DA AGU

EDITAL E ANEXO: Foram adotados? (x) SIM ( ) NÃO

Qual o modelo utilizado: não é o caso.

Houve alteração: ( ) SIM (x) NÃO

Relação dos itens modificados: não é o caso.

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

ASSUNTO/OBJETO:

IDENTIFICAÇÃO DO TEMA:**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.**

AQUISIÇÕES – Processos e consultas relativas à aquisição onerosa de bens mediante fornecimento único ou parcelado, ainda que a aquisição seja o meio necessário à execução direta de outra atividade ou empreendimento do órgão licitante.	**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA** - Processos e consultas relativas a contratações de obras e serviços de engenharia, comuns ou especiais, que necessitem da participação e do acompanhamento dos profissionais cujo exercício das atividades seja fiscalizado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) ou pelo Conselho de

Avenida Coronel Teixeira, Nr 2061, Bairro Ponta Negra - Manaus/AM - CEP: 69037-000 FONE: (92) 3238-7514
cro12rm@gmail.com

CRO/12
129

	Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), incluindo os serviços vinculados de fiscalização.
SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços com a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.	**PATRIMÔNIO** - Processos e consultas que tratem do patrimônio imobiliário da União, incluindo os procedimentos de transferência, onerosa ou não, bem como os atos antecedentes necessários.
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços sem a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.	**RESIDUAL** - Processos e consultas cujo tema não se enquadre nos demais.
CONCILIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL - Processos ou documentos referentes a Conciliações e que versem sobre Representação em Inquéritos Civis do Ministério Público Federal ou do Trabalho.	
OBSERVAÇÃO: **solicitação de parecer jurídico**: para Inexigibilidade de Licitação nº 6 de 2022, cujo objeto é a contratação de curso de aperfeiçoamento e treinamento na semana nacional de estudos avançados sobre contratos administrativos - investimento especial para capacitação no 9º Contratos Week - Oline 100%, para esta Organização Militar.	

Certifico o SOBRESTAMENTO do processo **NUP 64333.001509/2022-12,** objetivando auxiliar a verificação e análise por parte dessa CJU/AM, assumindo o compromisso da não movimentação do mesmo a partir de 26/04/2022.

Atenciosamente,

[redacted]

Chefe da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar

Avenida Coronel Teixeira, Nr 2061, Bairro Ponta Negra - Manaus/AM - CEP: 69037-000 FONE: (92) 3238-7514
cro12rm@gmail.com

CRO/12
130
FLS

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAZONAS

PARECER N. 066/2022/CJU-AM/CGU/AGU
PROCESSO N. 64333.001509/2022-12
ORIGEM: COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR - CRO/12ª RM
ASSUNTO: DEMAIS HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE

EMENTA:Constitucional. Administrativo. Licitação. Inexigibilidade. Contratação de curso de capacitação. Orientação Normativa AGU nº 18/2009. Necessidade de complementação da instrução processual. Aprovação condicional.

I. DOS FATOS

1. Os presentes autos foram encaminhados a este Órgão de Assessoramento Jurídico por meio do OFÍCIO Nº 43-SALC/CRO/12, de 26 de abril de 2022, para análise de proposta de contratação direta por inexigibilidade do "curso de aperfeiçoamento, capacitação e treinamento na semana nacional de estudos avançados sobre contratos administrativos - investimento especial para participação no 9º CONTRATO WEEK - ONLINE.

2. O custo da contratação foi estimado em **R$ 15.000,00** (quinze mil reais), correspondente a uma carga horária de *30 (trinta) horas, para um grupo de até 5 (cinco) militares, designados pelo Comando do Exército, para o ano de 2022.*

3. No ofício de remessa, o Órgão Consulente informa haver adotado os modelos da AGU.

4. O processo, digitalmente inserido no sistema Sapiens, encontra-se instruído com a seguinte documentação relevante para análise:

- Termo de abertura: fl. 01;
- Diex nº 09-SALC/CRO/12: fl. 02;
- Ratificação: fls. 04/05;
- Dotação orçamentária: fls. 06/07;
- Designação da equipe de planejamento: fl. 08;
- Proposta da empresa: fls. 11/28;
- Estudos Técnicos Preliminares: fls. 27/31;
- Mapa de riscos: 32/41;
- Termo de Referência: fls. 35/41;
- Minuta do Contrato: fls. 45/49;
- Documentação da empresa: fls. 55/59;
- Certidões de regularidade fiscal e trabalhista: fls. 60/68;
- Atestados de capacidade técnica: fls. 70/75.

5. É o que de relevante se tinha a relatar, passamos a opinar.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

Da finalidade e abrangência do parecer jurídico

5. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados, podendo abranger, também, o exame prévio e conclusivo dos textos das minutas de editais, seus anexos, de contratos e instrumentos congêneres.

6. Sua função é justamente apontar possíveis riscos **do ponto de vista <u>jurídico</u>** e recomendar providências para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

7. Importante salientar, que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos **<u>jurídicos</u>**, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

8. De fato, presume-se que as especificações técnicas **porventura** contidas no processo, inclusive quanto ao eventual detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

9. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. Assim sendo, o ideal, para a melhor e completa instrução processual, é que sejam juntadas ou citadas as publicações dos atos de nomeação ou designação da autoridade e demais agentes administrativos, bem como, os Atos Normativos que estabelecem as respectivas competências, com o fim de que, em caso de futura auditoria, possa ser facilmente comprovado que quem praticou determinado ato tinha competência para tanto. Todavia, a ausência de tais documentos, por si só, não representa, a nosso ver, óbice ao prosseguimento do feito.

10. Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. **Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção**. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva do Gestor.

Dos requisitos para que serviços técnicos possam ser contratados diretamente por inexigibilidade de licitação

11. Cumpre inicialmente esclarecer que a contratação para capacitação de servidores poderá enquadrar-se em hipótese de inexigibilidade de licitação, consoante se demonstrará abaixo. A análise jurídica, contudo, restringe-se ao exame da situação de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, II, combinado com o art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93.

12. Com efeito, determina a Lei nº 8.666/1993, em seu art. 25, inciso II, que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a *contratação de serviços técnicos* enumerados no art. 13 do mesmo diploma legal, dentre os quais se observa o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, desde que, configurada a singularidade de sua natureza e a notória especialização do profissional ou da empresa a ser contratada:

> *Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*
>
> *[...]*
>
> *II - **para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*
>
> *Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhosrelativos a:*
>
> *[...]*
>
> *VI- **treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**;*
>
> *[...]*
>
> *§ 1º **Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação**, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.*

13. Dessa forma, da combinação do disposto no inciso II do art. 25 com o inciso VI do art. 13, ambos da Lei nº 8.666/1993, temos que a inscrição de servidores para a participação em cursos abertos de capacitação e treinamento pode ser enquadrada como hipótese de inexigibilidade de licitação, desde que atendidos os comandos da norma.

14. A respeito do tema, o Tribunal de Contas da União fixou entendimento segundo o qual "as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25. combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei n° 8.666/93;" (TCU, Decisão no 439/1998 - Plenário).

15. Trata-se de aplicação do entendimento consagrado pelo TCU nas Súmulas n° 39 e n° 252 ao caso de contratação de cursos de aperfeiçoamento, seja para ministrar curso específico, seja para inscrição de servidores em cursos abertos a terceiros. Vejamos o teor das mencionadas súmulas:

> *SÚMULA TCU 39: A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, daLei8.666/1993.*

> *SÚMULA TCU 252: A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado.*

16. No âmbito da AGU, a Consultoria Geral da União, por intermédio do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos (DECOR/CGU), no ano de 2018, alterou a Orientação Normativa AGU n. 18/2009, que consignava a possibilidade de inexigibilidade com base no art. 25, II, para contratação de cursos de capacitação aberto, desde que comprovada a singularidade e a notória especialização. Com a alteração, a CGU ampliou o fundamento legal, pela inserção da possibilidade desta contratação com base no *caput* do art. 25, ou seja, desde que comprovada a inviabilidade de competição. A referida alteração foi sugerida no PARECER N. 98 /2017/DECOR/CGU/AGU, exarado no bojo dos autos NUP 00593.000129/2017-41 e aprovado pelo Advogado-Geral da União.

17. Com base no referido Parecer 98/2017, foi modificada a ON AGU N. 18/2009, que passou a ter a seguinte redação:

> A ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4°, da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta dos Processos n° 00400.015975/2008-95 e 00593.000129/2017-41, resolve:
>
> Art. 1° A Orientação Normativa n° 18, de 1° de abril de 2009, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2° e 17 da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:
>
> **"CONTRATA-SE POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 25, CAPUT OU INCISO II, DA LEI N° 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS PARA MINISTRAR CURSOS FECHADOS PARA TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL OU A INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS.**
>
> O **ART. 25, CAPUT, COMO FUNDAMENTO, IMPÕE A CONSTATAÇÃO DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO POR AUSÊNCIA DE CRITÉRIO OBJETIVO DE SELEÇÃO OU POR EXCLUSIVIDADE DO OBJETO PERSEGUIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, MEDIANTE ROBUSTA INSTRUÇÃO DOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**, SEM PREJUÍZO DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE AINDA MAIORES POR PARTE DOS ÓRGÃOS COMPETENTES.
>
> **A MOTIVAÇÃO LEGAL COM BASE NO ART. 25, INCISO II, DA LEI N° 8.666, DE 1993, EXIGE A IDENTIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO E DA SINGULARIDADE DO CURSO.**
>
> INDEXAÇÃO: TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO. PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS. CURSOS FECHADOS OU INSCRIÇÃO EM CURSOS

ABERTOS.

18. Afora o entendimento exarado pelo TCU e pela AGU, a literalidade do inciso II do art. 25 da Lei n° 8.666/93 impõe que a Administração, em tais casos, deverá evidenciar cabalmente a singularidade do objeto a ser executado e a notoriedade da instituição a ser contratada.

19. A singularidade do objeto a ser prestado, convém anotar, não induz à conclusão da obrigatória ausência de pluralidade de sujeitos aptos a executar o objeto, como leciona Marçal Justen Filho [1]. Segundo o mesmo autor, "(...) a natureza singular não significa ausência de pluralidade de sujeitos em condições de desempenhar o objeto. A ausência de pluralidade conduz à incidência do inc. I. Mais ainda, conduz à inviabilidade de competição relativamente a qualquer serviço, mesmo quanto àqueles que não forem técnicos profissionais especializados. Ou seja, a 'natureza singular' deve ser entendida como uma característica especial de algumas contratações de serviços técnicos profissionais especializados. Enfim, e para concluir essa questão, singular é a natureza do serviço, não o número de pessoas capacitadas a executá-lo".

20. Tal intelecção também se depreende dos ensinamentos do professor Lucas Rocha Furtado[2]:

> "Assim, é de se concluir que nessa hipótese de contratação inexigível, relativa à contratação de serviços técnico-profissionais especializados prestados por profissionais ou empresas de notória especialização, não necessariamente deverá existir apenas uma empresa ou profissional em condições de prestar o serviço. O que justifica, nessa hipótese, a não realização da licitação é a natureza do serviço, a capacidade técnica do prestador do serviço a ser selecionado, e as peculiaridades do serviço que está a exigir a contratação de referida empresa ou profissional. Não é a singularidade - leia-se, existência de um único interessado - do prestador do serviço que justifica a não realização de licitação. A singularidade a que se refere o dispositivo legal está relacionada às peculiaridades do serviço a ser executado, e não ao número de empresas em condições de prestar o serviço."

21. Nesse ponto, pela pertinência das considerações, transcrevo o seguinte excerto extraído do voto do Relator Ministro Adhemar Paladini Ghisi, na Decisão n° 439/98 - Plenário/TCU:

> "Por todas essas razões, entendeu a lei de licitações de classificar na categoria de serviço técnico profissional especializado, o trabalho de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da Administração, por particulares (pessoas físicas ou jurídicas); sendo de natureza singular o serviço, será fatalmente diferente um treinamento de outro, ainda que sobre os mesmos temas, quando ministrado por particulares diversos. E, desse modo, sendo desiguais os produtos que os variados profissionais oferecem, torna-se inexigível a licitação por imperativo lógico que consta do art. 23, inciso II, do Dec.-lei n" 2.300/86." ("Treinamento de Pessoal - Natureza da Contratação" "in" Boletim de Direito Administrativo - Março de 1993, págs. 176/79- grifo nosso) (...) Nessa mesma linha de raciocínio, destaco pensamento do administrativista Antônio Carlos Cintra do Amaral, que ao discorrer sobre a contratação de profissional para realização de treinamento de pessoal, assevera que: "Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal é serviço técnico profissional especializado, previsto no art. 13, VI, da mesma Lei n" 8.666/93. Em princípio, é de natureza singular, porque é conduzido por uma ou mais pessoas físicas, mesmo quando a contratada é pessoa jurídica. A singularidade reside em que dessa ou dessas pessoas físicas (instrutores ou docentes) requer-se: a) experiência; b) domínio do assunto; c) didática; d) experiência e habilidade na condução de grupos, freqüentemente heterogêneos inclusive no que se refere à formação profissional; e) capacidade de comunicação. Como não se pode dissociar o treinamento do instrutor ou docente, essa singularidade subjetiva é também objetiva. Vale dizer: também o serviço por ele prestado é singular..." ("Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos", Malheiros Editores, 1995,pág. HO) (...) A aplicação da lei deve ser compatível com a realidade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social. **Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, com o aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim, desponta, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e**

aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade, é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. "(grifou-se)

22. Pois bem, da dicção legal, assim como do entendimento do TCU e da AGU, extraem-se os seguintes requisitos para o caso de inexigibilidade de licitação: **a) tratar-se de contratação de pessoas naturais e jurídicas para ministrar cursos fechados para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal ou a inscrição em cursos abertos; b) o serviço ser de natureza singular; e c) a notória especialização do profissional/empresa**.

23. Sobre a conceituação do que sejam cursos abertos ou fechados, a fundamentação da Orientação Normativa nº 18 da Advocacia-Geral da União é clara. Vejamos:

> "Parece pertinente, ainda, distinguir os denominados cursos abertos dos fechados. **Os cursos abertos são aqueles que permitem a participação de quaisquer interessados, sendo fixados e programados pelo seu realizador. São, portanto, acessíveis a qualquer pessoa interessada na sua proposta**. Os cursos fechados são voltados para grupos certos e determinados de indivíduos, elaborados de acordo com metodologia e horários previamente fixadas pelo contratante. De conseguinte, não são acessíveis a qualquer interessado, mas apenas àqueles integrantes do quadro de quem os contrata." (grifou-se).

24. Quanto ao requisito da **singularidade do objeto**, vale consignar que o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 439/1998, assim entendeu:

> "22. Existem, portanto, limitações à aplicabilidade do art. 25 da Lei nº 8.666/93 ao treinamento de servidores. **Os cursos mais básicos e convencionais não devem ser contratados com inexigibilidade de licitação, pois, no caso, a diferença entre os serviços prestados por um ou outro licitante tende a ser mínima, sem prejuízo do objetivo do treinamento**.
>
> (...)
>
> 24. Aliás, **a natureza singular do serviço é uma das exigências constantes da Lei para a caracterização da inexigibilidade de licitação**. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes detalha com clareza o inciso II do art. 25 da Lei de Licitações: "A inviabilidade da competição ocorrerá na forma desse inciso se ficar demonstrado o atendimento dos requisitos, que devem ser examinados, na seguinte ordem: a) referentes ao objeto do contrato: que se trate de serviço técnico; a que o serviço esteja elencado no art. 13 da Lei nº 8.666/93; que o serviço apresente determinada singularidade; que o serviço não seja de publicidade ou divulgação; b) referentes ao contratado: que o profissional detenha a habilitação pertinente; que o profissional ou empresa possua especialização na realização do objeto pretendido; que a especialização seja notória; que a **notória especialização esteja relacionada com a singularidade pretendida peta Administração**.' ('in' Contratação Direta sem Licitação, Brasília Jurídica, 1ª ed., 1995, pág. 306).(...);
>
> 27. **Quanto à singularidade do objeto, esta existirá desde que se trate de treinamento diferenciado em relação ao convencional ou rotineiro do mercado. É singular, por exemplo, um curso de Qualidade Total perfeitamente adaptado em relação às diretrizes do programa de qualidade implantado no órgão contratante. Por outro lado, não há singularidade num curso sobre a mesma disciplina baseado apenas nas teorias existentes e em programas usualmente praticados**.
>
> (...);
>
> 45. Retomando à proposta de decisão em estudo, consideramos desnecessário firmar entendimento quanto à inexigibilidade de licitação para inscrição de servidores em cursos abertos a terceiros.
>
> 46. Os cursos abertos para os quais não cabe licitação são aqueles inusitados, quer por não haver previsão de sua repetição, quer pela indiscutível notoriedade do instrutor, ou ainda aqueles oferecidos por uma única empresa. Em todos os casos o texto da Lei é suficientemente claro: há inviabilidade de competição.
>
> 47. **Para os cursos regularmente oferecidos por mais de uma empresa, não há que se falar em inexigibilidade, pois não há singularidade no objeto e, portanto, a competição é perfeitamente possível.** O que pode ocorrer é o desinteresse dos prestadores do serviço em participarem de certame licitatório, o que caracterizaria a hipótese de dispensa de licitação prevista no inciso V do, art. 24 (licitação vazia)." (grifou-se)

CRO/12
135
FLS

25. Sobre esse caráter singular do evento (objeto) a ser contratado, leciona Jacoby Fernandes[3]:

> **Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador**. A singularidade não está associada à noção de preço, de dimensões, de localidade, de cor ou forma.

26. Percebe-se, portanto, que para atender o requisito da singularidade, deve o curso ser inusitado, revelando tratamento diferenciado em relação ao convencional ou rotineiro no mercado. Isso porque, segundo a AGU e o TCU, **serviço singular é todo aquele que verse sobre "treinamento diferenciado em relação ao convencional ou rotineiro do mercado"**.

27. Ademais, **a singularidade do objeto também está na pertinência entre as características especiais do curso fornecido e sua aplicação aos objetivos institucionais do órgão assessorado**. A existência dessa ligação entre as características especiais do curso e sua aplicação aos objetivos institucionais determina o caráter singular do curso para a Administração Pública, **cabendo somente à ela avaliar e atestar tal singularidade**.

28. É necessário, portanto, à **Administração demonstrar que o evento escolhido é diferente dos demais existentes no mercado**. O administrador deve apresentar elementos capazes de demonstrar que o curso que pretende contratar apresenta **qualidades que o individualize, tornando-o distinto dos demais**, ao ponto de ser objeto de contratação direta. **O que o curso tem de incomum? Que peculiaridades possui? Que diferença faz para o órgão assessorado contratar esse curso ao invés de qualquer outro sobre o tema? Nesses parâmetros reside a singularidade**.

29. Para uma melhor elucidação do tema, importante expor o conteúdo da Súmula nº 264/2011 do TCU:

> "A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização **somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular**, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, **grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação**, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993" (TC-012.209/2009-3, Acórdão nº 1.437/2011-Plenário).

30. Um curso de caráter singular possui uma carga de particularidade, sendo incomum, diferente dos demais, rotineiros no mercado, não sendo possível, portanto, aferi-lo com base em critérios objetivos. **Por esse motivo que é imprescindível a demonstração de singularidade do curso a ser contratado, tendente a comprovar que há inviabilidade de competição, inerente à inexigibilidade de licitação, o que se recomenda seja providenciado**.

31. Quanto à **notória especialização**, é necessário que a Administração se certifique sobre a atividade que o profissional ou empresa se predispõe a realizar. É preciso ressaltar que o conceito de notória especialização, contido no § 1º do art. 25 da Lei 8.666/1993, refere-se a requisitos relacionados com as atividades do profissional ou da empresa, considerando inclusive seu corpo técnico, que **permitam inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato**.

32. É essencial que a Administração se certifique da notória especialização do profissional ou da empresa que prestará o serviço. É preciso que se entenda a importância de tal certificação, pois não se trata de mera formalidade, mas sim de uma condicionante para que a inexigibilidade se dê através do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

33. A Lei nº 8.666/1993, art. 25, § 1º, conceitua esse requisito nos seguintes termos:

> Art. 25. (...)
>
> [...]
>
> § 1º **Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa** cujo conceito no campo de sua especialidade. decorrente de **desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato**.

34. Nesse mesmo sentido, exemplifica o doutrinador José dos Santos Carvalho Filho[4]:

CRO/12
136

> Para a contratação direta, devem os profissionais ou as empresas revestir-se da qualificação de notória especialização, ou seja, aqueles que desfrutem de prestígio e reconhecimento no campo de sua atividade. Tal conceito deve decorrer de vários aspectos, como estudos, experiências, publicações, desempenho anterior, aparelhamento, organização, equipe técnica e outros do gênero. Por outro lado, é preciso que a Administração conclua que o trabalho a ser executado por este profissional seja essencial e o mais adequado à plena consecução do objeto do contrato [...].

35. Assim, para se avaliar a notoriedade da especialização do profissional ou da empresa, a Administração pode ser basear em aspectos como estudos desenvolvidos, experiência profissional, desempenhos anteriores, publicações, aparelhamento, organização, equipe técnica, dentro outros relacionados com as atividades a serem prestadas.

36. Além disso, o conceito e o reconhecimento do profissional ou empresa no campo de sua especialidade, a serem demonstrados nas formas aqui descritas, devem ser capazes de permitir que se infira "*que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato*", conforme parte final do art. 25, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

37. Naturalmente, esse procedimento de aferição do gestor deve se fundar numa demonstração de comprovação, por meio de elementos documentais hábeis a revelar tal especialização, considerando o profissional ou a empresa a qual se pretende contratar como mais adequado para o atendimento da demanda, não devendo apenas se basear na descrição das atividades econômicas apresentadas no comprovante de inscrição e/ou de situação cadastral.

38. **Pois bem. No que concerne à razão da escolha do fornecedor, o DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (fls. 27/31) traz uma justificativa (item I) para a escolha apenas a informação de que a disputa por meio de processo licitatório seria inviável, mas ser explicar o porquê e informa também que o site da Transparência do Governo Federal mostra várias instituições federais que fizeram treinamento com a empresa que pretendem contratar, razão pela qual não existe a possibilidade de competição.**

39. **Porém, essa justificativa nem explica a razão da inviabilidade da licitação e nem explica a razão da escolha da empresa pelo órgão.**

40. **Assim, como já dito anteriormente, necessária juntada de justificativa do órgão assessorado com a demonstração de singularidade do curso a ser contratado, tendente a comprovar que há inviabilidade de competição, inerente à inexigibilidade de licitação.**

41. Ato contínuo, cumpre chamar a atenção para a obediência aos requisitos formais impostos pelo art. 26, parágrafo único, da Lei 8.666/93, mais especificamente a **razão da escolha do fornecedor ou executante (inciso II) e a justificativa do preço (inciso III)**.

Da motivação da razão da escolha do contratante e da justificativa do preço

42. Em vista do disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, todos os processos de contratação direta por inexigibilidade de licitação reclamam justificativa sobre a **(a)** razão da escolha do executante e **(2)** justificativa do preço.

43. Por oportuno, vale lembrar que o Tribunal de Contas da União determina, de forma contundente, a necessidade de justificativa, seja no processo de inexigibilidade, seja no de dispensa: "ii) seja circunstanciadamente justificada a escolha do fornecedor, bem como demonstrada a adequabilidade dos preços, neste último caso com efetiva comparação com os preços de mercado e sempre com a juntada de parecer de técnico responsável atestando tanto a inexigibilidade quanto a adequação dos preços (...) "(grifou-se)

44. O preço, segunda exigência, foi igualmente justificado pelo Órgão Consulente, nos termos da Orientação Normativa AGU nº 17, de 1 de abril de 2009:

> A RAZOABILIDADE DO VALOR DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PODERÁ SER AFERIDA POR MEIO DA **COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM OS PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ENTES PÚBLICOS E/OU PRIVADOS, OU OUTROS MEIOS IGUALMENTE IDÔNEOS**

45. Segundo trecho do fundamento da citada Orientação Normativa:

> "A justificativa de preço nas contratações diretas é requisito legalmente exigido pela Lei de Licitações e Contratações (art. 26, parágrafo único, inc. III), que comina inclusive a responsabilidade solidária de todos os participantes nos casos de superfaturamento de preços (§ 2º do art. 25). Não obstante esse fato, há controvérsia acerca da forma como a justificativa deve ser

CRQ/12
137
RUBRICA

apresentada. **A justificativa do preço nos casos de inexigibilidade não pode ser realizada à luz de propostas de outros fornecedores ou prestadores. Se inexigível o certame, a proponente é a única a atender as necessidades do órgão contratante. Destarte, a justificativa há de fazer-se de acordo com os preços cobrados pelo fornecedor ou prestador exclusivo em contratos firmados com outras pessoas físicas ou jurídicas. É a demonstração da compatibilidade dos preços praticados pela própria empresa contratada que deve constar dos autos.** Indispensável, para aprovação jurídica do procedimento, que sejam juntados documentos e informações que atestem que o preço proposto seja equivalente aos demais por ela mesma cobrados de outros clientes." (grifou-se)

46. **Não consta justificativa de preços. Omissão a sanar.**

Da declaração exigida pelo art. 16, II, da LRF

47. Ademais, no intuito de evitar que a Administração celebre contratos sem que disponha de recursos orçamentários para honrar as obrigações pecuniárias deles decorrentes, o procedimento dever ser instruído com a declaração de existência de disponibilidade orçamentária para cobertura da despesa.

48. **A declaração de adequação orçamentária prestada pelo Ordenador de Despesas foi juntada às fls. 06/07.**

49. Registre-se que cabe ao gestor do contrato atentar para a necessidade de somente efetuar despesas previamente autorizadas, sob pena de responsabilidade funcional. Tudo em homenagem ao disposto no artigo 15, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que determina presumirem-se "não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam ao disposto nos artigos 16 e 17".

Da comprovação de regularidade fiscal

50. A contratação direta por inexigibilidade de licitação não dispensa o futuro contratado da comprovação do atendimento às condições de habilitação previstas na Lei nº 8.666/93.

51. A documentação foi juntada às fls. 60/68.

52. Sem embargo, todas as condições de habilitação devem estar devidamente observadas na data em que for firmado o contrato. Portanto, é necessário verificar a existência de eventuais impedimentos posteriores à emissão dos documentos que constam dos autos.

Da minuta contratual

53. Quando da celebração da contratação, deve a Administração observar as regras do art. 62 da Lei nº 8.666/1993[5], que dispõe sobre os casos em que obrigatória a formalização de um instrumento de contrato, bem como sobre as hipóteses em que o termo de contrato pode ser substituído por outros instrumentos hábeis.

54. Segundo o referido dispositivo, **o instrumento de contrato é obrigatório** nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como **nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação**, e **facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis**, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. Em todos esses instrumentos, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 da Lei nº 8.666/1993 (§ 2º, art. 62), que estabelece as cláusulas necessárias em todo contrato administrativo.

55. A minuta do contrato foi juntada às fls. 45/49, seguindo o modelo da AGU.

Da necessidade de ratificação e da necessidade da publicação

56. Na hipótese de serem atendidos os requisitos anteriormente explicitados, o Órgão Consulente não poderá olvidar, ainda, da necessidade de comunicação da realização do procedimento de inexigibilidade de licitação, à autoridade superior, no prazo de 03 (três) dias, para ratificação, como condição para eficácia dos atos, conforme exige o art. 26, *caput*, da Lei n. º 8.666/93.

GRQ/12
138

57. Ademais, importa lembrar que, tratando-se de inexigibilidade, não há necessidade da publicação do Termo de Ratificação da dispensa na imprensa oficial, conforme Acórdão 1.336/2006 TCU - Plenário, senão vejamos:

> 9.2. determinar à Secretaria de Controle Interno do TCU que reformule o "SECOI Comunica nº 06/2005", dando-lhe a seguinte redação: "a eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, incisos III a XXIV, e art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na imprensa oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos arts. 24, I e II, da Lei 8.666/93". (grifos nossos)

58. É o que se extrai, ainda, da Orientação Normativa AGU nº 33, de 13 de dezembro de 2011, ipsis litteris:

> ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 34, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011
> "AS HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE (ART. 25) E DISPENSA DE LICITAÇÃO (INCISOS III E SEGUINTES DO ART. 24) DA LEI Nº 8.666, DE 1993, CUJOS VALORES NÃO ULTRAPASSEM AQUELES FIXADOS NOS INCISOS I E II DO ART. 24 DA MESMA LEI, DISPENSAM A PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL DO ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA, EM VIRTUDE DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA, SEM PREJUÍZO DA UTILIZAÇÃO DE MEIOS ELETRÔNICOS DE PUBLICIDADE DOS ATOS E DA OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS REQUISITOS DO ART. 26 E DE SEU PARÁGRAFO ÚNICO, RESPEITANDO-SE O FUNDAMENTO JURÍDICO QUE AMPAROU A DISPENSA E A INEXIGIBILIDADE." (grifos nossos)
> INDEXAÇÃO: HIPÓTESE, INEXIGIBILIDADE, DISPENSA, LICITAÇAO, FIXAÇÃO, VALOR, LIMITAÇÃO, DISPOSIÇÃO, LEGISLAÇÃO FEDERAL, DESNECESSIDADE, PUBLICAÇÃO, ATO ADMINISTRATIVO, AUTORIZAÇÃO, CONTRATAÇAO, IMPRENSA OFICIAL, CUMPRIMENTO, PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL, ECONOMIA, EFICIÊNCIA, AUSÊNCIA, PREJUÍZO, OBSERVÂNCIA, REQUISITOS, LEI, MANUTENÇÃO, FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA, AMPARO TÉCNICO, REQUISITOS, MODALIDADE.
> REFERÊNCIA: Art. 37, inc. XXI, da CF; arts. 24, 25 e 26 da Lei nº 8.666, de 1993; Acórdão TCU 1336/2006

CONCLUSÃO

59. Ante o exposto, abstraída qualquer consideração sobre a conveniência e oportunidade do ato, opina-se pela viabilidade jurídica da contratação pretendida, com as ressalvas e desde que atendidas as recomendações constantes deste Parecer, especialmente as que estão indicadas nos itens 40 e 46, sem prejuízo de sua leitura integral.

60. Por fim, cumpre-nos destacar que todas as observações expostas têm como premissa a veracidade e a exatidão dos dados, informações, cálculos e valores constantes do processo, que são de responsabilidade exclusiva da Administração.

61. É o parecer

Manaus, 27 de abril de 2022.

(assinado digitalmente)

[redacted]

ADVOGADA DA UNIÃO
CONSULTORA JURÍDICA DA UNIÃO NO AMAZONAS

1. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11a Edição. São Paulo: Dialética, 2005,p. 282.*
2. *Curso de Licitações e Contratos Administrativos. 4. cd. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 94*

CRO/17
139

3. ^ *Contratação Direta sem Licitação. Editora Fórum: 7ª Ed, 2ª Tiragem, 2008, Belo Horizonte, p. 596*
4. ^ *CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 17° Ed, Rio de Janeiro, 2007.*
5. ^ *Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.§ 1° A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.§ 2° Em "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 desta Lei.[...]§ 4° É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.*

A consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante a utilização do Número Único de Protocolo (NUP) 64333.001509/2022-12 e da chave de acesso 91ec762b.



Documento assinado eletronicamente por [redacted] com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 873004614 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): [redacted] com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 27-04-2022 13:27. Número de Série: 772182694104883361993962756O6. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSL v1.

2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA - MANAUS
FL

MINISTERIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR
(COMISSÃO DE OBRAS CORONEL PAULO NUNES LEAL)

DIEx Nº 16-SALC/CRO/12
EB: 64333.001841/2022-79

URGENTÍSSIMO

Manaus, 26 de abril de 2022.

Do Chefe da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar
Ao Sr Chefe do Estado-Maior do 2º Grupamento de Engenharia
Assunto: atos de ratificação de Inexigibilidade nº 01/2022.
Anexos: Processo da Inexigibilidade nº 01/2022 (pasta única com 119 laudas).

1) INEX_01_2022_Parte2;
2) INEX_01_2022_Parte3; e
3) INEX_01_2022_Parte1.

Conforme prescreve o Art. 26 da Lei 8.666/93, solicito a esse G Cmdo verificar a possibilidade de ratificar a decisão deste Chefe, o qual reconheceu a Inexigibilidade de Licitação nº 01/2022, tendo como objeto a contratação de curso de aperfeiçoamento, capacitação e treinamento na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre contratos administrativos - investimento especial para participação no 9º Contratos Week - Online ao vivo.

[redacted]

Chefe da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar

"1822-2022 - BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL SOBERANIA E LIBERDADE!"

CRO/12
141
FLS

MINISTERIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR
(COMISSÃO DE OBRAS CORONEL PAULO NUNES LEAL)

DIEx Nº 16-SALC/CRO/12
EB: 64333.001841/2022-79

URGENTÍSSIMO

Manaus, 26 de abril de

Do Chefe da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar
Ao Sr Chefe do Estado-Maior do 2º Grupamento de Engenharia
Assunto: atos de ratificação de Inexigibilidade nº 01/2022.
Anexos: Processo da Inexigibilidade nº 01/2022 (pasta única com 119 laudas).
1) INEX_01_2022_Parte2;
2) INEX_01_2022_Parte3; e
3) INEX_01_2022_Parte1.

Conforme prescreve o Art. 26 da Lei 8.666/93, solicito a esse G Cmdo verificar a possibilidade de ratificar a decisão deste Chefe, o qual reconheceu a Inexigibilidade de Licitação nº 01/2022, tendo como objeto a contratação de curso de aperfeiçoamento, capacitação e treinamento na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre contratos administrativos, investimento especial para participação no 9º Contratos Week - Online ao vivo.

[redacted]
Chefe da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar

27.04

"1822-2022 - BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL SOBERANIA E LIBERDADE!"

Recebido 28 de abril de 2022.

[redacted]

CRO/12
121
Fls

MINISTERIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR
(COMISSÃO DE OBRAS CORONEL PAULO NUNES LEAL)

DIEx Nº 16-SALC/CRO/12
EB: 64333.001841/2022-79

URGENTÍSSIMO

Manaus, 26 de abril de 2022.

Do Chefe da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar
Ao Sr Chefe do Estado-Maior do 2º Grupamento de Engenharia
Assunto: atos de ratificação de Inexigibilidade nº 01/2022.
Anexos: Processo da Inexigibilidade nº 01/2022 (pasta única com 119 laudas).

1) INEX_01_2022_Parte2;
2) INEX_01_2022_Parte3; e
3) INEX_01_2022_Parte1.

Conforme prescreve o Art. 26 da Lei 8.666/93, solicito a esse G Cmdo verificar a possibilidade de ratificar a decisão deste Chefe, o qual reconheceu a Inexigibilidade de Licitação nº 01/2022, tendo como objeto a contratação de curso de aperfeiçoamento, capacitação e treinamento na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre contratos administrativos - investimento especial para participação no 9º Contratos Week - Online ao vivo.

[redacted]
Chefe da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar

Recebido
27/04/22

"1822-2022 - BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL SOBERANIA E LIBERDADE!"

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO 2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
(2º Gpt E Cnst/1970)
GRUPAMENTO RODRIGO OCTÁVIO

DIEx Nº 133-AAAJurd/2º Gpt E
EB: 64282.004989/2022-16

URGENTÍSSIMO

Manaus, 6 de maio de 2022.

Do Chefe do Estado-Maior do 2º Grupamento de Engenharia
Ao Sr Chefe da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar
Assunto: Remessa de Processo - Inexigibilidade nº 1/2022-CRO/12 - Contratação de curso Contratos Week - Nota Técnica nº 007/2022.
Anexo:
NOTA_TÉCNICA_Nº_007_-_2022-AAAJAURD_-_2º_Gpt_E_INEXIGIBILIDADE_DE_LICITAÇÃO_01

Após análise, restituo os autos de Inexigibilidade nº 01/2022-CRO/12, com a ratificação da autoridade superiora e a Nota Técnica nº 007/2022-AAAJurd/2º Gpt E, de 26 ABR 22.

Os autos físicos serão entregues por meio de estafeta.

[redacted]
Chefe do Estado-Maior do 2º Grupamento de Engenharia

"1822-2022 - BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL SOBERANIA E LIBERDADE"

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
GRUPAMENTO RODRIGO OCTÁVIO

NOTA TÉCNICA Nº 007/2022-AAA Jurd/2ºGpt E **Manaus/AM, 26 de abril de 2022.**
Inexigibilidade de Licitação Nº 1/2022 – CRO/12
Processo Administrativo: 64333.001509/2022-12

1. EMENTA - Análise do processo de Inexigibilidade de Licitação nº 1/2022 – Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar (CRO/12) – Nup: 64333.001509/2022-12 – Contratação do Instituto Negócios Públicos – Curso "Contratos *Week*".

2. OBJETO - A presente nota técnica versa sobre análise da **Inexigibilidade de Licitação nº 1/2022-CRO/12**, que tem por finalidade a contratação do Instituto Negócios Públicos para participação de militares na modalidade *on-line* no "9º Contratos *Week*"(Semana de estudos avançados sobre contratos administrativos), com fundamento no inciso II, do Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

3. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

- Instruções Gerais para os Atos Administrativos do Exército - IG EB10-IG.

- Inciso II, do Art. 25, da Lei nº 8666/1993.

4. DA CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

a. O ordenamento jurídico pátrio, por força do inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal de 1988, determina que as contratações realizadas pela Administração Pública sejam precedidas de licitação, devendo ser assegurada a igualdade de condições a todos os concorrentes. Porém, a própria norma permite, por meio de lei ordinária, exceções à regra. Verifica-se, assim, que as hipóteses que desobrigam a realização do procedimento licitatório, permitindo a contratação direta mediante processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, decorrem de Lei.

b. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que trata de Licitações e Contratos da Administração Pública, traz em seu art. 17, I e II, e no Art. 24, os casos de dispensa; e no Art. 25, os de inexigibilidade.

c. Impende lembrar que os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação (contratação direta) são determinados por lei, não cabendo juízo de discricionariedade, como as hipóteses do Art.17, I e II, da Lei nº 8666/1993.

d. Para a contratação direta deverão ser observadas as formalidades previstas no art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, que são:

> *Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.*

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
II - razão da escolha do fornecedor ou executante;
III - justificativa do preço.
IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

145

e. Dessa forma, deve a OM demonstrar, de forma simplificada, no processo todos os requisitos supracitados, os quais serão analisados ao longo desta análise simplificada.

5. APRECIAÇÃO

a. Trata-se de contratação junto ao Instituto Negócios Públicos, inscrito sob o CNPJ Nº 10.498.974/0002-81, que tem por finalidade a participação de cinco militares na modalidade *on-line* no "9º Contratos *Week*" (Semana de estudos avançados sobre contratos administrativos), no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) por participante.

b. O citado Instituto detém os direitos de promoção, divulgação, comercialização e realização do evento denominado "9º CONTRATOS WEEK – SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS", conforme **Atestado (fl. 75)** emitido pela Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC BRASIL).

c. Da breve apreciação, entende-se pela possibilidade da contratação, no entanto, passamos a analisar os documentos que compõem o processo de dispensa, vejamos:

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM / NÃO	FOLHA	OBS.
1.Abertura do processo devidamente autuado, protocolado e numerado (Art. 38, *caput*, da Lei nº 8.666/93 e Portaria Interministerial nº 1.677/2015 ou da Portaria Normativa nº 1.243, de 21.09.2006, do MD)?	S	1 e segs.	-
2. Consta a solicitação/requisição da alienação, da compra, serviço ou obra, elaborada pelo agente ou setor competente?	S	2	-
2.1. Há justificativa fundamentada dos quantitativos de bens requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação?	S	30	-
2.2. Há manifestação sobre práticas e/ou critérios de sustentabilidade	Não se aplica.	-	-

economicamente viáveis adotados no procedimento licitatório (TCU, Ac. 2.380/2012-2ª Câmara)?			
3. A autoridade competente justificou a necessidade do objeto da contratação direta (Art. 26, *caput*, Lei nº 8666/1993 e Art. 2º, *caput*, e parágrafo único, VII, da Lei nº 9784/1999)?	S	4, 29, 117	-
3.1 A justificativa contempla a caracterização da situação de dispensa (art. 17, art. 24, III e seguintes da Lei 8666/1993) ou de inexigibilidade de licitação (Art. 25, Lei 8666/1993), com os elementos necessários à sua configuração (Art. 26, *caput*, e parágrafo 1°, I, Lei n° 8666/1993)?	S	4, 29, 120	A justificativa contempla os requisitos para contratação por inexigibilidade de licitação com fundamento no **inciso II, do Art. 25, da Lei nº 8666/1993.**
4. Existe parecer técnico apto a justificar e/ou configurar a hipótese legal de contratação direta aplicável ao caso concreto (Art. 38, inc. VI, da Lei nº 8666/1993)?	S	29 a 31	-
5. No caso de aquisição de bens, consta documento contendo as especificações e a quantidade estimada do objeto, observadas as demais diretrizes do Art. 15 da Lei nº 8666/1993?	Não se aplica	-	Trata-se de contratação de curso, ainda assim consta no consta no Termo de Referência.
6. Existe declaração de exclusividade expedida pela entidade competente, no caso de inexigibilidade de licitação do Art. 25, I, Lei 8666/1993?	Não se aplica	75	Consta Declaração de Exclusividade emitida pela ABEOC BRASIL.
7. A administração averiguou a veracidade do atestado de exclusividade apresentado nos termos do Art. 25, I, da Lei n 8666/1993? (Orientação Normativa AGU n° 16, de 1° de abril de 2009)	Não se aplica	-	-
8. Em se tratando de contratação de obra ou serviço, há Projeto Básico (Arts. 6°, IX, 7°, § 2°, I, e § 9°, Lei nº 8666/1993)?	S	27-41	-

8.1. No caso do item anterior, consta a aprovação motivada do Projeto Básico pela autoridade competente (Art. 7º, § 2º, I da Lei nº 8666/1993)?	S	41, 117, 119	Aprovado pelo Senhor Ordenador de Despesas.
9. Para contratação de obras ou serviços, foi elaborado, se for o caso, o projeto executivo (Art. 6°, X e 7° II e § 9°, Lei n° 8666/1993), ou autorizado que seja realizado concomitantemente com a sua execução (Art. 7°, §§ 1° e 9°, Lei 8666/1993)?	Não é o caso.	-	-
10. Em sendo objeto da contratação direta, obra ou serviço, existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação (Art. 7º, § 2º, II e Art. 15, XII, "a", IN/SLTI 02/2008), assim como a respectiva pesquisa de preços realizada (Art. 43, IV da Lei nº 8666/1993 e Art. 15, XII, "b", IN/SLTI 02/2008 e IN/SLTI 05/2014)?	S	30	-
10.1 No caso de compras, consta a pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da contratação (Art. 15, III, Lei nº 8666/1993 e IN 05/2014)?	S	11-14, 70-74	-
10.2 Quando da utilização de método de pesquisa diverso do disposto no §1º, do Art. 5º, da Instrução Normativa nº 73/20, do Ministério da Economia, tal situação justificada?	S	70-74	Trata-se de contratação de serviço exclusivo, ainda assim foi juntado aos autos o demonstrativo da contratação do mesmo evento por outros entes.
10.3 No caso de pesquisa com menos de três preços/fornecedores, foi apresentada justificativa? (Art. 2º, § 5º da IN/SLTI 05/2014)	Não se aplica	-	Trata-se de fornecedor exclusivo.
11. Existe justificativa quanto à aceitação do preço ofertado pela futura contratada (parágrafo único, III, Art. 26, Lei n° 8666/1993)?	S	36	Consta no Termo de Referência.

12. Foram indicadas as razões de escolha do adquirente do bem, do executante da obra, do prestador do serviço ou do fornecedor do bem (parágrafo único, II, Art. 26, Lei 8666/1993)?	S	8 a 11	Consta no Termo de Referência.
13. Em face do valor do objeto, as participantes são microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas (Art. 48, I, da LC nº 123/06, Art. 6º do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 34 da Lei nº 11488/2007)?	Não é o caso.	-	-
13.1 Incide uma das exceções previstas no Art. 10 do Decreto nº 8538/2015, devidamente justificada, a afastar a exclusividade?	Não é o caso	-	-
14. Foram observados os dispositivos legais que dispõem sobre a margem de preferência? (Decretos nº 7546/2011 e 8538/2015 e outros)	Não é o caso	-	-
15. Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas (Arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei nº 8666/1993)?	S	6-7	Consta a Declaração de Adequação Orçamentária. Foi observado que todo o processo se refere a contratação em favor de cinco militares com inscrição no valor de R$ 3.000,00 cada, valor final com a aplicação do desconto.
15.1 Se for o caso, constam a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no Art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no *caput* do Art. 16?	Não é o caso	6	-
16. Constam as seguintes comprovações/declarações: a) de regularidade fiscal federal (Art. 193, Lei 5172/1966);	S	64, 67	-
b) de regularidade com a Seguridade Social (INSS - Art. 195, §3°, CF 1988);	S	67	-

c) de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS – Art. 2°, Lei nº 9012/1995);	S	67	-
d) de consulta ao CADIN (inciso III do Art. 6º da Lei nº 10.522/02, STF, ADI n. 1454/DF);	S	68	-
e) de regularidade trabalhista (Lei 12440/2011);	S	62, 67	-
f) declaração de cumprimento aos termos da Lei 9854/1999; e	N	-	Sugiro juntada aos autos.
g) verificação de eventual proibição para contratar com a Administração?	S	67	-
São sistemas de consulta de registro de penalidades: (a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (http://www.portaltransparencia.gov.br);	S	68	-
(b) Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (http://portal2.tcu.gov.br);	S	60, 65	-
(c) Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;	S	67	-
(d) Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN; e	N	-	Sugiro juntada aos autos.
(d) Conselho Nacional de Justiça - CNJ (http://www.cnj.jus.br).	S	65	-
17. A contratação direta foi autorizada motivadamente pela autoridade competente (Art. 50, IV, Lei n° 9784/1999)?	S	117 e segs.	-
18. Foi juntada a minuta de termo de contrato, se for o caso.	S	45	-
19. Foi utilizado o modelo de contrato disponibilizado pela AGU?	N	-	-
19.1 Eventuais alterações foram	N	-	-

destacadas no texto, e se necessário, explicadas?			
20. Análise pela assessoria jurídica (Art. 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei nº 8666/1993).	N	-	De acordo com a Orientação Normativa nº 46, de 26 de fevereiro de 2014, não é necessária remessa para análise pela Advocacia Geral da União devido o valor da contratação.
21. Comunicação à autoridade superior, no prazo de três dias, do ato que autoriza a dispensa ou reconhece a situação de inexigibilidade, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias (Art. 26 da Lei nº 8666/1993).	S	-	-

6. CONCLUSÃO

a. Para apreciação dos requisitos legais e formais, foram utilizados os requisitos da lista de verificação da Advocacia-Geral da União (AGU), disponível em http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/244390, com as ressalvas de que esta análise interna não substitui a análise do NAJ/AGU, única que tem o condão de atender ao previsto no Art. 38, VI da Lei 8666/1993; tampouco esta análise entra em análise de mérito administrativo, atendo-se apenas aos aspectos jurídico-legais do processo de contratação.

b. Necessário que se observem os autos para que se procedam algumas assinaturas que ficaram faltando (p. ex., fls. 31 e 41).

c. Não foi observado nos autos a consulta ao CADIN, e a Declaração de cumprimento aos termos da Lei 9854/1999, sugiro a juntada dos respectivos documentos aos autos.

d. Ressalta-se que a subscrição pelo Senhor Comandante do 2º Grupamento de Engenharia não implica contratação imediata, ficando esta condicionada à autuação de todos os documentos que devem instruir o processo de inexigibilidade de licitação – vide Art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

e. Entende-se **possível o prosseguimento do processo condicionado ao atendimento dos apontamentos acima**, por atender aos critérios legais (desde que atendidas ou afastadas de maneira motivada as sugestões indicadas nas observações feitas no quadro do item anterior), ficando a critério da autoridade a ratificação do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 1/2021- CRO/12**, tendo em vista a discricionariedade adstrita à função.

f. Por fim, convém enfatizar que a análise desta Asse Ap As Jurd é exclusivamente jurídica, subtraindo-se responsabilidades por questões administrativas, técnicas de qualquer sorte, de cálculos, financeiras e orçamentárias.

É a nota.

[redacted]

Ch Asse Jurd/2º Gpt E

7. DECISÃO:

CONCORDO COM A NOTA TÉCNICA Nº 007/2022, DE 26 ABR 22. ENCAMINHE-SE.

[redacted]

Comandante do 2º Grupamento de Engenharia

"1822-2022 – BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL SOBERANIA E LIBERDADE"

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Ratifico a decisão do Ordenador de Despesas da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar, exarada NUP nº 64333.001509/2022-12, processo de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2022, acima caracterizada, nos termos do Caput do Art.25 da Lei nº 8.666/93

Manaus/AM, 26 de abril de 2022.

[redacted]

NEGÓCIOS PÚBLICOS

153

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE TRABALHO INFANTIL

O Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública – INP Ltda, inscrito no CNPJ nº 10.498.974/0002-81, por intermédio de seu representante legal o Sr. Rudimar Barbosa dos Reis, portador da identidade nº 4.086.763-5 e CPF 574.460.249-68, **DECLARA**, para fins de cumprimento ao disposto no inc XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854/99, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz.

Curitiba/PR, 22 de Abril de 2022.

[redacted]

Presidente

Tel.: 41 3778.1700
Fax: 41 3778.1767

Av. José Maria de Brito nº 1707,
Jd. das Nações, Foz do Iguaçu-PR
CEP: 85.864-320

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURO NACIONAL

Data e hora da consulta: 24/05/2022 16:58:10

***Usuário:** [redacted]

Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN

CPF/CNPJ:	Título:	Situação	Total de Registros	0
10498974	INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUD	Adimplente	Há até 30 dias:	
			Há mais de 30 dias:	

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão

** Registros incluídos há até 30 dias.*

Gmail

Licitação CRO/12 <licitacro12@gmail.com>

Escolha suas Oficinas e Acesse o Portal | 9º Contratos Week

1 mensagem

[redacted] 23 de maio de 2022 16:27

Olá [redacted]

Seja Bem Vindo(a)!

Você participará do **9º Contratos Week – Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos**, o maior evento de Contratos do Brasil, nos dias **06 a 10/06**! ⭐

Temos certeza de que você está muito animado(a), assim como nós!

Preparamos **algumas orientações** para sua melhor experiência. **Confira abaixo**:

Sabemos que o modelo deste evento inclui as **Oficinas**. Você deve escolher uma para cada período! 🗄

Não se preocupe caso tenha mais de um assunto que queira participar, o evento será gravado e disponibilizado no portal NP EVENTS em até 45 dias úteis após o encerramento. Segue o link abaixo para fazer sua escolha:

Oficinas: http://gnp.negociospublicos.net.br/NP/Eventos/Oficina/?p_cdPassaporte=LJ87

Falando em NP EVENTS, você já fez o seu cadastro?

Você assistirá o evento pelo portal NP Events!

Esse cadastro **é importante** para que você possa acompanhar as novidades do evento, os materiais e **fazer o download do seu Certificado Digital**. Acesse agora! 😃

Portal: www.npevents.com.br

Em anexo, estou enviando a programação e o manual do portal!

Caso tenha alguma dúvida, é só nos chamar!

Atenciosamente,

[redacted]

Instituto Negócios Públicos

***Este e-mail foi enviado automaticamente pelo sistema do Instituto Negócios Públicos. Você está recebendo este e-mail porque não escolheu suas oficinas ainda. Para não receber mais este e-mail, faça a sua escolha.*

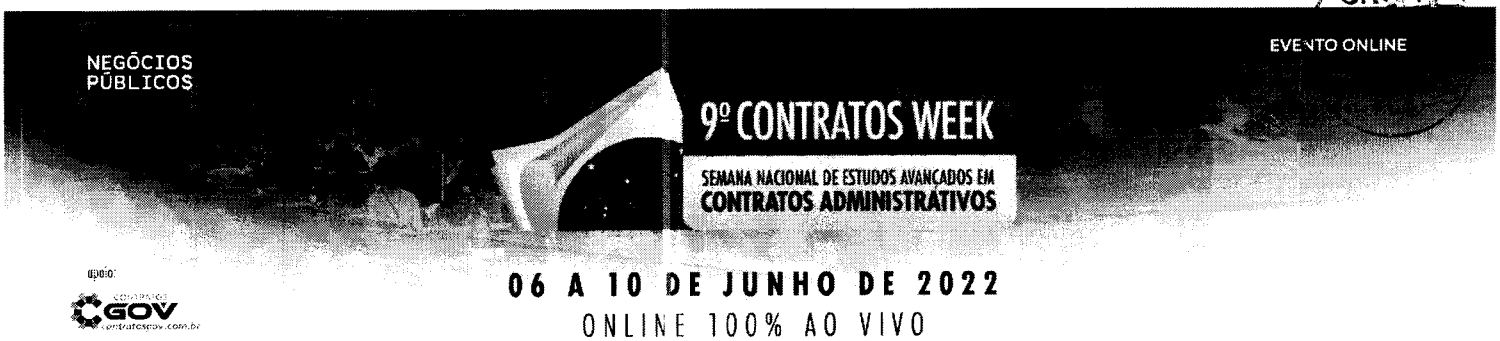
2 anexos

Programação.pdf
726K

Manual NPEvents.pdf
635K

C.P.D.I.
156
FLS.

CRC/12



apoio:

06 A 10 DE JUNHO DE 2022

ONLINE 100% AO VIVO

O EVENTO

Em sua 9ª edição, esse é o evento com a maior carga horária sobre o tema, voltado especialmente para agentes públicos que atuam na gestão e na fiscalização dos contratos administrativos.

Durante uma semana, especialistas abordam as principais questões da área, sempre considerando atualizações normativas, entendimentos consolidados pelos órgãos de controle e a repercussão prática no dia a dia do agente público.

Formado por palestras com abordagem técnica e por oficinas que adentram em temas mais específicos, com enfoque prático, o evento proporciona a capacitação e o aperfeiçoamento das equipes de gestão e fiscalização de contratos e oferece uma visão sistêmica do contrato em si e de sua relação com as demais etapas do processo de contratação. **Inscreva-se!**

AMBIENTE

Evento ministrado na modalidade Online 100% ao Vivo para todo Brasil!

Serão cinco dias de evento, totalizando 30 horas de capacitação. Realizado no período da manhã das 08h00 as 12h00, e a tarde das 14h às 18h00. Excepcionalmente, segunda-feira das 16h às 18h00 e sexta-feira das 08h00 às 12h00.

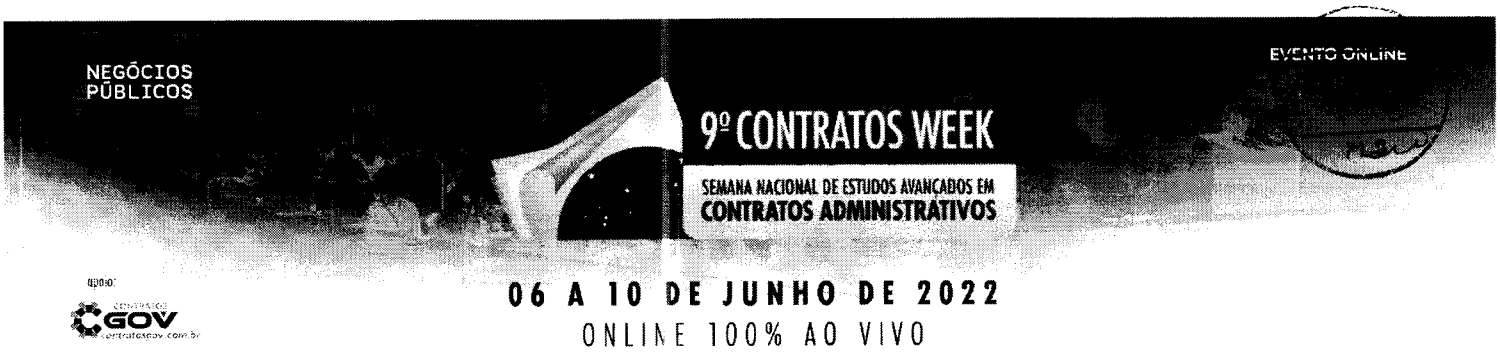
PÚBLICO-ALVO

- Agentes públicos em geral;
- Fiscais e gestores de contratos;
- Membros de comissão de licitação;
- Assessores jurídicos;
- Ordenadores de despesa;
- Autoridades superiores;
- Servidores integrantes do controle interno e de Tribunais de Contas;
- Servidores que atuam direta ou indiretamente na área de Contratos Administrativos.

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS

MATERIAL DE APOIO

- Livro Digital "Legislação: Licitações – Pregão Presencial e Eletrônico – Leis Complementares"
- Apostila digital com conteúdo exclusivo do evento
- Certificado Geral com carga horária de 30 horas ficará disponibilizado através da nossa plataforma **www.npevents.com.br**



PROGRAMAÇÃO

Segunda-Feira - 06/06

16h00 às 20h00	**Credenciamento**
17h30 às 20h00	**Abertura do Salão**
20h00	**Palestra de Abertura -** [redacted]

Terça-Feira - 07/06

08h00 às 08h15	**Start do dia -** [redacted]
08h15 às 10h00	**Palestra: Desistência na formalização do contrato e as alternativas legais** ***Palestrante:*** [redacted] (Professor, Engenheiro Civil e Advogado)
10h00 às 10h30	*Intervalo*
10h30 às 12h30	**Repartição de direitos e deveres entre os contratantes: como se comportam os contratos administrativos** ***Palestrante:*** [redacted] Advogado e professor de Direito Administrativo)
12h30 às 14h00	*Intervalo - Almoço*
14h00 às 16h00	**Deslizes rotineiros na atuação das equipes de fiscalização** ***Palestrante:*** [redacted] (Doutora e Mestra em Direito Administrativo)
16h00 às 16h30	*Intervalo*
16h30 às 18h00	**Cláusula de retomada e a parceria das seguradoras na fiscalização da execução contratual** ***Palestrante:*** [redacted] (Mestre em Direito e Doutor em Ciências Jurídico-Políticas)

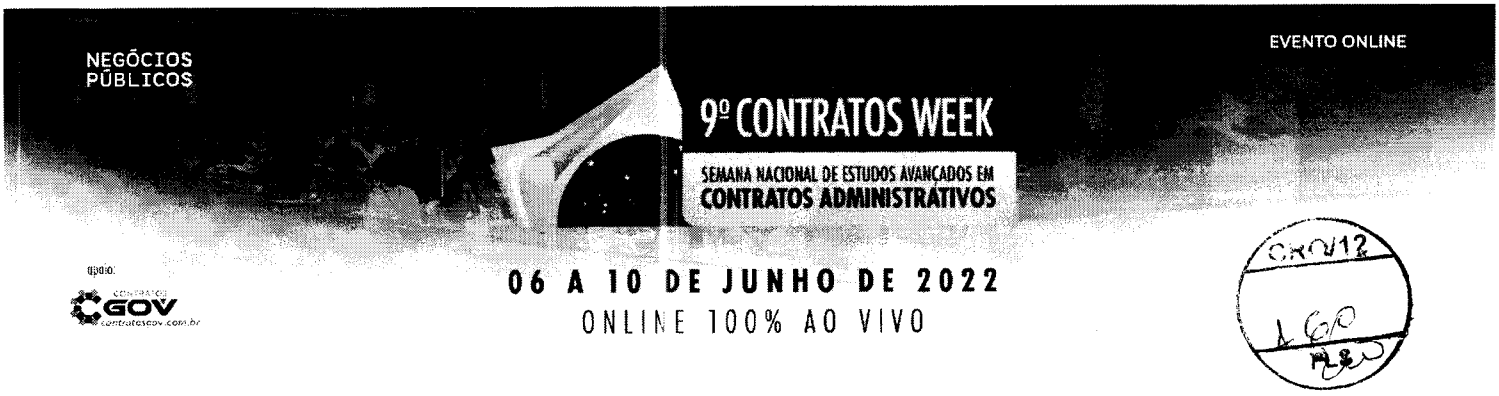
**A Organização do Evento reserva-se o direito de modificar temas e programação divulgada, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente.*

CRO/12 159 FLS

Quarta-feira - 08/06

	OFICINAS
08h00 às 12h30	• Alterações contratuais: precaução aos erros, limites legais e situações excepcionais ***Palestrante:*** [redacted] (Mestre em Direito e Doutor em Ciências Jurídico-Políticas)
	• Atas de Registro de Preços: definição de quantitativos, obrigatoriedade das contratações e as "barrigas de aluguel" ***Palestrante*** [redacted] (Analista de controle externo do TCU)
	• Aspectos fundamentais da aplicação da segregação de funções na designação de servidores para atuação nas diversas fases do processo e a análise da duração dos contratos administrativos na Lei 14.133/2021 ***Palestrante:*** [redacted] (Especialista em Direito Processual Civil)
	• Equilíbrio da equação econômico-financeira dos contratos: uma exigência constitucional ***Palestrante:*** [redacted] Advogado e professor de Direito Administrativo)
	• Os estudos técnicos preliminares e seus impactos nos processos licitatórios e de contratação direta ***Palestrante:*** [redacted] (Advogado da União)
12h30 às 14h00	*Intervalo - Almoço*
14h00 às 18h00	• Dualidade na atuação do controle interno: como compatibilizar a prevenção com o auxílio à fiscalização, ou como "servir a dois senhores" ***Palestrante:*** [redacted] (Servidor do Superior Tribunal de Justiça)
	• Contratos das estatais, contratos de adesão e a conciliação dos interesses público e privado ***Palestrante:*** [redacted] (Doutora e Mestra em Direito Administrativo)
	• Os contratos com dedicação exclusiva de mão de obra: condições indispensáveis na gestão e na fiscalização ***Palestrante:*** [redacted] (Especialista em Licitações e Contratos Administrativos)
	• Formas de resolução de conflitos nos contratos das Leis nº 13.303/2016 e 14.133/2021 ***Palestrante:*** [redacted] (Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco)
	• Aditivos nos contratos de obras de engenharia: uma visão diferenciada ***Palestrante:*** [redacted] Professor, Engenheiro Civil e Advogado)

**A Organização do Evento reserva-se o direito de modificar temas e programação divulgada, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente.*



CRONOGRAMA

Quinta-feira - 09/06

08h00 às 08h15	**Start do dia –** [redacted]
08h15 às 10h00	**Regulamentos municipais: limites e possibilidades na definição das normas gerais e específicas** ***Palestrante:*** [redacted] (Doutora em Direito Administrativo)
10h00 às 10h30	*Intervalo*
10h30 às 12h30	**Contratações inteligentes: da fase preparatória até a fase executória** ***Palestrante:*** [redacted] (Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco)
12h30 às 14h00	*Intervalo - Almoço*
14h00 às 16h00	**Painel** ***Moderador:*** Paulo Reis (Professor, Engenheiro Civil e Advogado) ***Participantes:*** [redacted] Simone Zanotello, Karine Machado e Ronny Charles
16h00 às 16h30	*Intervalo*
16h30 às 18h00	**Características especiais dos contratos emergenciais na nova Lei** ***Palestrante:*** [redacted] (Advogado da União)

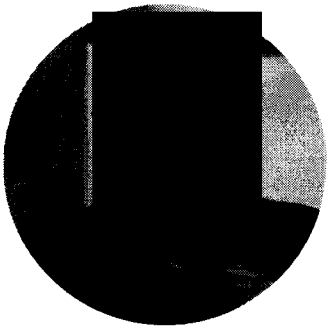
Sexta-feira - 10/06

08h00 às 08h15	**Start do dia –** [redacted]
08h15 às 10h00	**Sanções aplicadas pelos órgãos de controle e suas repercussões nos contratos vigentes e futuros** ***Palestrante:*** [redacted] (Analista de controle externo do TCU)
10h00 às 10h30	*Intervalo*
10h30 às 12h00	**Atuação da assessoria jurídica no auxílio à equipe de fiscalização** ***Palestrante:*** [redacted] (Advogado da União)
12h00	**Encerramento**

*A Organização do Evento reserva-se o direito de modificar temas e programação divulgada, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente.

CRA/1?
561

COORDENADOR TÉCNICO



[redacted]

Professor, Engenheiro Civil e Advogado

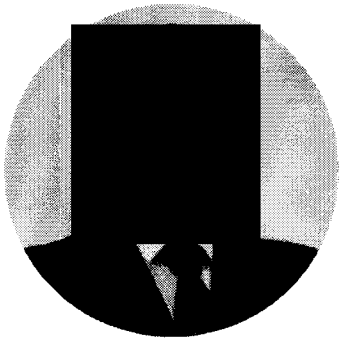
• O Professor Paulo Reis é Engenheiro Civil e Advogado, com mais de 40 anos de atividades na administração pública brasileira, especialmente em processos de contratação de obras, bens e serviços.

• Exerceu por 10 anos a função de Presidente do Comitê de Licitações do Banco da Amazônia tendo sido, também, Pregoeiro da instituição pelo prazo de 4 anos. Foi Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Assessor Especial da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e Coordenador de Controle Interno da SEMEC.

• É Professor, aposentado, da Universidade Federal do Pará. Doutrinador na área de licitações e contratos da administração pública, é autor dos livros: OBRAS PÚBLICAS - MANUAL DE PLANEJAMENTO, LICITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO e SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - UMA FORMA INTELIGENTE DE CONTRATAR. É coautor dos livros LICITAÇÕES PÚBLICAS - HOMENAGEM AO JURISTA JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, LEI DAS EMPRESAS ESTATAIS e 101 DICAS SOBRE O PREGÃO.

CRO/12 462

PALESTRANTES

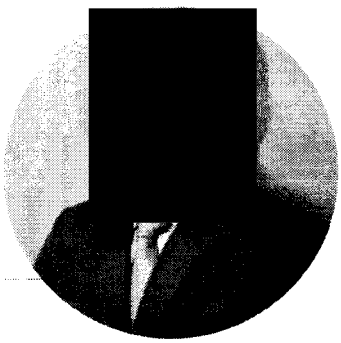


[redacted]

Advogado e professor de Direito Administrativo

• Professor; Advogado e sócio do Reis & Lippmann Advogados, Doutor e Mestre em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Doutor em Direito Administrativo pela Universitat Rovira i Virgili – Espanha (cum laude); Especialista em Direito Administrativo e Especialista em Processo Civil; Professor de Direito Administrativo do UNICURITIBA e da Universidade Tuiuti do Paraná (licenciado); Coordenador da Pós-Graduação em Licitações e Contratos no Grupo Educacional Polis Civitas; Professor convidado da Pós-Graduação da UNICURITIBA, UNIBRASIL, Faculdade Baiana de Direito, UNIPAR, Instituto Bacellar, dentre outras.

• Professor da Escola Superior de Advocacia; Presidente da Comissão de Gestão Pública, Transparência e Controle da Administração da Ordem dos Advogados do Brasil – Paraná (2013-2018); Diretor-Adjunto Acadêmico do Instituto Paranaense de Direito Administrativo; Ex-Integrante do Conselho Consultivo da Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR



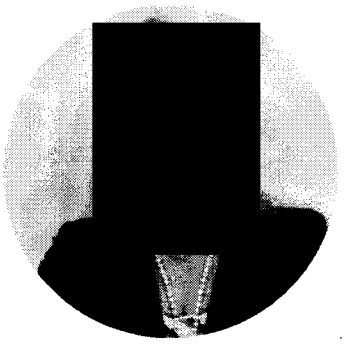
[redacted]

Mestre em Direito e Doutor em Ciências Jurídico-Políticas

• É fundador do Portal L&C (licitacaoecontrato.com.br). É doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa, Mestre em Direito, Especialista em Direito Público e Pós-Graduado em Direito da Contratação Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Participou do Programa de Intercâmbio Erasmus+, desenvolvendo pesquisa na área de Direito da Contratação Pública na Universita degli Studi di Roma – Tor Vergata. É Procurador Federal da Advocacia-Geral da União – AGU, órgão no qual foi Chefe da Divisão de Licitação e Contrato da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e membro da Câmara Permanente de Licitação e Contrato da Procuradoria-Geral Federal (PGF). Atua na consultoria e assessoramento de gestores públicos federais desde 2008. É membro da Red Iberoamericana de Contratacion Pública e professor de Direito Administrativo com ênfase em Licitação e Contrato.

CRO/12 163

PALESTRANTES



[redacted]

Doutora em Direito Administrativo

• Advogada e consultora jurídica na área de contratações públicas. Doutora em Direito Administrativo pela PUC-SP. Possui Certificação CP³P-F (Certificado Profissional Internacional de Parcerias Publico-Privadas). Mestre em Direito da Sociedade da Informação (ênfase em políticas publicas com o uso da TI) pela UniFMU-SP. Pós-graduada em Administração Pública e em Direito Administrativo pela PUC-SP, com extensão em Direito Contratual. Gestora de Administração e Gestão de Pessoas na Prefeitura de Jundiaí-SP. Conteudista de Pos-Graduação em Direito Administrativo no grupo Kroton. Professora do Centro Universitário Padre Anchieta – Jundiaí-SP, nas disciplinas de Direito Administrativo e Linguagem Jurídica.

• Autora de obras e artigos nas áreas de Direito Administrativo e Linguagem Jurídica. Ministra cursos nas áreas de licitações, contratos administrativos, convênios, parcerias com o poder público (concessão, permissão, PPP), gestão pública, concursos públicos, linguagem oficial e linguagem jurídica. Formada em Letras, com pós-graduação em Gramática da Língua Portuguesa.



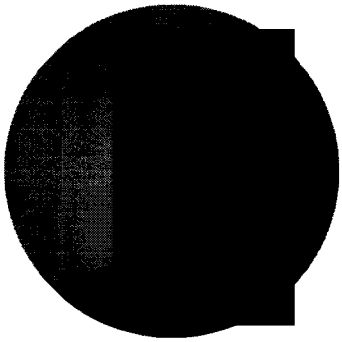
[redacted]

Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

• Pos-Doutor pela Harvard Law School; Harvard Kennedy School of Government – Harvard University; Universidade de Direito de Lisboa; Singapore Management University e pela Massachusetts Institute of Technology. Doutor e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito do Recife – UFPE. Graduado em Direito e Economia pela Universidade Federal de Pernambuco e Administração de Empresas pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

• Professor da Faculdade de Direito do Recife – UFPE. Professor Visitante na Singapore Management University, na Massachussetts Institute of Technology e no LLM de Energia da QueenMary University em Londres. Conferencista Visitante nas Universidades de Nankai e de Jilin, ambas na China.

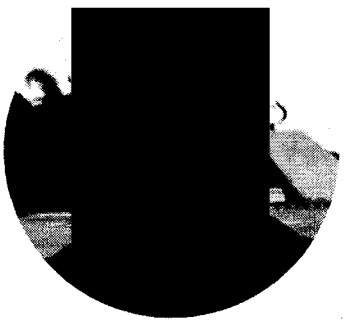
PALESTRANTES



[redacted]

Advogado da União

- Doutorando em Direito pela UFPE e Mestre em Direito Economico pela UFPB
- Membro da Câmara Nacional de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
- Atuou como Consultor Jurídico Adjunto da Consultoria Jurídica da União perante o Ministério do Trabalho e Emprego
- Autor de diversas obras jurídicas, destacando: Leis de Licitações Públicas comentadas (13ª ed.), Direito Administrativo (coautor. 9ª ed.); Licitações (10ª Ed.) e Licitações e Contratos nas Empresas Estatais (coautor), Direito Provisório e a emergência do Coronavírus (coautor) e Improbidade Administrativa (coautor. 4ª ed.)



[redacted]

Servidor do Superior Tribunal de Justiça

- Servidor de carreira do Superior Tribunal de Justiça, titular da unidade de Auditoria Operacional e de Governança do Conselho da Justiça Federal. Bacharel em Direito. Pós Graduado em Direito Administrativo Contemporâneo. Mestrando em Ciências Jurídicas (Master of Legal Science) com concentração em Riscos e Compliance pela Ambra University – Florida/EUA. Certificado em Auditoria Governamental, Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos pelo ISC/ TCU e Tutoria – Docência pelo CEJ/ CJF. Instrutor de capacitações em Gestão Publica em instituições públicas e privadas de ensino. Experiência de uma decada realizando auditorias por todo o Brasil. Um dos representantes da área de negócio do CJF junto ao CNJ na implementação do Sistema Auditar – sistema de auditoria baseada em riscos. Ex-assessor do Ministro Herman Benjamin do STJ – 2ª Turma, 1ª Seção, Direito Público. Atualmente, participando do ciclo de auditorias nos órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º graus das 5 regiões para analisar o grau de implementação do Processo de Gestão de Riscos

CRO/17 J 65 FLS

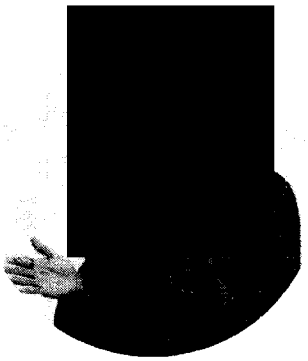
PALESTRANTES



[redacted]

Especialista em Direito Processual Civil

• Advogada, servidora publica há mais de 20 anos. Professora e instrutora em licitações e contratos. Especialista em Licitações e Contratos e em Direito Processual Civil, com habilitação para o Magistério Superior na area do Direito. Ex-empregada pública da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf. Servidora pública de carreira da Justiça Eleitoral. Membro do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas – IDAA/AL. Membro do Comitê de Governança das Contratações da Rede Governança Brasil. Vasta experiência em Direito Administrativo, com ênfase na fase da Execução Contratual e em Gestão e Fiscalização de Contratos. Palestrante, escritora e instrutora. Colunista do portal Sollicita, na coluna Loucas por Licitações. Coordenadora de Equipes de Planejamento de Contratações. Ex-Chefe da Seção de Gestão de Contratos - SEGEC, do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Ministrante de cursos e palestras, virtuais e presenciais, para servidores de Institutos Federais de Educação, Universidades Estaduais e Federais, Prefeituras e Câmaras Municipais, Conselhos Federais, TRF, TRT, autarquias www.negociospublicos.com.br/congresso 16 e empresas publicas federais e estaduais. Criadora do perfil no Instagram @o_xdagestao onde compartilha, com alegria e muito carinho, conhecimento sobre Execução Contratual e Gestão e Fiscalização de Contratos



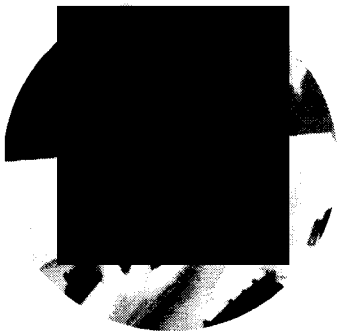
[redacted]

Mestre em Gestão de Políticas Públicas

• Advogada e consultora em Licitações e Contratos; Especialista em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito de Curitiba, Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI; Professora no Curso de Especialização em Licitações e Contratos Administrativos do UNIBRASIL; Autora da obra "Contratos Administrativos – Manual para Gestores e Fiscais", Editora Juruá

CRQ/12 166 PLS SP

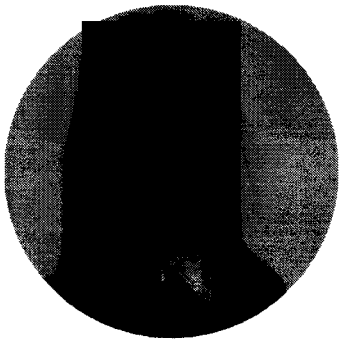
PALESTRANTES



[redacted]

Doutora e Mestra em Direito Administrativo

• Doutora e Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Ex-Assessora Jurídica na Secretaria da Saúde do Município de São Paulo. Ex- Procuradora da Universidade de São Paulo. Atualmente é Professora de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA, do Instituto de Direito Administrativo Paulista – IDAP, do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP e do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). É socia do escritório Carvalho Stroppa Sociedade de Advogados.



[redacted]

Analista de controle externo do TCU

• Analista de controle externo do Tribunal de Contas da União, onde exerce a função de assessora do Ministro Benjamin Zymler. É co-autora do livro Licitações & Contratos: Orientações Básicas, editado pelo Tribunal de Contas da União.

INVESTIMENTO

R$3.395,00

ESTÁ INCLUSO NO INVESTIMENTO

- Apostila digital com conteúdo exclusivo;
- Certificado: Terá direito ao certificado SOMENTE o aluno/participante devidamente inscrito no curso.

PAGAMENTO

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado, em parcela única, em nome de: Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Publica Ltda (CNPJ nº 10.498.974/0002-81) No seguinte banco credenciado:

BANCO DO BRASIL

Agência: 1622-5
Conta Corrente: 20504-4

CONTATO

Instituto Negócios Públicos

[redacted]

falecom@institutonp.com.br
negociospublicos.com.br/contratosweek

Avenida Jose Maria de Brito, 1707
Jardim das Nações - Foz do Iguaçu/PR
CEP: 85864-320

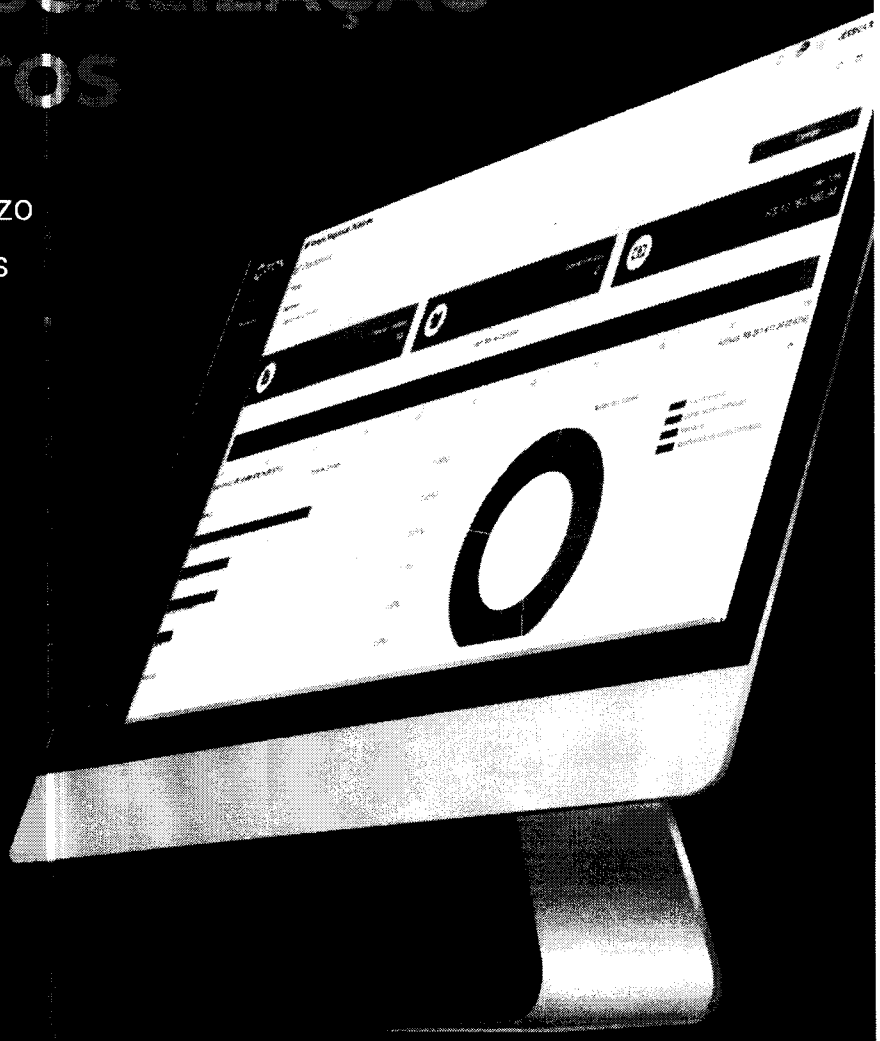
NEGÓCIOS PÚBLICOS Instituto

CRO/12
NEGÓCIOS PÚBLICOS

GOV
contratosgov.com.br

SIMPLIFIQUE E DESCOMPLIQUE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Não perca nunca mais o prazo de vigência dos seus contratos



(41) 3778-1761
(41) 9 9845-6618

NEGÓCIOS PÚBLICOS

CRO/12

www.npevents.com.br

NEGÓCIOS PÚBLICOS

MANUAL NP EVENTS

www.npevents.com.br

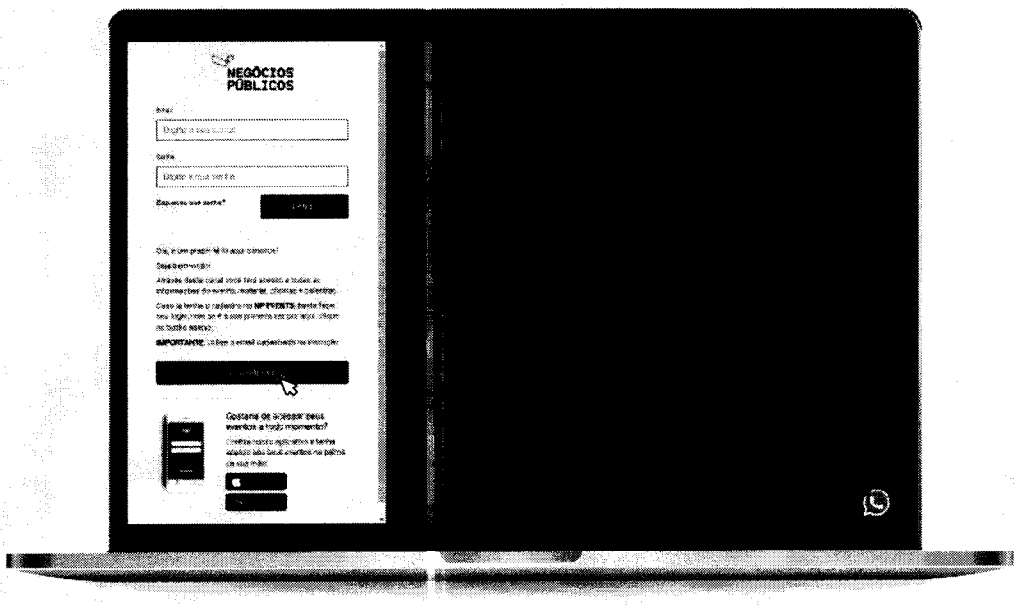
CRO/12 170

NEGÓCIOS PÚBLICOS

Olá, Bem-vindo(a) ao manual de como navegar na plataforma NPEVENTS. Você certamente está participando de alguma de nossas excelentes capacitações. **Parabéns Servidor(a), você faz a diferença!**

1) Para que sua presença seja computada de forma automática, o seu acesso deve ser feito pelo Computador/Notebook, utilizando o Google Chrome ou Firefox.

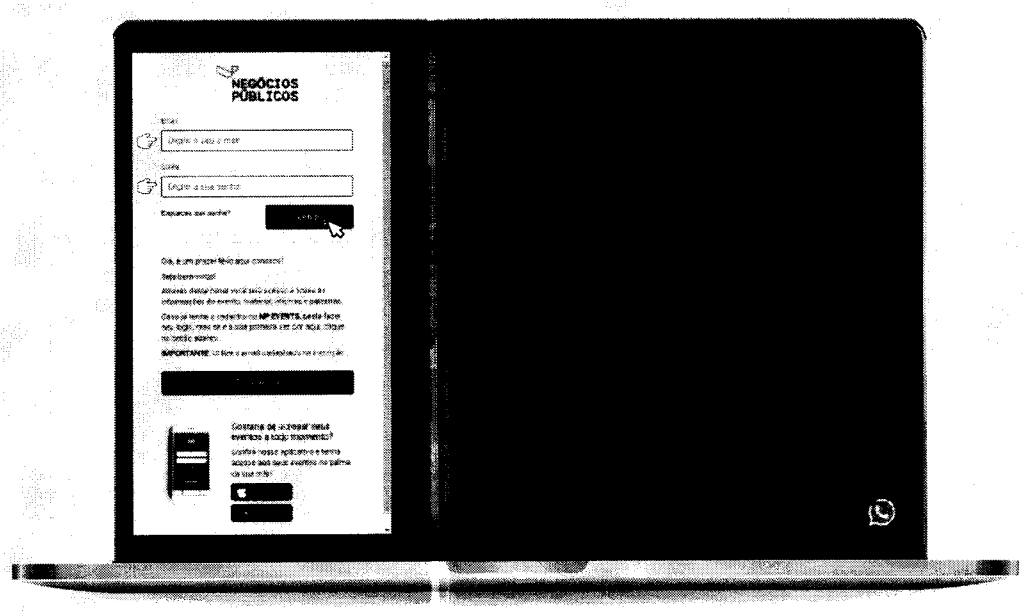
2) Para começar, você precisa se **CADASTRAR.** Utilize o mesmo e-mail da sua inscrição. Confirme com o responsável ou com um atendente se sua inscrição foi feita com o e-mail institucional ou particular. Clique em **CADASTRE-SE**, conforme indicado abaixo:



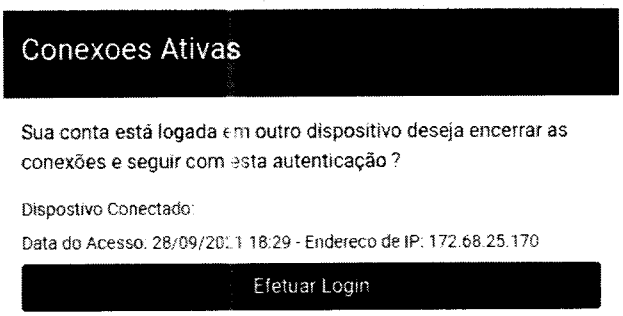
Após clicar em **CADASTRE-SE**. Preencha com os seus dados os campos em branco, lembre-se de colocar o seu número de celular. Utilizaremos para enviar SMS caso você perca sua senha durante o evento. Sua senha deve conter mais de 8 dígitos.



3) O segundo passo é fazer o seu login. Insira seu e-mail e senha recém-criada e clique no botão **ENTRAR.**



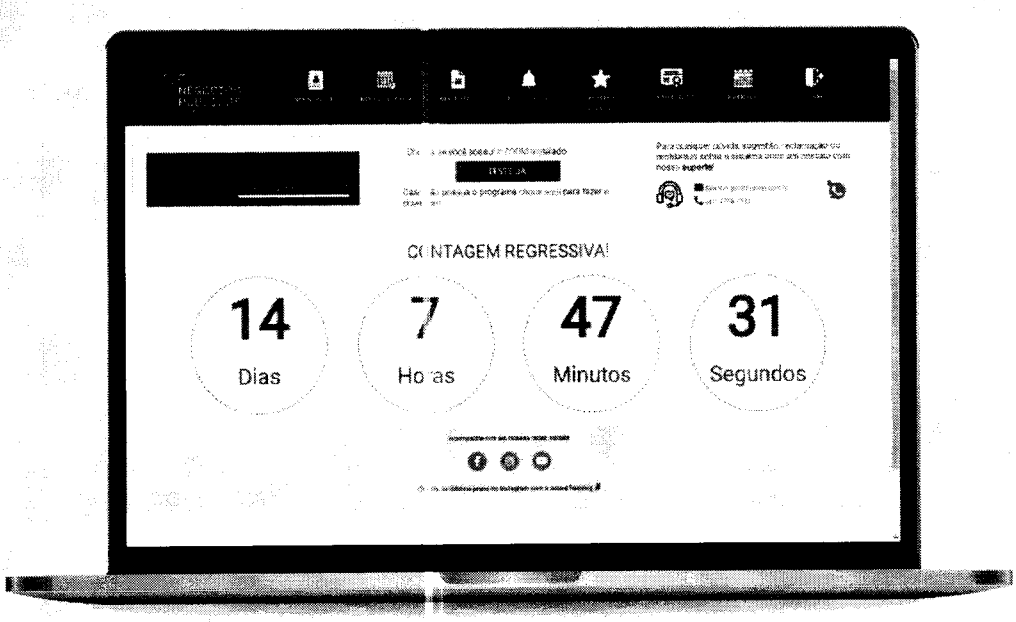
Obs.: Caso apareça a mensagem abaixo, é só clicar em Efetuar Login para continuar.



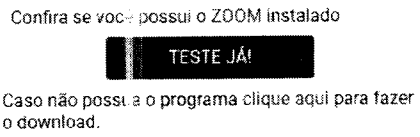
4) Clique em **ACESSAR PÁGINA DO EVENTO.**



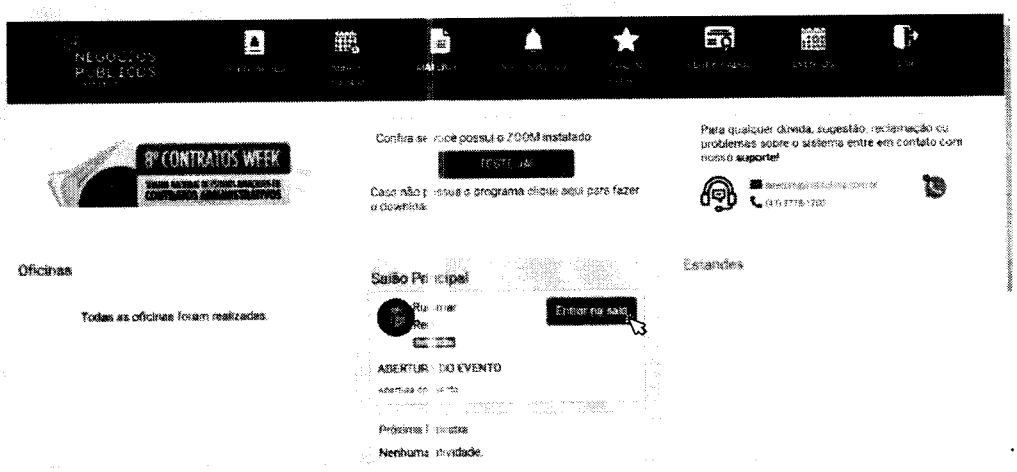
5) Essa é a tela principal, onde da acesso as **ORIENTAÇÕES, AGENDA, MATERIAIS, NOTIFICAÇÕES, AVALIAÇÃO DO EVENTO E CERTIFICADO.** Os Materiais ficam disponíveis até 1 ano após a realização do evento. Para acompanhar melhor as aulas, faça o download antecipado na ABA materiais.



6) É necessário possuir o **programa ZOOM** instalado na máquina. Neste campo, clique em **CLIQUE AQUI** para fazer o download e instalação. Confirme com o setor de TI da sua instituição se o acesso ao Zoom é liberado.



7) PALESTRAS: O acesso é pelo Salão Principal. Para acessar a sala do ZOOM clique em entrar na **SALA, quando o botão estiver ativo.**



CRQ/12 173

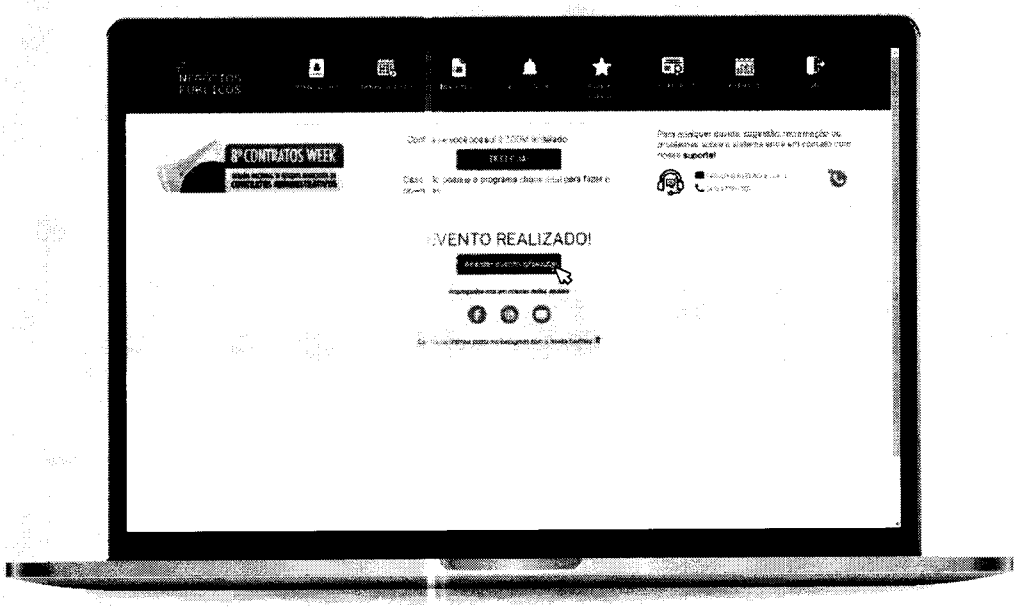
8] OFICINAS: O acesso é pela área de oficinas. Para acessar a sala do ZOOM clique em **entrar na SALA**, quando o botão estiver ativo.



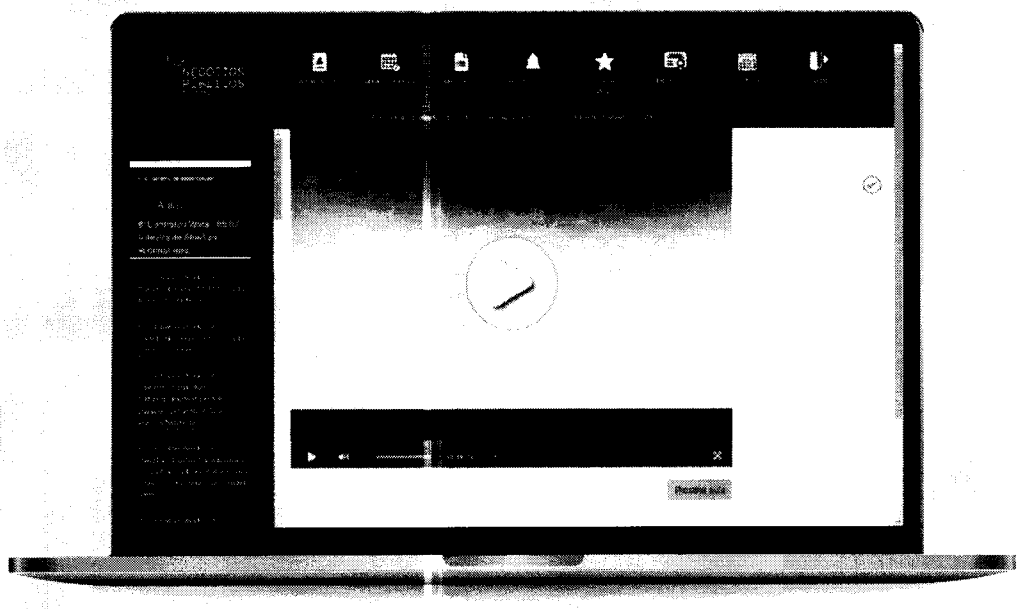
9] O SEU CERTIFICADO ESTARÁ DISPONÍVEL **EM ATÉ 05 DIAS ÚTEIS** APÓS O ENCERRAMENTO DO EVENTO NA ABA DE CERTIFICADOS.



10] Em até 45 dias úteis a gravação do evento será disponibilizada para Assistir dentro da plataforma:



NEGÓCIOS PÚBLICOS

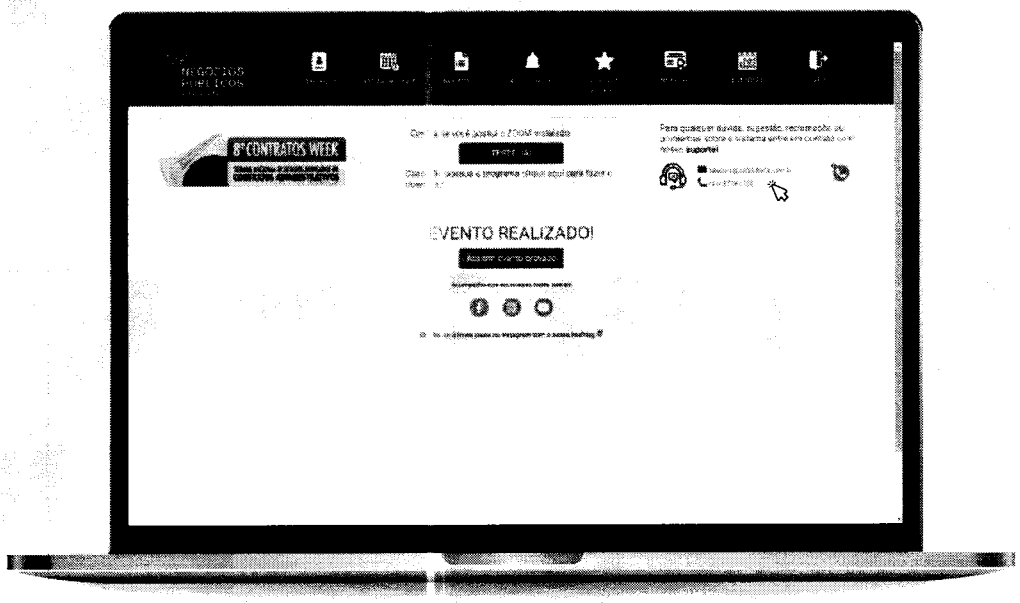


11) FAÇA A AVALIAÇÃO, ELA É MUITO IMPORTANTE PARA NÓS:



Evento disponível para av iação! Participe já, avalie o evento e oficinas.

12) CASO SURJA ALGUMA DÚVIDA DURANTE O EVENTO, ENTRE EM CONTATO COM O SUPORTE:



CRC/13

SEMPRE TE LEVANDO NA DIREÇÃO CERTA PARA SUA TRANSFORMAÇÃO.

negociospublicos.com.br

R. Dr. Brasílio Vicente de Castro, 111 - 9º e 10º andares Campo Comprido - CEP 81200-526

(41) 3778-1700 · falecom@negociospublicos.com.br

Comprovante de Seleção de Oficinas

HIBRIDO

06/06/2022 - 10/06/2022

Evento

9º CONTRATOS WEEK- SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVAN

Localizador
U8I5N

Cpf/Cnpj
09.583.415/0001-00

Nome
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MIL TAR

Telefone

Celular

Cep
69037-000

Endereço
AV CEL TEIXEIRA

Número
2061

Bairro
PONTA NEGRA

Cidade
MANAUS

Estado
AM

Responsável
[redacted]

Email Responsável
[redacted]

Telefone Responsável
[redacted]

Passaporte
LJ87

Participante
[redacted]

Oficinas Selecionadas

8 JUN

Quarta-Feira

(ONLINE) ADITIVOS NOS CONTRATOS DE OBRAS DE ENGENHARIA: UMA VISÃO DIFERENCIADA
14:00 - 18:00

(ONLINE) ALTERAÇÕES CONTRATUAIS: PRECAUÇÃO AOS ERROS, LIMITES LEGAIS E SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS
08:00 - 12:30

177

MINISTERIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR
(COMISSÃO DE OBRAS CORONEL PAULO NUNES LEAL)

OFÍCIO Nº52-SALC/CRO/12
EB: 64333.002419/2022-31

Manaus, AM, 24 de maio de 2022.

Ao Senhor
[redacted]
Representante Legal da empresa INSTITUTO DE NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADM
com sede na Avenida José Maria de Brito, nº 1707, Jardim das Nações.
CEP nº 85.864-320 Foz do Iguaçu.-PR.

Assunto: convocação da empresa INSTITUTO DE NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INP LTDA para assinatura do Termo de Contrato 07/2022, referente a Inexigibilidade 01/2022.

Prezado Senhor, Representante Legal da empresa INSTITUTO DE NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADM,

1. O presente expediente versa sobre convocação para assinatura do Termo de Contrato 07/2022, oriundo da Inexigibilidade 01/2022, cujo objeto é a contratação de curso de aperfeiçoamento, capacitação e treinamento na semana nacional de estudos avançados sobre contratos administrativos - Investimento Especial para participação no 9º Contratos Week - Online 100% ao vivo, para esta Organização Militar.

2. Neste sentido, solicito ao Sr que, previamente à assinatura do Termo de Contrato ora tratado, proceda à análise da minuta de contrato anexa e informe à Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) desta Comissão se, porventura, houver alguma discordância ou observação a fazer acerca do teor da referida minuta.

3. Igualmente, segue, anexa, a cópia da nota de empenho para sua análise, na forma do respectivo processo licitatório.

4. Por fim, coloco o Capitão [redacted] militar desta Comissão de Obras, à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

179

MINISTERIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR
(COMISSÃO DE OBRAS CORONEL PAULO NUNES LEAL)

OFÍCIO Nº52-SALC/CRO/12
EB: 64333.002419/2022-31

Manaus, AM, 24 de maio de 2022.

Ao Senhor
[redacted]
Representante Legal da empresa INSTITUTO DE NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADM
com sede na Avenida José Maria de Brito, nº 1707, Jardim das Nações.
CEP nº 85.864-320 Foz do Iguaçu.-PR.

Assunto: convocação da empresa INSTITUTO DE NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INP LTDA para assinatura do Termo de Contrato 07/2022, referente a Inexigibilidade 01/2022.

Prezado Senhor, Representante Legal da empresa INSTITUTO DE NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADM,

1. O presente expediente versa sobre convocação para assinatura do Termo de Contrato 07/2022, oriundo da Inexigibilidade 01/2022, cujo objeto é a contratação de curso de aperfeiçoamento, capacitação e treinamento na semana nacional de estudos avançados sobre contratos administrativos - Investimento Especial para participação no 9º Contratos Week - Online 100% ao vivo, para esta Organização Militar.

2. Neste sentido, solicito ao Sr que, previamente à assinatura do Termo de Contrato ora tratado, proceda à análise da minuta de contrato anexa e informe à Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) desta Comissão se, porventura, houver alguma discordância ou observação a fazer acerca do teor da referida minuta.

3. Igualmente, segue, anexa, a cópia da nota de empenho para sua análise, na forma do respectivo processo licitatório.

4. Por fim, coloco o Capitão [redacted] militar desta Comissão de Obras, à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

[redacted]
Chefe da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar

Avenida Coronel Teixeira, Nr 2061, Bairro Ponta Negra - Manaus/AM - CEP: 69037-000 FONE: (92) 3238-7514
cro12rm@gmail.com

183

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

CONTRATO Nº 07/2022

"Contrato de Prestação de serviço visando a capacitação e participação de Militares no 9º CONTRATOS WEEK – ONLINE 100% ao vivo, em Foz do Iguaçu – PR, que entre si celebram a **Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar, e o Instituto de Negócios Públicos do Brasil – Estudos e Pesquisas na Administração Pública – INP – LTDA**".

A COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR, com sede na Avenida Coronel Teixeira, 2061, Bairro Ponta Negra, na cidade de Manaus/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 09.583.415/0001-00, neste ato representada pelo seu Ordenador de Despesas, **Tenente-Coronel** [redacted] nomeado pela Portaria nº 549, de 5 de junho de 2020, publicada no DOU nº 109, de 09 de junho de 2020, inscrito no CPF nº [redacted] portador da Carteira de Identidade Militar nº [redacted] doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa **INSTITUTO DE NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INP LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 10.498.974/0002-81, com sede na Avenida José Maria de Brito, nº 1707, Jardim das Nações, Foz do Iguaçu – PR, CEP nº 85.864-320, representada legalmente por seu sócio administrador, o [redacted] neste ato simplemente denominado CONTRATADA, observada a **Inexigibilidade de Licitação nº 01/2022, Processo Administrativo nº 64333.001509/2022-12**, fundamentada no artigo 25, caput e inciso II, da Lei nº 8.666/93, acordam e ajustam firmar o presente contrato, resolvem celebrar este contrato de prestação de serviços mediante as clásulas a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de Empresa para prestação de serviço de capacitação na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Contratos Administrativos – Investimento Especial para participação no 9º Contratos

WEEK – ONLINE 100% ao Vivo, a ser realizado nos dias 06 a 10 de Junho de 2022, em Foz do Iguaçu – PR.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. A presente avença vigorará por 03 (três) meses, a partir da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogada, por iguais e sucessivos períodos, mediante formalização antes do término da vigência, de acordo com o que prescreve o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

2.2. O presente contrato poderá ser rescindido de comum acordo a qualquer tempo, desde que por instrumento escrito.

2.3. Admitir-se-á a rescisão unilateral mediante comunicação prévia e formal emitida com 60(sessenta) dias de antecedência.

2.4. Permitir-se-á, ainda, a rescisão unilateral do presente contrato em razão do descumprimento das obrigações neste previstas, devendo a parte inadimplente ser notificada previamente e por escrito da rescisão do contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. Fica estabelecido para o presente Contrato o valor global estimado de R$ **15.000,00 (quinze mil reais)**.

3.2. As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão à conta da dotação alocada no elemento de despesa 339039, subordinada ao Programa de Trabalho nº 171454, da Unidade Orçamentária nº 160017 do Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 2022, comprometida na Declaração de Dotação Orçamentária.

3.3. Fica estabelecido que, para o atendimento das despesas referentes aos demais exercícios financeiros, será indicado o crédito pelo qual correrá a despesa, com a especificação da classificação funcional e da categoria econômica, bem como serão emitidas pelo(a) **CONTRATANTE** as pertinentes Notas de Empenho, para o atendimento da Lei.

3.4. A **CONTRATADA** deverá ser cientificada, no mesmo prazo especificado no **item 3.5.** desta Cláusula, da indicação do crédito pelo qual correrá a despesa deste Instrumento nos exercícios subsequentes, efetuando os registros competentes, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993.

3.5.Fica o(a) **CONTRATANTE** obrigada a enviar à **CONTRATADA** cópia da Nota de Empenho, bem como da publicação do extrato deste Instrumento no Diário Oficial da União – D.O.U., no prazo máximo de 48 h (quarenta e oito horas) após a emissão e publicação, respectivamente.

3.6. A Nota Fiscal será emitida pela **CONTRATADA** e encaminhada ao(à) **CONTRATANTE** após o recebimento do faturamento emitido.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 160017
Fonte: **0100000000**
Programa de Trabalho: 171454
Elemento de Despesa: 339039
Plano Interno: FBC1194OBRA

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. O CONTRATANTE se obriga a providenciar todos os documentos solicitados pela CONTRATADA, no interesse dos serviços a serem realizados, ressalvando-se aqueles que estes se comprometerem a providenciar.

6.2. Os documentos necessários ao ajuizamento ou a apresentação de defesa que estiverem a cargo do CONTRATANTE, e cujo atraso ou não entrega cause a prescrição do direito de exigir a prestação ou decadência do direito, ou ainda implique em revelia ou preclusão, isenta a CONTRATADA de qualquer infração ética ou ressarcimento por danos no desempenho profissional.

6.3. O CONTRATANTE deve comunicar imediatamente à CONTRATADA a existência de citações, intimações ou quaisquer requisições ou solicitações que importem em necessidade na atuação deste.

6.4. O CONTRATANTE deve comunicar imediatamente à CONTRATADA, por escrito e de forma justificada, a impossibilidade ou eventual dificuldade na obtenção de documentos, isto para que, caso possível, este possa postular dilação de prazo de entrega dos mesmos a autoridade solicitante, cujo deferimento não pode ser assegurado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente as obrigações assumidas na Cláusula Primeira deste instrumento, zelando pela defesa dos interesses do CONTRATANTE e cumprindo o observando todos os prazos legais para prática dos atos que lhe competir.

7.2. A CONTRATADA se sujeita as cláusulas contratuais e, nos casos omissos, aos ditames da Lei 8.666/93.

7.3. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com o objeto deste contrato e todas as condições exigidas para habilitação e qualificação.

7.4. A CONTRATADA obriga-se a reconhecer os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93.

CRO/12

184

8. CLÁUSULA OITAVA - DA NEGATIVA DA RELAÇÃO DE EMPREGO:

8.1. O presente contrato não tem nem gera quaisquer vínculos empregatícios, significando tão somente prestação de serviços.

9. CLÁUSULA NONA - DA CONTRATAÇÃO DE MEIO:

9.1. A presente contratação é de meio, isto é, assunção por parte da Contratada da obrigação em zelar pelo cumprimento do pactuado, mas não se obrigando a garantir resultados eventualmente esperados pelo Contratante, cuja não obtenção não implicará em qualquer infração ética ou em indenização.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES:

10.1 O descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações ora estabelecidas, desde que por culpa dos contratados, sujeitará estes às sanções previstas na Lei Federal n° 8.666/93, alterada pelas Leis n° 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, nos seus artigos 86, 87 e 88, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

10.2. O valor das multas corresponderá à gravidade da infração, até o máximo de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.

10.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Estado do Amazonas – Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

11.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Manaus/AM, 31 de maio de 2022.

pela CONTRATANTE

[redacted]

Ordenador de Despesas da CRO/12

pela CONTRATADA

[redacted]

INSTITUTO DE NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INP LTDA

185

ROL DE TESTEMUNHAS:

[redacted] – **Chefe da SALC**

2ª: [redacted]

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURO NACIONAL

Data e hora da consulta: 04/05/2022 16:40
Usuário: [redacted]
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
160017	COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
09.583.415/0001-00	AV.CEL. TEIXEIRA NR 2061 KM 3 - PONTA NEGRA	69037-000

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	(092) 3238-7514 (CHEFIA)

Ano	Tipo	Número
2022	NE	44

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	171454	0100000000	339039	160502	FBC1194OBRA

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
03/05/2022	Estimativo	64333.001702/2022-45	15.000,0000	15.000,00

Favorecido

Código	Nome
10.498.974/0002-81	INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUD

Endereço	CEP
R.JOSE MARIA DE BRITO,1707,JARDIMDAS NAÇÕES	85864-320

Município	UF	Telefone
FOZ DO IGUACU	PR	41-3773-1887; 41-98870234 (WHATSAPP).

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
94	INEXIGIBILIDADE

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	25	-	II	-

Descrição
B4PJT22PDR03SF002 SOLICITAÇÃO 202220110167 AS ATIV DE FISC, EST E PROJ * 2022NC401199 DE 18ABR22 * DEC * INEXIGIBILIDADE AO TC 07/2022 - INEX 1/2022.

Local da Entrega
MANAUS/AM

Informação Complementar
16001707000012022 - UASG Minuta: 160017

Sistema de Origem
COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	04/05/2022 15:59:55	Alteração

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	15.000,00

Subelemento 48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional	15.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
03/05/2022	Inclusão	1,00000	15.000,0000	15.000,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
[redacted]
04/05/2022 15:59:55

Responsável pela Nota de Empenho
[redacted]

Versão	Data/Hora	Operação
002	04/05/2022 15:59:55	Alteração

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 25/2021

Processo Administrativo Nº 65296.005576/2021-73- 3º BIS. O objeto da presente licitação é para Aquisição de materiais para a área de lazer em Provento do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, conforme condições, quantidades e exigências Estabelecidas em edital e seus anexos. Foi adjucada a empresa J R PRODUTOS, LQUIPAMENTOS E UTILIDADES LTDA, CNPJ 01.631.853/0001-94, itens 7, 19, 20, 2 25 e 27, com valor total de R$ 11.933,20, a empresa BENMAX COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ 01.904.966/0003 88, item 24, com valor total de R$ 9.930,00, a empresa FENIX BRASIL - COMPRA, VENDA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, CNPJ 08 608 621/0001-64, item 18, com valor total de R$ 6.252,24, a empresa JL COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS E DIVERSOS LTDA, CNPJ 13.002.303/0001-22, itens 1 15, com valor toTal de R$ 26.882,00, a empresa J S FAGUNDES EIRELI, CNPJ 21.103.048 0001-03, item 13, com valor total de R$ 15.520,00, a empresa IMPERIO SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS PUBLICAS LTDA, CNPJ 23.106.657/0001-33, item 5, com valor total de R$ 2.844,00, a empresa V M ALUGUEIS DE IMOVEIS PROPRIOS LTDA, CNPJ 27.720. 70/0001-02, itens 8 e 30,com valor total de R$ 10.108,62, a empresa ALIANCA PAPELARIA EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMA, CNPJ 30.155.054/0001-97, item 4, com valor total de R$ 42.045,12, a empresa FABRICIO RACHADEL COSTA, CNPJ 33.618. 05/0001-94, item 9, com valor total de R$ 12.000,00, a empresa LUMEN SUPRIMENTAL EIRELI, CNPJ 34.777.255/0001-87, item 26, com valor total de R$ 6.127,04, a empresa M F DA SILVA, CNPJ 37.216.782/0001-00, itenS 22 e 32, com valor total de R$ 363,75, a emporEsa A ECONOMICA COMERCIO LTDA, CNPJ 44.854.551/0001-98, item 11, com valor total de R$ 15.995,96

MARCIO WEBER DE MENEZES - TC
Ordenador de despesas do 3º BIS

(SIDEC - 06/06/2022) 160137-00001-2022NE000001

17ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
COMANDO DE FRONTEIRA JURUÁ/ 61º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2021 - UASG 160536 - CMDO FRON JURUA/61 BIS

Número do Termo aditivo: 03/2022. Nº Processo: 64039.01687/2021-89.
Contratante: COMANDO DE FRONTEIRA JURUA/61º BIS. Contratado: DISTAK AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - CNPJ 35.636.034/0001-51. Prorrogação do Contrato nº 14/2021 - Agenciamento de passagens aéreas para o Comando de Fronteira Juruá 61º BIS. Empenho Estimativo. Vigência: 04/06/2022 a 04/06/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 80.040,00. Data de Assinatura:04/06/2022

2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2022 - UASG 160171 - 8º B E CNST

Nº Processo: 64278.003171/2021-56.
Pregão Nº 12/2021. Contratante: 8º BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO.
Contratado: 24.035.925/0001-36 - SILMAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Objeto: Aquisição de gerador diesel de 30kva.
Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 02/06/2022 a 02/06/2023. Valor Total: R$ 51.900,00. Data de Assinatura: 02/06/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 06/06/2022).

COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS / 12ª REGIÃO MILITAR

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2022 - UASG 160017 - C R O/12

Nº Processo: 64333.001509/2022-12.
Inexigibilidade Nº 1/2022. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12.
Contratado: 10.498.974/0002 81 - INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL ESTUDOS E PESQ. Objeto: . Contratação de empresa para prestação de serviço de capacitação na semana nacional de estudos avançados sobre contratos administrativos - investimento especial para participação no 9º Contratos Week - online 100% ao vivo, a ser realizado nos dias: 06 a 10 de junho de 2022, em Foz do Iguaçu - PR.
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 25 - Inciso: II. Vigência: 31/05/2022 a 29/08/2022. Valor Total: R$ 15.000,00. Data de Assinatura: 31/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 06/06/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2022 - UASG 160017 - C R O/12

Numero do Contrato: 75/2020.
Nº Processo: 64333.004546/2020 11.
Tomada de Preços. Nº 31/2020. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 24.342.072/0001-85 - MLOBATO ENGENHARIA EIRELI. Objeto: Acréscimo e supressão de serviços a obra de engenharia visando a construção do Pelotão de Manutenção e Transporte do 7º Batalhão de Polícia do Exército, em Manaus/AM. Vigencia: 06/01/2021 a 30/06/2022. Data de Assinatura: 06/04/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 06/04/2022)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2022 - UASG 160017 - C R O/12

Numero do Contrato: 75/2020.
Nº Processo: 64333.004546/2020 11.
Tomada de Preços. Nº 31/2020. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 24.342.072/0001-85 - MLOBATO ENGENHARIA EIRELI. Objeto: Acréscimo e supressão de serviços a obra de engenharia visando a construção do Pelotão de Manutenção e Transporte do 7º Batalhão de Polícia do Exército, em Manaus/AM. Vigência: 06/01/2021 a 30/06/2022. Data de Assinatura: 06/04/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 06/04/2022).

EXTRATO DE TERMO APOSTILAMENTO

Termo de apostilamento do 1º reajustamentos do saldo contratual e do valor do termo aditivo nº 02, relativo ao termo de contrato nº48/2020, alusivo à instalação de sistemas Fotovoltaicos na CRO/12, em Manaus/AM.

(COMPRASNET 4.0 - 06/06/2022).'

EXTRATO DE TERMO APOSTILAMENTO

Primeiro termo de apostilamento do 1º reajustamento do saldo contratual referente ao termo de contrato nº 20/2021, alusivo à adequação do pavilhão comando da 3ª companhia de forças especiais.

(COMPRASNET 4.0 - 03/06/2022).'

12ª REGIÃO MILITAR
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

EXTRATO DE TERMO APOSTILAMENTO

Extensão hospitalar do termo de contrato nº 57/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 06/06/2022).'

12º BATALHÃO DE SUPRIMENTO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2022 - UASG 160018

Nº Processo: 64156002334202241. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de material de expediente, para as Unidades participantes que compõe o Grupo de Coordenação e e Acompanhamento das Licitações e Contratos (GCALC) da Guarnição de Manaus.. Total de Itens Licitados: 113. Edital: 07/06/2022 das 09h00 as 12h00 e das 13h00 as 16h00. Endereço: Av Marechal Bittencourt, 55 - Bairro Compensa i, - Manaus/AM ou https://www.gov.br/compras/edital/160018-5-00003-2022. Entrega das Propostas: a partir de 07/06/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 20/06/2022 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais:

EDUARDO AUGUSTO OLIVEIRA TONIOLO
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 06/06/2022) 160018-00001-2022NE000001

COMANDO MILITAR DO LESTE
1ª REGIÃO MILITAR

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2022 - UASG 160298 - CMDO 1A RM

Nº Processo: 64279.006092/2022-78.
Pregão Nº 5/2022. Contratante: COMANDO DA 1 REGIAO MILITAR.
Contratado: 32.915.001/0001-52 - 5 ESTRELAS INFINITY SERVICOS E SOLUCOES LTDA.
Objeto: Contratação de serviço de transporte nacional e internacional de mobiliario em geral, cargas, documentos, bagagem, veículos e demais objetos de propriedade ou de interesse da 1ª região militar, compreendendo desmontagem, embalagem, retirada no local de origem, descarga dos bens transportados e montagem no respectivo destino, abrangendo a todos os meios de transporte existentes e necessários na execução do serviço, dentro do prazo estipulado..
Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 Artigo: 1. Vigência: 06/06/2022 a 06/06/2023. Valor Total: R$ 2.589.200,00. Data de Assinatura: 06/06/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 06/06/2022).

BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO DA 1ª REGIÃO MILITAR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2022 - UASG 160303

Nº Processo: 64006001523202210. Objeto: Aquisição de Materiais de Refrigeração para atender a demanda desta Organização Militar Base de Administração e Apoio da 1ª Região Militar em suas atividades de manutenção ao Palácio Duque de Caxias. Total de Itens Licitados: 62. Edital: 07/06/2022 das 09h00 às 12h00 e das 13h00 as 15h00. Endereço: Pca Duque de Caxias 25 1º Andar da Ala Marcílio Dias Centro, Rio de Janeiro/RJ ou https://www.gov.br/compras/edital/160303-5-00007-2022. Entrega das Propostas: a partir de 07/06/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 21/06/2022 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

JULIO ALVES ESTRELA JUNIOR
Respondendo Pelo Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 06/06/2022) 160303-00001-2022NL000001

HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO Nº 71/2021

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 13/05/2022 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais de para Fisioterapia do HCE.

LUIZ CLAUDIO ALVES DA SILVA
Ordenador de Despesas

(SIDEC - 06/06/2022) 160322 00001 2022NE000001

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2021 - UASG 160322

Nº Processo: 752021. Objeto: Aquisição de material de consumo do Deposito de Material Cirúrgico (Req 04/2021) do HCE. . Total de Itens Licitados: 9. Edital: 07/06/2022 das 09h00 as 12h00 e das 13h00 as 15h00. Endereço: Rua Francisco Manoel Nr 126 Benfica Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ ou https://www.gov.br/compras/edital/160322-5-00063-2021. Entrega das Propostas: a partir de 07/06/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 20/06/2022 as 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

LUIZ CLAUDIO ALVES DA SILVA
Ordenador de Despesas do Hce

(SIASGnet - 06/06/2022) 160322-00001-2022NE000001

INSTITUTO DE BIOLOGIA DO EXÉRCITO

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 6/2022

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 06/06/2022 foi alterado Objeto: Pregão Eletrônico Aquisição de material de uso específico para diagnóstico laboratorial de exames realizados pelo método de imunohistoquímica, visando atender as necessidades do IBEx por um período de 12(doze) meses. Total de Itens Licitados: 00080 Novo Edital: 07/06/2022 das 08h00 as 12h00 e de13h00 às 15h00. Endereço: Rua Francisco Manoel 102 Benfica Benfica RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 07/06/2022 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 20/06/2022 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br

ALBERTO MAGNO LOBO COLARES
Ordenador de Despesas do Ibex

(SIDEC - 06/06/2022) 160324-00001-2022NE000001

MINISTERIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR
(COMISSÃO DE OBRAS CORONEL PAULO NUNES LEAL)

NOTA N º 59-SALC/CRO/12 de 6 de junho de 2022

Publique-se
Em

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nr 07/2022

Atendendo ao *caput* do art 82 das IG 12-02, torno pública a celebração do Termo de Contrato conforme dados a seguir: Número do Contrato: 07/2022; Processo Licitatório: Inexigibilidade Nº 01/2022; Contratante: Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar, legalmente representada por este Chefe; Contratada: INSTITUTO DE NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL legalmente representada pelo Sr. [redacted] CNPJ da Contratada: 10.498.974/0002-81; Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço de capacitação na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Contratos Administrativos - Investimento Especial para participação no 9º Contratos Week - Online 100% , a ser realizado nos dias 06 a 10 de Junho de 2022, em Foz do Iguaçu - PR; Amparo: Lei nº 8.666/93; Vigência: 31/05/2022 a 28/08/2022; Data de assinatura: 31/05/2022.

Publicado no Boletim nº , de , item

[redacted]
Chefe da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Praça Getulio Vargas, 280 - CENTRO
CEP 85851010 - Foz do Iguaçu/PR

Situação
Ativa
Número
2022769
Emitido em
13/06/2022 às 11:16:38
Competência
junho/2022
Serie
F
Código verificador
mg6A3gK

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

QR Code

Prestador de serviços

CPF/CNPJ: **10498974000281** C.M.C.: **77423**

Razão social / Nome fantasia: **INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA - INP - LTDA**

Endereço: **AV. JOSE MARIA DE BRITO, 1707 - JARDIM DAS NACOES**

Cidade: **Foz do Iguaçu** UF: **PR** Email: **financeiro@negociospublicos.com.br**

CEP: **85864320** Telefone: **(41)37781700**

Regime tributário: **Baseado na alíquota do serviço**

Tomador de serviços

CPF/CNPJ: **09583415000100** C.M.C.:

Razão social / Nome fantasia: **COMISSAO REGIONAL DE OBRAS DA DECIMA SEGUNDA REGIAO MILITAR**

Endereço: **AV CEL TEIXEIRA, 2061**

Cidade: **Manaus** UF: **AM** Email: [redacted]

CEP: **69037000** Telefone: [redacted]

Código atividade:

Natureza da operação:
Serviço prestado no município

Item da lista de serviço
8.02 Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

Município da prestação do serviço
410830400 Foz do Iguaçu / PR

Discriminação dos serviços:

9o CONTRATOS WEEK - SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANCADOS SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - REALIZADO NO PERIODO DE 06 A 10 DE JUNHO DE 2022 EM FOZ DO IGUACU - FORMATO HIBRIDO.
PARTICIPANTES: 6
EMPENHO: 44
DADOS BANCARIOS: BANCO DO BRASIL AG 1622-5 C/C 20504-4
CONFORME LEI N 12741 2012 OS TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE OS SERVICOS PRESTADOS SAO DE 9,45% PARA EFEITO DE JUSTIFICATIVA INFORMAMOS QUE O ISS DEVIDO PELO SERVICO PRESTADO, E RECOLHIDO NO MES SUBSEQUENTE A PRESTACAO DO SERVICO, EM NOSSA PREFEITURA LOCAL-SEDE DE NOSSA EMPRESA.

Retencao IRRF (4,8%): R$ 720,00
Retencao PIS/COFINS/CSLL (4,65%): R$ 697,50

Valor Liquido R$ 13.582,50

IR retido:	CSLL retido:	PIS retido:	COFINS retido:	INSS retido:	ISSQN retido:
720,00	**150,00**	**97.50**	**450,00**	**0,00**	**0,00**

Desc. cond:	Desc. incond:	Deduções:	Base cálculo:	Alíquota:	Total ISSQN:	Outras retenções:
0,00	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**3,00%**	**450,00**	**0,00**

Total líquido:	**TOTAL DA NOTA**
13.582,50	**15.000,00**

Outras informações:

NFS-e REF. ao RPS número **2144** SÉRIE **F** TIPO **1** Data da emissão **13/06/2022**

Emitido por : INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL -

191

Foram prestados os serviços ou recebidos os materiais constantes da presente Nota Fiscal.
Manaus-AM 13/06/22

[redacted]
Chefe da equipe de planejamento de contratação – CRO/12

AUTORIZO O PAGAMENTO DESTA NF/ FATURA
Manaus: 14/06/22

[redacted]
Ordenador de Despesas
CPF: [redacted]

Data e hora da consulta: 04/05/2022 16:40
Usuário: [redacted]
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
160017	COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
09.583.415/0001-00	AV.CEL. TEIXEIRA NR 2061 KM 3 - PONTA NEGRA	69037-000

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	(092) 3238-7514 (CHEFIA)

Ano	Tipo	Número
2022	NE	44

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	171454	0100000000	339039	160502	FBC1194OBRA

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
03/05/2022	Estimativo	64333.001702/2022-45	15.000,0000	15.000,00

Favorecido

Código	Nome
10.498.974/0002-81	INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUD

Endereço	CEP
R.JOSE MARIA DE BRITO,1707,JARDIMDAS NAÇÕES	85864-320

Município	UF	Telefone
FOZ DO IGUACU	PR	41-3778-1887; 41-98870234 (WHATSAPP).

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
94	INEXIGIBILIDADE

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	25	-	II	-

Descrição
B4PJT22PDR03SF002 SOLICITAÇÃO 202201101[illegible]7 AS ATIV DE FISC, EST E PROJ * 2022NC401199 DE 18ABR22 * DEC * INEXIGIBILIDADE AO TC 07/2022 - INEX 1/2022.

Local da Entrega
MANAUS/AM

Informação Complementar
16001707000012022 - UASG Minuta: 160017

Sistema de Origem
COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	04/05/2022 15:59:55	Alteração

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	15.000,00

Subelemento 48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional	15.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
03/05/2022	Inclusão	1,00000	15.000,0000	15.000,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
[redacted]
04/05/2022 15:59:55

Responsável pela Nota de Empenho
[redacted]

Versão	Data/Hora	Operação
002	04/05/2022 15:59:55	Alteração

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 12ª RM
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª RM

TERMO DE ENCERRAMENTO

INEXIGIBILIDADE 1/2022 – CRO/12ª RM

Em conformidade com disposto no Art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, faço o encerramento da 1ª Seção do Processo Administrativo referente à Inexigibilidade de licitação acima indicada, cujo objeto e recursos estão definidos no despacho do Ordenador de Despesas no Diex nº 9 – SALC/CRO/12, de 04 de abril de 2022.

Manaus-AM, 23 de 06 de 2022.

[redacted]

Adjunto da SALC